



Lia Fonseca Lattman-Weltman

**Objetividade e natureza a partir da filosofia de Alfred North
Whitehead**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo Pro-
grama de Pós-graduação em Filosofia do De-
partamento de Filosofia da PUC-Rio.

Orientadora: Profª. Alyne de Castro Costa
Co-orientador: Prof. Fernando Silva e Silva

Rio de Janeiro

abril de 2024



Lia Fonseca Lattman-Weltman

**Objetividade e natureza a partir da filosofia de Alfred North
Whitehead**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo:

Profª. Alyne de Castro Costa
Orientadora
Departamento de Filosofia – PUC-Rio

Prof. Fernando Silva e Silva
Co-orientador
APPH

Profª. Lília Dias Marianno
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Jadson Alves de Freitas
Pesquisador Autônomo

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Lia Fonseca Lattman-Weltman

Graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2021. Dedica-se à pesquisa na área de Filosofia e a Questão Ambiental.

Ficha catalográfica

Lattman-Weltman, Lia Fonseca

Objetividade e natureza a partir da filosofia de Alfred North Whitehead / Lia Fonseca Lattman-Weltman ; orientadora: Alyne de Castro Costa ; co-orientador: Fernando Silva e Silva. – 2024.

100 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2024.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Objetividade. 3. Natureza. 4. Alfred North Whitehead. I. Costa, Alyne de Castro. II. Silva, Fernando Silva e. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. IV. Título.

CDD: 100

Agradecimentos

Ao total de três orientadores que me auxiliaram nesse processo, Alyne Costa, Fernando Silva e Silva e, ainda que brevemente, Déborah Danowski: obrigada pela atenção, pelo apoio, e pelos conselhos, tive muita sorte de poder contar com vocês nesse percurso.

Aos funcionários do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, sobretudo à Edna Sampaio, pela paciência interminável.

Aos demais professores, de dentro e fora do Departamento, pelo acolhimento. Não podendo citar todos, destaco aqueles que mais influenciaram em minha formação ainda na graduação e os que foram particularmente atenciosos no mestrado: a já mencionada e querida Déborah Danowski, por me apresentar o caminho “terrano”, Remo Mannarino Filho, Felipe Sussekind, Luisa Buarque e Pedro Merlussi.

À Faperj, a Capes, e a PUC-Rio, pelos auxílios concedidos que permitiram a realização deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Lília Dias Marianno e Jadson Alves de Freitas, e o suplente Rodrigo Nunes, que também compôs a banca de qualificação desta dissertação, pela disposição e boa vontade.

Aos muitos amigos que a filosofia me proporcionou: especialmente Iza e Tobias, pelas conversas de bar que foram fonte constante de inspiração e motivação na escrita desta dissertação, mas também Ariel, Marcelo, Arthur, Matheus, Maria, Felipe, Elan, Hugo e Gigi.

E também à galera de muito antes da filosofia, que segue me acompanhando: Larissa, Gabi, Isa, Tati, Michelle, Amanda, Debora, Bernardo e Sophia.

Ao Joaquim, por me apoiar durante a estressante aventura de estudar esse filósofo obscuro e conseguir (quase sempre) me deixar de bom humor.

Aos meus pais, Cristina e Fernando, pelo apoio incondicional sempre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Lattman-Weltman, Lia Fonseca; Costa, Alyne de Castro; Silva, Fernando Silva e. **Objetividade e natureza a partir da filosofia de Alfred North Whitehead.** Rio de Janeiro, 2024. 100 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação busca elaborar uma noção de objetividade a partir do pensamento de Alfred North Whitehead e sua concepção de natureza. Rejeitando a concepção de matéria veiculada pelo que o filósofo chama de “materialismo científico”, ele transforma o que entendemos por “natureza” de modo a descrever uma realidade material inteiramente diversa daquela. Na natureza proposta por Whitehead, vemos aspectos geralmente considerados “subjetivos”, que se viam excluídos desse âmbito pensado enquanto mera matéria, voltarem a fazer parte dele. Recorrendo às obras *O Conceito de Natureza* (1920), *A Ciência e o mundo moderno* (1925), e *Processo e Realidade* (1929), chegamos ao entendimento de que, uma vez transformada, essa natureza proporciona um terreno fértil para a elaboração de uma nova concepção de “objetividade”.

Palavras-chave

Objetividade; natureza; Alfred North Whitehead

Abstract

Lattman-Weltman, Lia Fonseca; Costa, Alyne de Castro; Silva, Fernando Silva e. **Objectivity and nature based on the philosophy of Alfred North Whitehead.** Rio de Janeiro, 2024. 100 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to develop a notion of objectivity based on the thought of Alfred North Whitehead and his understanding of nature. While rejecting the concept of nature conveyed by what the philosopher calls “scientific materialism”, he transforms what we think of as “nature” so as to describe an entirely different material reality. In the nature proposed by Whitehead, we see aspects generally considered to be “subjective”, which were excluded from this realm while it was conceived as mere matter, return as a constitutive part of it. By resorting to his works *The Concept of Nature* (1920), *Science and the Modern World* (1925), and *Process and Reality* (1929), we arrive at the understanding that, once transformed, this new idea of nature provides a fertile ground for the development of a new concept of “objectivity”.

Key-words

Objectivity; nature; Alfred North Whitehead

Sumário

Introdução	9
1. Apresentação do problema	14
1.1. As teorias da bifurcação da natureza e a questão da matéria	14
1.2. Uma nova base para o conhecimento	20
2. O lado “subjetivista” de Whitehead: experiência, processo e relação	27
2.1. Experiência e emergência	27
2.1.1. Eventos e substâncias	27
2.1.2. As ocasiões ou entidades atuais	31
2.1.3. Conclusão 1: uma natureza processual	38
2.2. Sujeitos (particulares) em relação	41
2.2.1. Sujeitos e predicados, particulares e universais	41
2.2.2. Localização e preensão	46
2.2.3. Conclusão 2: a natureza relacional	52
3. A solidariedade “objetiva”	56
3.1. Conformação: o potencial e o atual	57
3.1.1. O mundo atual	57
3.1.2. O estágio conformal	61
3.2. Interioridade e autonomia: o estágio suplementar	66
3.2.1. As primeiras decisões	66
3.2.2. A avaliação primordial e a introdução de novidade	72
3.2.3. Conclusão 3: o movimento rítmico da criatividade	80
3.3. As “cicatrizes” do passado	84
3.4. Conclusão 4: herdar o passado	90
Considerações finais	96
Referências Bibliográficas	99

Lista de Siglas

Livros de Alfred North Whitehead

- CN O Conceito de Natureza (*The Concept of Nature*)
SMW A Ciéncia e o mundo moderno (*Science and the modern world*)
PR Processo e Realidade (*Process and Reality*)

Introdução

Este trabalho parte da constatação da necessidade de repensarmos as noções de “subjetividade” e “objetividade” no contexto atual do Antropoceno. Essa constatação vem principalmente da leitura de filósofos como Bruno Latour e Isabelle Stengers, que conjugam suas reflexões acerca das práticas científicas e do seu papel na sociedade contemporânea aos desafios colocados pelo Antropoceno, dentre os quais poderíamos destacar as diversas formas atuais de negacionismo.

Em obras como *Jamais Fomos Modernos* (2016) e *A Esperança de Pandora* (2001), por exemplo, Latour busca mostrar como a narrativa hegemônica das ciências modernas enquanto a detentora exclusiva do acesso a toda objetividade – como a instituição cujo papel é fornecer à sociedade fatos ou verdades imparciais, neutros, desinteressados – é inadequada à realidade das práticas científicas. Essas seriam, na verdade, extremamente interessadas e parciais; sempre situadas em contextos (geográficos, sociais, culturais) particulares. Mas antes de tomar essa constatação como um sinal de que o que essas práticas produzem é menos valioso, menos potente, menos confiável, o que o autor defende é que é justamente por essas razões que são capazes de produzir conhecimento.

Essa concepção de “objetividade” enquanto sinônimo de imparcialidade e neutralidade então, para Latour, estaria intimamente atrelada ao papel atribuído às ciências modernas na sociedade por essa narrativa. Mas ela se conecta também ao que entendemos por “natural”. Para o autor, a modernidade é caracterizada pelo que chama de “A Grande Divisão” entre “natureza” e “cultura” (LATOUR, 2016): uma oposição ontológica entre o âmbito dos interesses humanos, dos valores “culturais”, das tendências “sociais”, de um lado; e o âmbito “natural”, desprovido de todos esses, do outro. Para ser a fonte de toda objetividade, a “natureza” precisa ser destituída de todo traço “cultural”, ou seja, de toda “subjetividade”: enquanto as “culturas” são permeadas de especificidades e vieses históricos, políticos, linguísticos, etc., a natureza é desprovida de tais particularidades. Ao contrário, ela é tida como atemporal, desarticulada, sem fins ou interesses próprios, etc.

Uma das consequências de tal divisão seria que o ato de contextualizar algo “culturalmente” acaba por se tornar quase sinônimo de “relativizar”, já que o “cultural” refere-se sempre àquilo que é relativo a determinada época, região, costume, etc. Uma prática (como as ciências) que se assuma “cultural” estaria, assim, admitindo sua “subjetividade”, isto é, sua parcialidade e seus limites: os limites de seu contexto particular. O âmbito da “natureza”, por sua vez, por ser “purificada” de elementos particulares, assemelha-se a um âmbito “universal”: ela é capaz de abranger todas as configurações culturais, sociais, políticas, etc. Dessa forma, essa divisão promove um falso pluralismo: as “culturas” podem ser várias, mas a “natureza” é uma só.

Por essa via, a ideia que temos da natureza acaba se tornando o fundamento do que entendemos por objetividade. E a essa natureza apreendida de forma objetiva, pois “universal”, apenas os modernos – por meio das ciências – saberiam bem descrever: o que o cientista faz, segundo essa narrativa, é simplesmente “acessar” o âmbito natural, fonte de toda objetividade, e retornar à sociedade com o conhecimento adquirido. Esse âmbito funciona então como uma espécie de repositório de conhecimentos confiáveis pois “objetivos”, onde “objetividade” significa neutralidade, imparcialidade e desinteresse. O recurso à “natureza”, assim, passa a constituir um argumento de autoridade: é uma permissão para desqualificar os aspectos situados, particulares de qualquer experiência, em nome de uma verdade mais legítima pois mais descontextualizada, ou seja, que se aproxima mais de um fato “universal”.

O contexto do Antropoceno é um em que rever tal narrativa se torna ainda mais urgente. E, ao mesmo tempo, os eventos climáticos drásticos e, em grande medida, imprevisíveis, em curso parecem contribuir para evidenciar a própria inadequação de tal visão acerca de uma ciência inquestionavelmente segura e uma natureza estável. Em obras como *Diante de Gaia* (2020) e *No Tempo das Catástrofes* (2015), Latour e Stengers, respectivamente, elaboram de que forma as diversas concepções usuais que temos da “natureza” – entre elas, aquela na qual ela é considerada fonte estável de verdades incontestáveis pois “objetivas” – interferem na maneira como reagimos à realidade dessa nova era geológica e em como nos adaptamos a ela. Segundo esses autores, haveria, no geral, uma resistência, por exemplo, a conceber a possibilidade de transformações bruscas de um âmbito que estávamos acostumados a pensar como “dado”, ou seja, como relativamente

estático – basta pensar na enorme distância que aprendemos a enxergar entre a escala geológica e a escala humana, cuja desaparição parece ser uma dentre as muitas características alarmantes do Antropoceno.

Outro problema característico do Antropoceno é o fato de que constatações dessas transformações são frequentemente recebidas com ceticismo, ou, ainda mais grave, simplesmente com negação, conforme aponta Latour na mesma obra. Isso fortalece a tentação – tanto por parte de cientistas como de outras pessoas motivadas pela urgência da situação – de invocar o argumento de autoridade, lançando mão da narrativa que os autores tanto problematizaram da ciência com “c” maiúsculo, aquela capaz de calar qualquer divergência e resolver todo conflito com seu poder de descrever o mundo objetivamente.

Assim, uma resposta adequada aos negacionismos atuais seria, idealmente, aquela que não precise nem recorrer à narrativa das ciências como autoridade máxima e exclusiva sobre o que é legítimo dizer da realidade (pois “objetivo”), nem tampouco afirmar uma “natureza” inerte pois estática, imutável, intocável, e por isso imune a quaisquer ações humanas. Ao mesmo tempo, dado que a oposição a essas concepções é frequentemente interpretada como um sucumbir ao mero relativismo, acreditamos ser necessário explorar maneiras possíveis de resguardar certos aspectos dessas noções – de “objetividade” e “natureza” –, aspectos esses que julgamos ter ainda algo de interessante a oferecer.

Desse modo, o intuito do trabalho é buscar uma possível conjugação entre novas (ou, simplesmente, atualizadas) noções de “natureza” e “objetividade”. Se “objetivo” não mais diz respeito ao conhecimento fruto de um acesso imparcial, desinteressado, a uma “natureza” inerte e igualmente neutra, então a que exatamente ele pode se referir?

A fim de respondê-lo, recorremos ao filósofo e matemático Alfred North Whitehead e sua filosofia do processo. Embora Whitehead não estivesse, em sua época, preocupado com questões relacionadas ao Antropoceno, ele preocupava-se em conciliar as necessidades das ciências entre si, em estabelecer uma espécie de metafísica comum que permitisse integrar os conhecimentos da física e da matemática com áreas como a biologia e a psicologia, levando em conta também a experiência do senso comum e o que essa nos informa sobre a “natureza”. Para realizar essa tarefa, o autor interpreta de modo radicalmente diferente as noções de “subjetividade” e “objetividade” em relação a suas acepções mais corren-

tes; e acreditamos que, ao fazê-lo, transforma também o que entendemos por “natureza”. Por isso, enxergamos nessas transformações uma oportunidade de traçar novos pontos de partida para o desenvolvimento de uma futura teoria do conhecimento, que seja mais afim aos diversos desafios do Antropoceno.

Dessa forma, a presente pesquisa foi motivada pelo interesse em compreender de que forma o pensamento de Whitehead permite elaborar uma noção alternativa de “objetividade”, capaz de servir como base para uma nova teoria do conhecimento e que seja compatível com uma outra concepção de “natureza” – diferente daquela que Latour e Stengers enxergam como um obstáculo para a assimilação da realidade do Antropoceno. Em outras palavras, apostamos no pensamento de Whitehead enquanto uma fonte de possíveis saídas da dificuldade que se coloca: de um lado, a invocação de autoridade do conhecimento científico pressupõe a existência de um âmbito “natural” inerte, mera fisicalidade dada de uma vez por todas; de outro, a necessidade de, no Antropoceno, conceber a natureza de outra forma (enquanto, entre outras coisas, passível de ser afetada por nossas ações) demanda uma composição de saberes científicos, muitos deles produzidos com base em projeções, cenários e estipulações, que não raro produz o sentimento de que não há mais conhecimento seguro.

Na primeira seção do trabalho, buscamos apresentar as principais razões que teriam levado o próprio Whitehead a reconsiderar as noções correntes de “subjetividade” e “objetividade” em bases distintas daquelas endossadas por certas tradições filosóficas. Para isso, apresentamos as posturas e concepções vigentes nas correntes metafísicas – e nas teorias científicas que as pressupõem – de sua época que o autor considerava inadequadas, como as chamadas “teorias da bifurcação da natureza”, e a concepção de “matéria” do materialismo científico, e tratamos também de suas reflexões sobre os requisitos necessários à elaboração de uma metafísica alternativa, uma que seja capaz também de viabilizar uma nova teoria “objetivista” do conhecimento.

Na segunda seção, buscamos apresentar como, ao reformular a oposição subjetividade-objetividade, Whitehead opera uma transformação na noção de “natureza”. Concebida como matéria, e assim forçada a cumprir a função da fonte última da objetividade, a natureza teria sido destituída de uma série de características que são, a partir daí, tidas como “subjetivas”. Assim, nessa seção buscamos explicitar de que modo ele procura “devolver” esses aspectos à “natureza” e como

a concepção que temos dessa é enfim transformada uma vez que passa a incluí-los.

Para isso, escolhemos focar em três características principais que tornariam a “natureza” de Whitehead radicalmente diferente da “matéria” que ele rejeita: o primeiro é o que Whitehead chama de “evento” ou “passagem da natureza” que, num primeiro momento, associamos à noção de “fluxo” ou devir; o segundo é a noção de “experiência”, ou, mais especificamente, a capacidade de se ter experiências próprias; e, por último, há também aquele aspecto a que nos referimos simplesmente como “relacional”, o entendimento de que as relações entre as coisas não são meramente posteriores a suas existências, mas antes participam ou influenciam em suas constituições.

Com este último elemento da relação, responsável por transformar tanto o que entendemos por “localização” como por “subjetivismo”, ocorre uma virada no raciocínio do trabalho que nos permite já adentrar a questão da objetividade de outra forma, agora situados em um novo entendimento sobre a noção de “natureza”. A ideia de “objetividade”, agora, deverá ser buscada no próprio cerne desse aspecto “relacional”, naquilo que Whitehead chama de “solidariedade”.

Assim, na terceira e última seção do trabalho, nos voltamos para a parte da obra do autor em que entendemos se encontrar esse elemento: sua “teoria das preensões”. A partir dessa, procuramos elaborar de que maneira, no pensamento de Whitehead, as coisas na “natureza” podem ser pensadas como se fazendo “presentes” umas nas outras e em que sentido essa “presença” pode ser pensada como um dado “objetivo”.

Por fim, na conclusão buscamos explicar como a nova concepção de “objetividade” elaborada pode ser dita ainda compatível com os aspectos anteriormente considerados “subjetivos”, e de cujo retorno à “natureza” tratava a seção anterior, de forma que o que foi retomado não se perca novamente.

1

Apresentação do problema

1.1

As teorias da bifurcação da natureza e a questão da matéria

Whitehead inicia sua obra *O Conceito de Natureza* (1920)¹ atentando para a necessidade de se separar a atividade do pensamento, de um lado, da natureza ou “aquito que observamos na percepção por meio dos sentidos”², do outro (CN, p.7)³. Em uma conferência cuja proposta central é responder justamente à questão “O que entendemos por natureza?”, o autor parece já introduzir seu raciocínio com uma espécie de resposta provisória: “natureza” é aquilo de que se tem notícia pela percepção, e não o pensamento sobre ela.

Portanto, sua primeira preocupação parece ser a de diferenciar aquilo que considera um pensamento “homogêneo”, isto é, um pensamento simples acerca de determinado objeto, de pensamentos “heterogêneos”. O primeiro tipo, voltado para a descrição do que se apreende, seria a operação própria ao conhecimento. Já o segundo seria o vício particular da epistemologia e metafísica modernas. Seguindo esse segundo tipo de pensamento, em vez de nos voltarmos para os dados imediatos da percepção, teríamos nos habituado ao desvio por um movimento auto-reflexivo, tomando por objeto agora não mais o conteúdo do pensamento,

1 Utilizaremos, a partir do primeiro momento em que forem citadas, as abreviações dos títulos das obras de Whitehead da forma como geralmente aparecem entre seus comentadores e conforme já listado acima: “CN” para *O Conceito de Natureza* (1924), “SMW” para *A Ciência e o mundo moderno* (1925) e “PR” para *Processo e Realidade* (1929).

2 No original: “Nature is that which we observe in perception through the senses.” As traduções aqui presentes são nossas, e as páginas indicadas se referem às edições no inglês original que constam nas referências bibliográficas.

3 Utilizaremos a partir de agora o termo “natureza” nesse sentido. Em PR, por vezes o autor utiliza “natureza” para se referir especificamente ao mundo (externo) enquanto o que é material, a fim de ressaltar justamente essa materialidade do que é concreto, tangível, mas opondo-a à mera “matéria” do materialismo, uma concepção que veremos logo adiante. Já a noção de “realidade”, quando utilizada pelo autor, parece incluir tanto a “natureza”, assim pensada, quanto o pensamento.

mas o próprio ato de pensar.⁴ Por essa via, nossa atenção se volta não para o objeto percebido, mas antes para o sujeito que pensa e percebe, e sua atividade. Trata-se, para Whitehead, de uma questão metafísica, e não epistemológica, que, numa inversão, teria sido tomada (erroneamente) por questão única do conhecimento (CN, pp. 1-17).

Esse desvio, que prioriza a questão auto-reflexiva em relação às demais, seria responsável pela confusão das relações da realidade a serem buscadas – aquelas dos objetos entre si – com essa relação em particular, exacerbando o lugar da dimensão subjetiva – no caso, do pensamento – no processo de conhecimento. Por essa via, torna-se impossível descrever qualquer objeto ou relação da natureza sem ter de, para isso, se referir à relação desses com o sujeito que os percebe. O autor o ilustra por meio do seguinte (e célebre) exemplo:

Por exemplo, o fogo está queimando e vemos um carvão vermelho. Isto é explicado pela ciência como a energia radiante do carvão entrando em nossos olhos. Mas ao buscar tal explicação, não estamos perguntando quais são as circunstâncias que são capazes de fazer a mente perceber o vermelho. A cadeia causal é outra. *A mente é deixada inteiramente de lado.* A verdadeira questão é: *quando encontramos o vermelho na natureza, o que mais encontramos também?* A saber, o que buscamos é uma análise daquilo que vem junto, na natureza, da descoberta do vermelho na natureza. (CN, p. 27, ênfase nossa)⁵

Ou seja, a questão é sobre as outras relações do “vermelho” do fogo, e não sobre a relação entre ele e nossa retina, que permite que o apreendamos em primeiro lugar. Os olhos, o corpo, a posição ou a mente do sujeito que apreende, embora implicitamente presentes, devem ser momentaneamente esquecidos – “A mente é deixada inteiramente de lado” –, a fim de que a atenção se volte para o objeto mesmo de investigação: aquilo que acompanha o vermelho na natureza. Whitehead busca direcionar nossa atenção de volta para o objeto, e não para o sujeito. Assim, o que está em jogo aqui é um protesto contra essa ênfase subjetivista.

4 O autor afirma: “O que quero dizer é que podemos pensar sobre a natureza sem pensar sobre o pensamento.” (CN, p. 2) No original: “What I mean is that we can think about nature without thinking about thought.”

5 No original: “For example, the fire is burning and we see a red coal. This is explained in science by radiant energy from the coal entering our eyes. But in seeking for such an explanation we are not asking what are the sort of occurrences which are fitted to cause a mind to see red. The chain of causation is entirely different. The mind is cut out altogether. The real question is, When red is found in nature, what else is found there also? Namely we are asking for an analysis of the accompaniments in nature of the discovery of red in nature.”

Quando expressa esse protesto, o autor parece ter em mente o que ali (em CN) chamou de “teorias da bifurcação da natureza” (CN, pp. 18-ss). A expressão aparece pela primeira vez ainda nessa obra e é utilizada para se referir aos relatos acerca da percepção e do conhecimento humano que fazem a realidade bifurcar em dois “sistemas” ontológicos distintos.

Na interpretação de Didier Debaise, a “bifurcação da natureza” seria essencialmente uma operação de separação, de divisão da realidade, a partir da experiência perceptiva. Um corte é realizado no conteúdo da percepção, a fim de se separar, nesse conteúdo, aquilo que será atribuído a uma ou outra ordem da realidade. Ao dividir esse conteúdo em “tipos” distintos, pertencentes a ordens diferentes, essa operação acabaria por recortar a realidade inteira. A partir daí, uma dessas ordens assumirá a função de explicar a outra: uma será a ordem das “causas” e a outra a dos “efeitos” – ou “fenômenos”. Passamos então a estar em contato sempre com apenas uma dessas ordens, a ordem “fenomênica”, ou dos efeitos, e apenas *por meio* desses – ou seja, de forma indireta – com a ordem causal. Trata-se, para Debaise, de uma operação de repartição dos próprios corpos, isto é, dos objetos que são o conteúdo da percepção (DEBAISE, 2017, pp. 12-13).

Parece haver aqui duas pressuposições em jogo: a realidade pode ser repartida em (apenas) duas dimensões distintas; e uma dimensão é mais capaz de causar, afetar, determinar a outra do que o contrário. Podemos então oferecer uma definição provisória de “bifurcação da natureza”: qualquer narrativa que pretenda repartir a realidade em duas ordens – ou mesmo duas “naturezas” – distintas, e que em seguida confira a apenas uma a autoridade de explicar a outra.

Para Whitehead, conforme o elabora em *A Ciência e o mundo moderno* (1925), com esse tipo de descrição repartida da realidade, “a filosofia moderna aruinou-se.” Teria aprisionado a si mesma na obrigação de se restringir sempre a apenas duas ordens: “Há os dualistas, que aceitam a matéria e a mente em termos iguais, e as duas variações de monistas, aqueles que incluem a mente na matéria, e aqueles que incluem a matéria na mente.”⁶ (SMW, p. 57).

Ou seja, primeiro tem-se a operação de bifurcação base que separa mente e matéria. Em seguida, há a tomada de posição que pode ou escolher man-

6 No original: “Thereby, modern philosophy has been ruined. It has oscillated in a complex manner between three extremes. There are the dualists, who accept matter and mind as on an equal basis, and the two varieties of monists, those who put mind inside matter, and those who put matter inside mind.”

ter a dualidade, ou reduzir um dos polos ao outro: ou a matéria é reduzida à mente, ou a mente é reduzida à matéria. Em todos os casos, porém, mesmo no dos “monistas” que acabam privilegiando um dos lados, há a repartição subjacente que separou os polos em primeiro lugar. Todos aceitam o cenário inicial da natureza bifurcada.

O caso mais exemplar de uma tal teoria talvez seja a divisão entre qualidades primárias e secundárias de John Locke. Conforme Whitehead o descreve em CN, aquela repartiria a realidade da seguinte forma (CN, p. 18-19): de um lado, as qualidades primárias, pertencentes às coisas mesmas; de outro, as qualidades secundárias, aquelas que de fato percebemos – tais como cores, sons, cheiros – mas que, segundo essa descrição, seriam apenas produto de nossas próprias mentes, estando ausentes das coisas em si mesmas.

Nas palavras de Whitehead:

Inicialmente, a apreensão mental é provocada pelas ocorrências em determinadas partes correlacionadas do corpo, como os reflexos no cérebro, por exemplo. Mas a mente ao apreender também experimenta sensações que, rigorosamente falando, são qualidades da própria mente. Essas sensações são *projetadas por ela, de forma a revestir os corpos apropriados na natureza externa*. Assim, os corpos são percebidos como possuindo qualidades que na realidade não pertencem a eles, qualidades que de fato são apenas produtos da mente. Dessa forma, a natureza ganha o mérito que na verdade deveria ser nosso: a rosa por seu perfume; o rouxinol por seu canto; e o sol por seu brilho.⁷ (SMW, p. 55-56, ênfase nossa)

Ou seja, as qualidades primárias – a matéria em sua mera localização espaço-temporal, já que praticamente todas as suas outras características lhe foram retiradas – aqui exercem a função a que o autor chama de “natureza causal”, enquanto as qualidades secundárias corresponderiam à “natureza aparente”, ou simplesmente “sono” (CN, p. 21).

O resultado dessa repartição em particular – o fruto dessa maneira específica de fazer a realidade bifurcar, poderíamos dizer – seria então uma certa con-

7 No original: “Primarily, the mental apprehension is aroused by the occurrences in certain parts of the correlated body, the occurrences in the brain, for instance. But the mind in apprehending also experiences sensations which, properly speaking, are qualities of the mind alone. These sensations are projected by the mind so as to clothe appropriate bodies in external nature. Thus the bodies are perceived as with qualities which in reality do not belong to them, qualities which in fact are purely the offspring of the mind. Thus nature gets credit which should in truth be reserved for ourselves; the rose for its scent: the nightingale for his song: and the sun for his radiance.”

cepção de natureza baseada na noção de matéria. Agora no papel da natureza teríamos, nos termos de Whitehead, uma “coisa monótona, sem som, sem cheiro, sem cor; mero correr da matéria, sem fim, sem sentido”.⁸ (SMW, p. 56) Trata-se da concepção de matéria particular ao que o autor chama de “materialismo científico” (SMW, p. 18)⁹.

Sua crítica a essa concepção de matéria tem dois alvos principais: a noção de substância com qualidades ou atributos, e a de “localização simples” (SMW, pp. 39-57). Juntas, essas nos obrigam a atribuir as qualidades que apreendemos ao âmbito subjetivo, esvaziando a natureza “objetiva” que é assim transformada simplesmente em um par de coordenadas no espaço-tempo – sua “localização simples”. Falaremos de ambas essas noções de maneira mais detalhada adiante.

O produto dessa articulação seria então uma concepção de matéria que consiste, segundo o autor, em uma verdadeira abstração. E, pior, uma abstração que é tomada como a realidade última. Pensada enquanto o “substrato” por baixo de todas as coisas, essa matéria ocuparia um lugar mais essencial do que os elementos diretos da experiência que, na leitura de Whitehead, teriam viabilizado sua própria concepção. Por isso, o autor a considera o produto de uma verdadeira “fálgica da concretude deslocada”, ou seja, o resultado de tomar como mais concreto aquilo que na verdade é o mais abstrato (SMW, p. 52).¹⁰

Enquanto fruto de abstração, esse grande construto que é a matéria seria desprovido de uma série de elementos que, para o autor, constituem partes impor-

8 No original: “Nature is a dull affair, soundless, scentless, colourless; merely the hurrying of material, endlessly, meaninglessly.”

9 Em seus próprios termos: “o fato último de uma matéria ou material bruto, irredutível, disperso pelo espaço em um fluxo de configurações. Em si mesmo, tal material é sem sentido, sem valor, sem propósito. Ele apenas faz o que faz, seguindo uma rotina fixa imposta por relações externas que não brotam da natureza de seu próprio ser. É a essa suposição que chamo ‘materialismo científico’.” (SMW, p. 18) No original: “the ultimate fact of an irreducible, brute matter, or material, spread throughout space in a flux of configurations. In itself such a material is senseless, valueless, purposeless. It just does what it does do, following a fixed routine imposed by external relations which do not spring from the nature of its being. It is this assumption that I call ‘scientific materialism’.”

10 Essa descrição se encaixa também no que Bruno Latour frequentemente chama de “idealismo da matéria” (LATOUR, 2020, p. 130) ou “idealismo do materialismo” (LATOUR, 2019, p. 88-ss). Esse último é descrito por ele como uma certa concepção da natureza – a matéria – enquanto “espaço euclidiano”. Sendo este uma construção extremamente abstrata, pensar a natureza enquanto matéria, i.e., enquanto correspondendo a esse espaço, desprovida de todas as suas outras características que de fato expericienciamos – as meras “qualidades secundárias” –, seria o mesmo que colocar na posição do que deveria vir primeiro, enquanto o mais concreto, mais tangível, aquilo que na verdade é o mais abstrato. Se essa matéria representa o mais concreto, o “mundo visível”, ele afirma: “não existe mundo mais invisível do que o ‘mundo visível’”. (LATOUR, 2019, p.157)

tantes da natureza. Junto às ditas qualidades “secundárias”, como as mencionadas nas últimas citações – suas cores, sons e perfumes –, há também outros dois aspectos de que ela teria sido esvaziada e de cuja importância Whitehead encontra um testemunho no movimento romântico. Trata-se da “presença” ou “interfusão” dos elementos da natureza uns nos outros, e da constatação do que chama de “valor” (SMW, pp. 75-96). Recorrendo a figuras como William Wordsworth e Percy Shelley, Whitehead busca ilustrar a maneira como a natureza ressurge, no romantismo, enquanto um âmbito que – diferentemente da matéria do materialismo científico – não só desafia a noção de localização simples, mas que também insiste em ter valor próprio.

Em Wordsworth, por exemplo, Whitehead encontra a ideia de uma espécie de “presença” difusa da natureza – descrita também como a “interfusão” das coisas na natureza –, e na qual podemos ver uma espécie de predecessor da noção de “prensão” que o autor começa a elaborar no capítulo anterior da mesma obra e que mais tarde se tornará um conceito fundamental de PR. Assim como o próprio Whitehead, Wordsworth também teria contestado a maneira como as ciências de sua época pensavam a natureza, protestando contra o fracasso dessas em incluir nesse entendimento certos aspectos importantes dessa.

O principal desses, segundo a leitura de Whitehead, seria a presença das coisas na natureza umas nas outras e naqueles (como o poeta) que a contemplam. O que Whitehead localiza no protesto de Wordsworth e na imagem que seus poemas traçam da natureza é uma rejeição da noção de “localização simples”: diferentemente de uma matéria passiva, limitada a estar onde está e incapaz de tocar outros pontos do espaço, na interpretação de Whitehead a natureza de Wordsworth se faz presente de maneira imponente em toda parte. Ela não é uma entidade distante e indiferente, mas antes uma presença “perturbadora”, insistente, pela qual o poeta se sente constantemente tocado.

E Whitehead afirma o mesmo a respeito de Shelley. Embora tivessem opiniões radicalmente opostas a respeito das ciências – enquanto em Wordsworth despertava repulsa, Shelley era seu entusiasta, incluindo conceitos e teorias científicas em seus poemas – tanto um como o outro, para Whitehead, atestam a existência inegável dessa “presença” ou “interfusão” das coisas na natureza.

Mas há ainda outro elemento importante de que ambos os poetas seriam testemunhas: a noção de um “valor estético” intrínseco à natureza. Trata-se do as-

pecto, nas palavras do autor, de “ser valioso, de ter valor, de ser um fim em si mesmo, de ser algo que é para si”¹¹ (SMW, p. 95). Aqui parece estar em jogo uma certa irredutibilidade dessa natureza: sua existência seria irredutível tanto a mero reflexo subjetivo do poeta que a percebe, enquanto qualidades secundárias, por exemplo; quanto a mera matéria “sem sentido”, ou seja, sem um fim próprio, des-
tituída de qualquer “propósito” ou submetida a algum propósito alheio (mecânico, por exemplo). Em ambos os casos, é a ausência de qualquer valor que se possa considerar *próprio* que parece ser o problema para Whitehead.

Assim, para não mais endossar a noção de matéria informada pelo materialismo científico, e assim obter uma descrição da natureza adequada ao que Whitehead afirma ser a experiência concreta que temos dela – conforme evidenciada pelos testemunhos dos românticos –, é preciso reintegrar o aspecto de valor próprio e o da inter fusão na concepção que temos da natureza.

1.2. Uma nova base para o conhecimento

Além dos problemas já vistos, as teorias da bifurcação da natureza geram ainda outras dificuldades epistemológicas. Entre elas, está a questão da correspondência: se a realidade externa (ou a natureza) e a mente são de ordens diferentes, então como é possível para a mente ter acesso à primeira; se o âmbito fenomênico é “desligado” da ordem da natureza causal subjacente, como é sequer possível que a conheçamos? (DEBAISE, 2019, p. 88) Em outras palavras, se perceber “qualidades” (sempre “secundárias”) já não nos comunica nada, necessariamente, sobre as coisas, então para que servem essas descrições?

A noção de localização simples, como entenderemos melhor adiante, coloca duas dificuldades. Ao postular uma realidade material concebida como uma espécie de coleção de substâncias individuais, acaba por oferecer uma natureza que é feita de partes isoladas tanto em relação aos seus próprios “atributos”, como umas às outras: as qualidades a que temos acesso já não nos dizem nada de valor, pois são apenas “secundárias”, estão essencialmente apartadas de seus respectivos objetos; mas, nesse cenário, mesmo que se pudesse conhecer tais objetos, “partes” dessa matéria, elas não nos comunicariam nada para além de si mesmas, pois consistem em unidades isoladas, apartadas das demais. Assim, mesmo no que

11 No original: “of being valuable, of having value, of being an end in itself, of being something which is for its own sake.”

diz respeito a qualidades ditas de mesma ordem – como a situação de uma parte de matéria no espaço e no tempo – não fica claro como essas qualidades poderiam conectá-la (essa parte de matéria) a outras partes (SMW, p. 39-57).

O primeiro hiato gera o problema da correspondência, enquanto o segundo culminaria na questão da indução colocada por Hume, assim descrito por Whitehead: se “não há nada no fato presente que se refira inherentemente seja ao passado, ou ao futuro”, se não há como garantir a existência de algo como uma “ordem da natureza”, então como poderemos traçar relações entre as coisas (SMW, p. 52)¹²? Ou, dito de outra forma, como conhecer coisas isoladas (tanto temporal como espacialmente), que não se afetam?

Insatisfeito com esse tipo de formulação, Whitehead procura desenvolver uma metafísica alternativa própria, a ser acompanhada de outra descrição do conhecimento. O que o autor deseja, entre outras coisas, é devolver às “qualidades secundárias” – aquilo a que temos acesso, com que temos contato direto, o que percebemos e experienciamos – sua relevância. Em outras palavras, restituí-las do poder de *revelarem* algo novamente, tanto sobre as “substâncias” das quais seriam qualidades (segundo certas metafísicas), quanto sobre seus ambientes, seus vizinhos, isto é, sobre aquilo que está para além delas mesmas.

Em SMW, Whitehead diagnostica essa necessidade de uma nova descrição do processo de conhecimento. Antes de poder buscar uma teoria do conhecimento que atenda às demandas de sua época, porém, ele se vê diante de um desafio “anterior”: o de buscar uma base para o modelo a ser formulado. É preciso então decidir se essa será uma base idealista ou realista, objetivista ou subjetivista. Embora o autor afirme estar à procura de um “realismo provisório” (SMW, p. 65), ele insiste que tanto idealismo quanto realismo são compatíveis com uma postura objetivista – pela qual, como veremos, ele optará (SMW, pp. 89-96). Nos concentraremos aqui principalmente na segunda distinção, aquela entre subjetivismo e objetivismo.

A primeira é descrita pelo autor como

A crença de que a natureza de nossa experiência imediata é o resultado das peculiaridades perceptivas do sujeito que a experiencia. Em outras palavras, quero dizer que para essa teoria o que é percebido não é uma visão parcial de um complexo de

¹² No original: “there is nothing in the present fact which inherently refers either to the past or to the future.”

coisas de modo geral independentes desse ato cognitivo; mas que é simplesmente a expressão das peculiaridades individuais desse ato. (SMW, p. 89)¹³

Ou seja, essa posição subjetivista extrema permitiria reduzir aquilo que se percebe às “peculiaridades individuais” do ato cognitivo, isto é, às particularidades (subjetivas) do indivíduo.

Já a “crença objetivista”, em suas palavras, consistiria

Em que os próprios elementos percebidos pelos sentidos são eles mesmos elementos de um mundo comum, e que esse mundo é um complexo de coisas, incluindo de fato nossos atos cognitivos, mas que os transcende. De acordo com esse ponto de vista, as coisas experienciadas devem ser diferenciadas do conhecimento que temos delas. Na medida em que há dependência, as coisas abrem o caminho para a cognição, e não vice-versa. Mas o ponto é que as coisas experienciadas entram em um mundo comum que transcende o conhecimento, embora o inclua. [...] Os objetivistas sustentam que as coisas experienciadas e o sujeito cognitivo entram no mundo comum em termos iguais. (SMW, p. 90)¹⁴

A bifurcação à maneira de Locke, por exemplo, segundo Whitehead, corresponderia a uma posição subjetivista intermediária, uma vez que trata apenas as qualidades secundárias em base subjetivista (SMW, p. 92). As qualidades primárias seriam tratadas por base objetivista, responsáveis por produzir um relato do mundo “comum” – a matéria – que tornaria possível prescindir das circunstâncias subjetivas daquele que a conhece. Já as qualidades secundárias seriam tratadas por base subjetivista, entendidas como inteiramente dependentes daquelas circunstâncias.

Essa postura consiste, portanto, na

13 No original: “the belief that the nature of our immediate experience is the outcome of the perceptive peculiarities of the subject enjoying the experience. In other words, I mean that for this theory what is perceived is not a partial vision of a complex of things generally independent of that act of cognition; but that it merely is the expression of the individual peculiarities of the cognitive act.”

14 No original: “that the actual elements perceived by our senses are in themselves the elements of a common world; and that this world is a complex of things, including indeed our acts of cognition, but transcending them. According to this point of view the things experienced are to be distinguished from our knowledge of them. So far as there is dependence, the things pave the way for the cognition, rather than vice versa. But the point is that the actual things experienced enter into a common world which transcends knowledge, though it includes knowledge. [...] The objectivist holds that the things experienced and the cognisant subject enter into the common world on equal terms.”

Posição intermediária daqueles que acreditam que nossa experiência perceptiva de fato nos fala de um mundo objetivo comum; mas que as coisas percebidas são meramente o resultado desse mundo para nós, e não são *em si mesmas* elementos do próprio mundo comum.¹⁵ (SMW, 89-90)

Ou seja, parece implicar uma interação indireta entre nossa percepção e as coisas na realidade.

Essa descrição, conforme exposta e criticada por Whitehead, pressupõe uma atividade mental que nos faz ver “uma série de coisas que não estão lá”¹⁶, as ditas qualidades secundárias (CN, p. 19). Dado que tudo o que for atribuído ao âmbito dessas será tido como menos real pois “subjetivo”, fruto de mera atividade mental, ela faz com que partes da realidade sejam deixadas de fora. Nos termos de Debaise, as “experiências fenomênicas que, já que precisam ter o seu lugar, recebem todas as qualidades excluídas dessa matéria purificada.” (DEBAISE, 2017, p. 10)¹⁷

Assim, uma vez que nesse tipo de descrição as dimensões “objetiva” e “subjetiva” são tidas como âmbitos opostos, somos sempre obrigados a escolher, pois os elementos que se encontram em uma estão necessariamente ausentes da outra. Por isso, é descrito por Bruno Latour como um “jogo de soma zero”, ou seja, uma dinâmica em que se tem dois polos mutuamente excludentes, onde o que se ganha de um lado deve sempre ser “pago” com uma perda do outro (LATOUR, 2023).

Desse modo, a fim de rejeitar a tendência subjetivista característica das teorias da bifurcação, na medida em que direciona a busca por conhecimento ao lugar errado e assim demanda a exclusão de partes da realidade, em SMW Whitehead está em busca de uma postura de base objetivista. Para isso, segundo ele, será necessário estabelecer algum tipo de “mundo transcidente” comum, seja da ordem do pensamento, seja da ordem da experiência (SMW, p. 92).

Contudo esse “mundo comum” não poderá se assemelhar a um mundo objetivo como aquele da bifurcação de Locke, referente às qualidades primárias. Em outras palavras, a saída do “subjetivismo” aqui jamais poderá ser buscada no

15 No original: “the half-way house of those who believe that our perceptual experience does tell us of a common objective world; but that the things perceived are merely the outcome for us of this world, and are not in themselves elements in the common world itself.”

16 No original: “a lot of things that are not there.”

17 No original: “phenomenal experiences that, since they must be given their due place, receive all the qualities excluded from this purified matter.”

âmbito “objetivo” da mesma descrição da natureza, já que, conforme a imagem do “jogo de soma zero” proposta por Latour, um parece pressupor o outro. Portanto, a busca de Whitehead seria pela formulação de uma posição objetivista que inclua na natureza – isto é, na realidade externa e material – certas características inconcebíveis segundo essa bifurcação.

Podemos então resumir os problemas colocados pelo autor que vimos até aqui. Em primeiro lugar, por meio da dinâmica característica das teorias da bifurcação, vemos se consolidar uma noção abstrata de natureza – a natureza pensada enquanto mera matéria –, que se afasta de nossa experiência direta cotidiana e do senso comum, e termina por reduzir o escopo do que consideramos “real”: não há mais na realidade externa nem cheiro, nem som, nem cor, etc.

Além disso, essas dinâmicas colocam suas próprias dificuldades para a tarefa do conhecimento, em vez de facilitá-lo. Dentre essas, falamos da tendência subjetivista e seu desvio característico, que nos leva a buscar explicações nas relações erradas, reduzindo certas conexões – ou dimensões inteiras – a outras, e novamente negligenciando partes importantes da realidade; e também mencionamos os problemas que surgem junto à própria necessidade de buscar conexões em um cenário teórico que postula uma realidade feita de partes isoladas, gerando obstáculos como a questão da correspondência e nos colocando em uma posição vulnerável a ceticismos como o de Hume.

Assim, poderíamos dizer que o intuito de Whitehead é reformular a concepção usual de “mundo objetivo” calcada na noção de matéria, reconectando os aspectos separados pela bifurcação, de modo que aquilo que teve sua realidade “diminuída”, tratado como meramente “subjetivo”, seja de algum modo reinserido nesse mundo externo, isto é, na natureza. Isso viabilizaria, enfim, uma descrição de todos os elementos presentes como pertencentes a um mesmo âmbito da realidade. Em outras palavras, o que foi excluído deverá ser restituído, e o que foi desconectado, colocado novamente em relação. Nos termos do autor:

Para a filosofia natural, tudo o que é percebido está na natureza. *Não podemos selecionar.* Para nós, o brilho vermelho do pôr do sol deve ser considerado tão parte da natureza quanto o são as moléculas e as ondas elétricas por meio das quais os homens da ciência explicariam esse fenômeno. Cabe à filosofia natural

analisar como esses diversos elementos da natureza estão conectados.¹⁸ (CN, p. 20, ênfase nossa)

Ao mesmo tempo, o desafio de propor uma tal descrição da realidade deverá ser enfrentado conciliando-a também, na medida do possível, com as teorias científicas de sua época. Ao contrário de outros autores que, ao rejeitarem, por exemplo, a matéria do materialismo científico, acabam por se colocar “contra” as ciências como um todo, Whitehead – sendo ele mesmo um matemático, antes de se dedicar à filosofia propriamente – está em diálogo constante com as questões científicas relevantes de seu momento.

Sendo assim, a proposta da presente pesquisa é buscar entender de que forma o autor procura, ao mesmo tempo, rejeitar tanto a tendência subjetivista apresentada, via a elaboração de uma base objetivista para o conhecimento, como a matéria do materialismo científico, até então vista como a base do conhecimento objetivo. Como conciliar essa busca por uma base objetivista e a rejeição do que era considerado o âmbito “objetivo” da realidade, a matéria? Que “matéria alternativa” – ou o que quer que passe a exercer sua função, se houver – será colocada em seu lugar? Dito de outra forma: se tanto o que consideramos “subjetivo” como “objetivo” estão sendo questionados, de modo que a própria distinção parece ser colocada à prova, como será possível ainda falar em “objetividade”?

Tendo elaborado o problema a partir das obras já mencionadas, CN e SMW, buscaremos respondê-lo por meio principalmente daquela que é considerada sua obra de maior peso, *Processo e Realidade* (1929). Em PR, Whitehead busca desenvolver sua “filosofia do organismo” ou “filosofia do processo”. O primeiro termo, “organismo”, já intitulava seu projeto na obra anterior [SMW], enquanto “processo” aparece nessa outra obra como uma novidade. O intuito de Whitehead é conciliar uma série de elementos tanto da história da filosofia como das “ciências duras”, como a física e a matemática, mas conectando-se também a áreas como a biologia (como fica evidente, por exemplo, com o recurso à própria noção de “organismo”). O aspecto “extenso” da realidade – o qual, na história da filosofia, tem em Descartes seu mais expressivo representante – deverá ser tornado compatível com o atomismo das teorias do quantum (PR, p. 238-239). Assim como o

18 No original: “For natural philosophy everything perceived is in nature. We may not pick and choose. For us the red glow of the sunset should be as much part of nature as are the molecules and electric waves by which men of science would explain the phenomenon. It is for natural philosophy to analyse how these various elements of nature are connected.”

elemento “vibratório” dessas teorias, frequentemente associado ao aspecto do “fluxo” ou “devir” da realidade, deverá encontrar sua conciliação com aquele que é tido tradicionalmente como seu oposto ou complementar, o da estaticidade ou permanência das coisas. Também a teoria da relatividade da física deverá encontrar seu lugar no novo esquema.

Dado o escopo deste trabalho, naturalmente não exploraremos todas as aproximações pretendidas pelo autor, priorizando aquelas que concernem à questão que aqui nos move: conciliar a demanda por uma base objetivista com os aspectos fornecidos pelo relato da experiência e do senso comum acerca da natureza.¹⁹

Desse modo, a próxima parte deste trabalho pode ser lida como uma tentativa de responder à pergunta: de que forma Whitehead busca incluir em sua descrição da “natureza” – enquanto aquilo que é externo, separado do pensamento – os aspectos ditos “subjetivos”, tratados agora como partes tão relevantes quanto as anteriormente entendidas como “objetivas”? Feito isso, buscaremos então entender de que forma o autor procura inserir nessa nova descrição da realidade a “base objetivista” necessária para o conhecimento, presumivelmente em conciliação com aqueles aspectos “subjetivos” que antes figuravam como antagônicos ou incompatíveis com ela.

19 Se recorrermos ao vocabulário que o autor oferece na primeira seção de PR, chamada “a filosofia especulativa” (PR, pp. 3-17), poderíamos dizer que, ao tentar conciliar os aspectos de que a natureza teria sido esvaziada e os discursos científicos que pretendem oferecer uma base “objetivista” para o conhecimento, o autor busca realizar uma tarefa da ordem da “coerência”, isto é, colocar os elementos que julga indispensáveis na descrição da realidade em uma relação harmoniosa, coordenada. Já o protesto romântico em defesa do elemento de valor enquanto inerente à natureza poderia ser lido como uma tarefa de “adequação”, pois oferece um relato adequado à experiência que temos dessa (natureza). No entanto, uma boa descrição da realidade, para Whitehead, requer ambos os aspectos, isto é, deve ser tanto coerente como adequada, de maneira que a filosofia proposta nessa obra pode ser lida como almejando exprimir ambas essas qualidades.

2

O lado “subjetivista” de Whitehead: experiência, processo e relação

2.1

Experiência e emergência

2.1.1. Eventos e substâncias

Um dos aspectos de que a natureza teria sido privada em sua transformação em “matéria” e que costumamos considerar “subjetivo” seria aquele da realidade enquanto um “evento”, a que em CN Whitehead chama “passagem da natureza” (CN, pp. 36-ss). A característica principal de um evento é que ele passa, que é transitório e não permanente. Assim, da forma como a descreve nesta obra, antes de ser constituída de seres ou entidades discretos e fixos, a natureza se assemelharia mais a uma espécie de movimento.

A descrição do autor por vezes evoca a imagem de algo como um fluxo amorfo, apreendido por inteiro, que só poderá ser descrito em partes distintas por meio do pensamento. Seria apenas em um momento posterior que, em um recorte intelectual, separamos esse “fluxo” em partes individuais e fixas. Dessa forma, afirma Whitehead, se tomarmos a cena como a apresenta o pensamento, primeiro há partes individuais que então se relacionam umas com as outras – daí viria o aspecto de movimento da cena; mas se em vez disso a tomarmos como apresenta a apreensão sensível imediata²⁰, o que se tem é um fluxo só, as “relações” vindo à frente da cena (CN, pp. 8-10). Assim, nos termos do autor, “o fato imediato para a apreensão é [...] a natureza enquanto um evento presente para a apreensão sensível e enquanto essencialmente passageiro. Não há como segurar a natureza no lugar para contemplá-la.”²¹ (CN, p. 10)

20 Seguimos aqui a edição brasileira de CN (1994), traduzindo “sense-awareness” por “apreensão sensível”.

21 No original: “Namely the immediate fact for awareness [...] is nature as an event present for sense-awareness, and essentially passing. There is no holding nature still and looking at it.”

Em um primeiro momento, então, a permanência que observamos na realidade parece ser fruto de uma operação de abstração, que recorta porções fixas e individuais em meio ao fluxo transitório. Ainda em CN, o autor utiliza como exemplo o Obelisco de Cleópatra, um monumento de Londres, para ilustrá-lo:

Se definirmos o obelisco de uma forma suficientemente abstrata, poderemos dizer que ele nunca muda. Mas um físico que enxergue esta parte da vida da natureza como uma dança de elétrons, dirá que diariamente ela perdeu algumas moléculas e adquiriu outras, e mesmo o homem comum pode perceber que ela fica suja e ocasionalmente é lavada.²² (CN, p. 107)

Ou seja, o que Whitehead procura enfatizar aqui é esse aspecto da mudança constante na natureza como sendo, em certo sentido, mais fundamental do que sua aparente estaticidade. É apenas quando abstraímos, isto é, quando excluímos de nossa concepção mental desse monumento, certos aspectos seus que se alteram ao longo do tempo – as moléculas trocadas, a sujeira que se acumula –, que podemos pensá-lo como sendo estático.

A dificuldade principal para a assimilação desse aspecto da “passagem” parece se dever à pregnância da noção de “substância”, uma das “falácia da concretude deslocada” apontadas pelo autor. Sua crítica à noção de substância com atributos já vem desde CN, e está presente também em SMW. Em PR, as noções de substrato e substância vêm atreladas à de “persistência indiferenciada”²³. Uma substância, ou substrato, enquanto entidade mais básica da realidade, seria aquilo que é responsável pela persistência indiferenciada das coisas tais como elas são, isto é, com suas características principais – seus atributos ou qualidades “essenciais”, que lhe permitem reter sua identidade fixa (PR, pp. 77-79).

Ao contrário das qualidades ditas “acidentais”, as essenciais não seriam passíveis de mudança e tampouco dependeriam das relações travadas pelas coisas entre si para se manterem. Portanto o que é dito “essencial” em respeito à identidade particular de uma coisa, neste cenário, está ontologicamente separado daqui-

22 No original: “If we define the Needle in a sufficiently abstract manner we can say that it never changes. But a physicist who looks on that part of the life of nature as a dance of electrons, will tell you that daily it has lost some molecules and gained others, and even the plain man can see that it gets dirtier and is occasionally washed.”

23 Optamos aqui por seguir a tradução portuguesa de PR (2010) e traduzir “endurance” por “persistência”, a fim de diferenciá-la de “duração” (*duration*), que tem um outro sentido no pensamento do autor. Também em relação ao adjetivo “enduring”, que aparece caracterizando ora objetos, ora entidades, mantivemos a tradução (que condiz com a versão brasileira de SMW [2006]) “duradouro”.

lo que não o é. Nesse sentido, uma substância é “caracterizada por qualidades essenciais, e permanece numericamente uma em meio às mudanças de relações acidentais e qualidades acidentais.”²⁴ (PR, p. 79) Ou seja, sua identidade permanece essencialmente a mesma, não importa que espécies de “aventuras” ela empreenda. O aspecto da mudança é visto como meramente acidental, nunca parte essencial da constituição das coisas, de forma que o caráter da continuidade, da permanência ou persistência é sempre enfatizado em detrimento do aspecto contrário: a passagem, a mudança, o fluxo, etc. A estabilidade é então tida como regra e a mudança, como exceção.

Ao mesmo tempo, o autor reconhece que há um aspecto inegável de permanência ou “persistência” na natureza. Ainda em CN, ele atribui esse aspecto a uma certa recorrência ou repetição de elementos do evento principal – no caso, o evento que é o obelisco –, que o caracterizam como este evento particular, e não outro qualquer. Dessa forma, podemos dizer que há algo que se repete e que se situa no evento que passa, atuando como um aspecto característico dele. É esse tipo de recorrência, aliás, que para Whitehead nos permite reconhecer o que comumente chamamos de objetos – os eventos – na natureza, tais como o obelisco (CN, p. 108).

Mas essa possibilidade de reconhecimento, baseada na recorrência ou repetição de aspectos, de maneira alguma diminui o elemento da “passagem” ou mina a concepção desses objetos *enquanto* eventos, que passam. Antes de “tomar um lado” na clássica oposição “permanência” versus “fluxo”, então, o que Whitehead pretende é simplesmente ressaltar o aspecto do fluxo, tão parte da realidade quanto seu “oposto”; se contrapor às formulações que pensam a estaticidade como sendo a regra última da realidade.²⁵ Excluir esse dado do fluxo, em favor de uma descrição da realidade enquanto inteiramente estática equivaleria a produzir uma abstração equivocada.

Para Whitehead, a noção de substância por sua vez está intimamente conectada à forma sujeito-predicado de descrever as coisas (PR, pp. 137-138). Ainda em CN, ele já afirmava que:

24 No original: “[...] characterized by essential qualities, and remains numerically one amidst the changes of accidental relations and of accidental qualities”.

25 Utilizamos o adjetivo “última” para nos referir à realidade mais “fundamental” pois, do ponto de vista de quem deseja acessá-la e conhecê-la, esta seria a “camada” última da realidade, para além da qual não há mais como ir. Mas “primeira” se encaixaria igualmente bem dado que, do ponto de vista ontológico, essa realidade mais fundamental seria a base de todo resto, a que vem primeiro.

A aceitação não questionada da lógica aristotélica levou a uma tendência arraigada a se postular um substrato para tudo o que for revelado na apreensão sensível, ou seja, *a dirigir o olhar abaixo daquilo de que estamos cientes, em busca da substância no sentido da ‘coisa concreta’*. Esta é a origem dos conceitos científicos modernos de matéria e éter, eles são o produto desse hábito insistente de postulação.²⁶ (CN, p. 12, ênfase nossa)

A “coisa concreta” diz respeito, é claro, aos aspectos essenciais do objeto. Quais aspectos serão eleitos como essenciais pode variar de acordo com a época e a situação da filosofia e das ciências, mas há sempre algo que exerce a função da coisa “concreta”, a mais fundamental: o substrato.

Dessa forma, para Whitehead toda vez que se demanda uma explicação para determinada ocorrência, uma causa para um efeito observado, é à substância que se recorre como resposta. Buscar uma razão, historicamente, com frequência significou exigir “que substâncias com persistência indiferenciada de atributos essenciais [fossem] produzidas, e que a atividade [fosse] explicada enquanto a modificação ocasional de suas qualidades e relações acidentais.”²⁷ (PR, 77-78)

A substância ou substrato, então, com suas qualidades essenciais, prece- dem suas relações e atributos acidentais. O substrato é justamente aquilo que garante sustentação aos atributos, e que portanto é tido como a causa deles. Há aqui então uma certa noção de anterioridade (ontológica) e de dependência, já que os atributos se devem ao que está *por baixo* deles, os substratos. Desse modo, embora os “acidentes” possam mudar, há uma dimensão essencial que permanece a mesma e que parece se sustentar por conta própria, que “persiste” indefinidamente. O aspecto da passagem da natureza, enquanto eventos que compõem a realida- de é portanto, menosprezado, em nome de uma visão estática da realidade na qual tudo o que existe se deve antes a uma espécie de ordem subjacente estável pois es- sencial, imutável.

Mas se um dia foi possível descrever quase tudo em termos de substâ- cias com atributos, de forma que mesmo os objetos mais comuns, como uma pe-

26 No original: “The unquestioned acceptance of the Aristotelian logic has led to an ingrained tendency to postulate a substratum for whatever is disclosed in sense-awareness, namely, to lo- ok below what we are aware of for the substance in the sense of the ‘concrete thing.’ This is the origin of the modern scientific concept of matter and of ether, namely they are the outcome of this insistent habit of postulation.”

27 No original: “[...] a satisfactory explanation has always complied with the condition that sub- stances with undifferentiated endurance of essential attributes be produced, and that activity be explained as the occasional modification of their accidental qualities and relations.”

dra, pudessem ser pensados como substâncias, chega um ponto em que essa descrição encontra sérias complicações (PR, pp. 77-79). Com o surgimento da teoria molecular, a função de substância passa a ser exercida pelo átomo, agora a subjazer à pedra e explicar sua persistência. Então vêm os elétrons e prótons, “anteriores” aos átomos, pois seus componentes. Mas esses tampouco podem ser chamados de estáticos, pois consistem em cargas elétricas, e assim por diante. A realidade última a que se chega, segundo as teorias do quantum à época de Whitehead, é vibratória, e não estática. Sendo assim, como determinar o substrato e suas qualidades essenciais, se nada parece “persistir” de maneira “indiferenciada”? Defender a noção de uma substância estável fundamental, que sustente o resto, se torna então uma tarefa cada vez mais complicada.

Um dos objetivos da filosofia processual de Whitehead é justamente oferecer uma resposta a esse problema, colocado pelas teorias que enfatizam o elemento vibratório. Mas em vez de continuar a postular uma substância estática “por baixo” das coisas, a explicá-las, o que o autor busca fazer é conciliar os aspectos da persistência com o do “fluxo” sem, contudo, voltar a atribuir este último à categoria desprivilegiada de mero “acidente”. Assim, não há aqui uma escolha entre “fluxo” e “permanência”, privilegiando um dos lados como regra, e o outro como exceção. Como veremos, ambos são antes articulados enquanto elementos complementares e igualmente essenciais, inerentes à realidade.

2.1.2. As ocasiões ou entidades atuais

Poderíamos então perguntar: se não de uma matéria estática, pensada como uma substância com atributos essenciais, de que é feita a realidade material para Whitehead? Se buscarmos um termo ou conceito para representar o papel principal em seu esquema metafísico, do modo como é apresentado em PR, não encontraremos nem a “substância” com “atributos”, nem “sujeito”, mas uma expressão que comporta certos aspectos tanto de um, como de outro: suas “entidades” ou “ocasiões atuais”.

Para o autor, “[e]ntidades atuais’ – também chamadas de ‘ocasiões atuais’ – são as coisas reais últimas de que o mundo é feito.”²⁸ (PR, p. 18) Elas são comparáveis, sob certos aspectos, às mônadas de Leibniz e substituem, na cosmo-

²⁸ No original: “‘Actual entities’ – also termed ‘actual occasions’ – are the final real things of which the world is made up.” (PR, p. 18)

logia whiteheadiana, a “substância” de Locke (PR, pp. 18-19). Inspirado nas palavras de William James, Whitehead as define como “gotas de experiência, complexas e interdependentes”²⁹. (PR, p. 18)

A utilização do termo “experiência” aqui não é gratuita. Seu foco inicial em CN já era a atenção à experiência, que sempre pertence a um sujeito. Porém, se naquela obra o autor falava em experiência para tratar do sujeito do conhecimento, o humano que percebe, investiga, e conhece seu objeto; em PR a capacidade de ter experiências não mais se restringe a um cientista ou experimentador – sempre um sujeito humano –, mas será distribuída na natureza, entendida como um elemento inerente a ela.

Como vimos, diversos aspectos da natureza foram subtraídos pela concepção que lhe conferia o “materialismo científico”. Uma vez transformada em “matéria”, ela se via esvaziada, além de seu aspecto de “fluxo”, também de qualquer valor e experiência próprios. O que o autor faz por meio da noção de “entidade atual”, de certa forma, é devolver esses aspectos à realidade material. Trata-se de um movimento que parte do repúdio explícito, por parte de Whitehead, ao que chama de “atualidade vacua”: uma atualidade “desprovida de experiência subjetiva” (PR, p. 167)³⁰. Em outra ocasião, a expressão é definida por ele como “a noção de uma *res vera* desprovida de imediatez subjetiva” (PR, p. 29)³¹.

Como entender as noções de “imediatez” e “experiência”? E que sentido podemos atribuir ao adjetivo “subjetivo” nesse contexto? Talvez possamos começar a vislumbrá-lo recorrendo à noção de “presente especioso” que o autor toma emprestado, ainda em CN, de William James. Na leitura de Isabelle Stengers, há uma continuidade na obra de Whitehead entre a noção de um “evento” com “duração”, uma ideia central em CN, e o conceito de “entidade atual” em PR. E essa continuidade, para ela, seria proporcionada justamente pela noção de “presente especioso” de James (STENGERS, 2011, pp. 185-200). Há algo aí que o autor se empenhava em resguardar já naquela obra, e que seria preservado no percurso até PR.

29 No original: “drops of experience, complex and interdependent.”

30 No original: “vacuous actuality, void of subjective experience.” O termo “atualidade” é um que ganha importância central em PR mas que só veremos na terceira parte do trabalho.

31 No original: “the notion of a *res vera* devoid of subjective immediacy.” O termo “res vera” é retirado de Descartes, significando as coisas “mais” reais, as realidades últimas. As “res verae” de Whitehead seriam portanto suas entidades atuais (PR, pp. 74-75).

Recorrendo a um exemplo do próprio James, Stengers o ilustra por meio da situação de um indivíduo sob o efeito de haxixe: nessas circunstâncias, há uma divergência entre a experiência temporal vivida e o tempo mensurável em que a experiência teria se passado. Sua experiência poderia ser, segundo o relato da pessoa, de um espaço temporal que normalmente julgaria ser de 30 minutos, quando o relógio na verdade marcaria apenas 10, por exemplo. Haveria portanto um “presente” que poderíamos chamar “quantitativo” – o período temporal do evento marcado pelo relógio – e aquele que James chamaria de “presente especioso”, isto é, o presente da experiência sentida de fato. Porém, em vez de tomar esse exemplo para apontar o aspecto “ilusório” da experiência “especiosa”, ele o empregaria para caracterizar um aspecto importante da própria experiência psicológica (ibid, pp. 58-72).

Haveria então uma diferença fundamental entre o registro de um evento enquanto experiência própria, “subjetiva” nesse sentido, e o registro de um evento enquanto algo mensurável, quantificável e divisível, a partir de “fora” dele. É nosso entendimento que aí estaria a chave para a interpretação do adjetivo “subjetivo” empregado por Whitehead, que caracteriza suas entidades atuais. Ele parece remeter justamente a esse elemento “especioso” da experiência, que confere a cada experiência seu caráter “próprio”, particular. Em um certo sentido, ela é privada: não se pode ter acesso à experiência dos 10 minutos que duram 30 sem estar na posição daquele a quem essa experiência pertence. “Subjetivo” remeteria então a algo que resiste a essa captura a partir “de fora”, isto é, de outra posição; algo que escapa a essa transposição. Se se insiste nisso, surgirá uma divergência: aquela exemplificada pela diferença entre a duração do evento vivida e a duração do evento segundo o relógio.

Além disso, a experiência é exclusiva também em si mesma, isto é, é sempre singular. Além de ser absolutamente transitório, impossível de segurar, um “presente” é sempre apenas aquele presente, e nenhum outro (ibid): Mesmo que se possa transmitir *algo* desse adiante – a um “eu” futuro ou a outra pessoa, por exemplo –, o que é passível de transmissão nunca é a experiência em si mesma, enquanto presente. Uma vez que ela não pode ser literalmente repetida, o que quer que seja retido dessa e passado adiante é apenas derivado desse presente, *remete* a ele, mas já constitui uma outra experiência, um outro presente.

A expressão “presente especioso” evidentemente têm uma forte conotação psicológica: a associação implícita do presente especioso ao sujeito que o experiencia, a quem esse presente “pertence”. Parece haver sempre uma “mente” em jogo, o que é coerente com o contexto de surgimento do conceito uma vez que, de acordo com Stengers, era utilizada por James primeiramente no desenvolvimento de sua psicologia (ibid). E é justamente na esteira desse caráter “psicológico” que entendemos a noção de “experiência” de Whitehead. Assim como o sujeito do exemplo, as ocasiões ou entidades atuais também são dotadas de experiência subjetiva, isto é, são “doras” de experiências exclusivamente suas: singulares, próprias, particulares.³²

Mas há ainda um outro aspecto importante dessa noção de um “presente especioso” que interessa a Whitehead. Na leitura de Stengers, a outra ideia central que Whitehead busca transmitir ao recorrer a essa expressão já em PR – e que, aliás, parece ampliar e abarcar esse aspecto “subjetivo” – é uma que aparece repetidas vezes ao longo dessa obra: a noção de algo que é “divisível porém não dividido” (ibid, p. 59).

Isso nos remete à ideia que vimos na seção anterior, da apreensão sensível da natureza enquanto um evento passageiro e quase amorfó. Para dividir seu conteúdo em partes fixas menores só era possível fazê-lo em um registro distinto, posterior àquele da apreensão sensível imediata – naquele caso, intelectualmente. O mesmo parece se aplicar à sua temporalidade, da forma como Stengers a apresenta: quando se trata do caráter “especioso” dessa, o que está em jogo não é a passagem das “partes” – isto é, dos instantes individuais que, consecutivamente, constituiriam o período de “passagem” do evento –, mas sim o tempo da passagem *como um todo* (ibid, pp. 50-57).

Se um evento “termina”; se um presente se torna passado, dando lugar a um novo, não é porque um instante se passou, mas por que algo novo e significativo ocorreu: algo no “conteúdo” dessa passagem interrompeu o evento anterior – isto é, interrompeu o caráter de um “todo” coerente que fazia daquele um evento só –, ao chamar a atenção para outra coisa. É essa quebra ou corte, no que antes fluía continuamente, que marca o fim do primeiro evento e o início de outro. É o

32 É importante ressaltar, porém, que Whitehead não atribui consciência a tudo o que existe, mas apenas *experiência*, um ponto que não cansa de frisar ao longo de PR. Por esse motivo, embora seja frequentemente considerado um “pampsiquista” – e a rigor nada o impeça, desde que a “psique” aí pressuposta não implique consciência –, os termos “panexperiencialista” (MACIEL, 2021, p. 40), ou simplesmente “pansubjetivista” (FORD, 1984) também se encaixam.

fim de um “presente”. Assim, o que recorta um “presente especioso”, que o separa de outro, não é sua temporalidade mensurável – se ele “dura” dois segundos, cinco, ou um minuto – mas seu conteúdo e sua relevância. O que novamente aponta para a direção “psicológica” do termo, pois o que constitui um “evento”, ou seja, uma ocorrência relevante, significativa, que “chama a atenção”, é sempre subjetivo, particular a quem a experiência desse presente pertence (*ibid*, pp. 58-72).

Desse modo, assim como era o caso do conteúdo da experiência, em sua face “especiosa” o evento ocorre enquanto um todo fechado, inteiro e contínuo, e a divisão em partes discretas – nesse caso, em instantes – se dá, novamente, apenas em um momento posterior. Nesse sentido, o tempo não seria composto de instantes “vazios”, mas de conteúdo. De modo que, na verdade, a própria separação entre a “passagem” do evento e seu “conteúdo” que passa é uma abstração do evento concreto, ou seja, inteiro: enquanto experienciado, ele não é dividido, apenas carrega a possibilidade de divisão. Enquanto tal, conteúdo e “passagem” temporal constituem uma totalidade completa, absoluta: uma “gota” de experiência.

Mas se nesse tipo de formulação ainda há margem para interpretar que o tempo do relógio vem primeiro; que o presente especioso requer e pressupõe o presente mensurável, feito de instantes sucessivos – como se cada evento especioso de fato “levasse” determinado número de instantes para se desenrolar –, há um momento em que Whitehead adotaria explicitamente uma inversão dessa ordem. Segundo Stengers, um dos momentos cruciais de virada no pensamento do autor, e que o transformaria em um verdadeiro filósofo metafísico, é aquele em que ele decide adotar uma “teoria atômica do tempo”. E no que essa parece implicar é justamente a prioridade ontológica desse tempo “especioso” em relação ao tempo mensurável (*ibid*, p. 185-200).

Mas, para isso, torna-se necessário demover o termo “evento” do papel central que ocupava em seu vocabulário até as primeiras versões de SMW, pois ele agora passa a apresentar uma infeliz ambiguidade (*ibid*). Como vimos anteriormente com o exemplo do obelisco, este comportava tanto um elemento de “persistência”, que permitia seu reconhecimento em momentos distintos de sua história, como um de “fluxo”, referente à atividade inerente a suas moléculas componentes, por exemplo. Assim, até então o termo designava, nas palavras de Stengers, ambos “o evento que realiza, e *o que* ele realiza.”³³ (*ibid*, p. 196, ênfase nos-

33 No original: “the event that realizes, and what it realizes”.

sa) Ou seja, no exemplo que estamos utilizando, designa tanto a atividade das moléculas, tidas como responsáveis pela persistência do evento-objeto que é o obelisco, quanto a própria persistência, resultado dessa atividade. Porém agora, segundo ela, será necessário estabelecer uma distinção explícita entre tais registros: teremos então a dimensão do evento enquanto “processo” e a do evento enquanto “produto”.

A fim de ilustrar essa diferença em PR, agora crucial em seu pensamento, Whitehead recorre ao paradoxo da flecha de Zenão. Em vez de focar na continuidade do movimento da flecha, porém, Whitehead se interessa pela continuidade que garante a própria existência duradoura da flecha enquanto um objeto, isto é, um *produto*. Assim como seu movimento que, dividido sucessivamente, faz com que pareça impossível para ela alcançar seu alvo, se insistirmos em dividir a flecha enquanto um *processo*, ela se dissolve (PR, pp. 68-70). Em outras palavras, quando o que está em questão é não o produto final – o objeto enquanto apreendido a partir de fora –, mas o processo “interno”, aquele que garante a persistência do produto enquanto algo concreto, ele não pode ser dividido da mesma forma que o produto poderia – se partíssemos a flecha ao meio, por exemplo. Enquanto produto, ele pode ser dividido; enquanto processo, é um átomo: inteiro, absoluto, irredutível.

Assim como o presente especioso que, ou ocorre em sua totalidade, ou já se tornou passado, a dimensão do processo parece reter esse aspecto “tudo ou nada”. Mas diferentemente do presente especioso que, quanto interrompido, simplesmente “passa”, é como se o processo se dissolvesse por completo, de um modo ainda mais definitivo: ele nunca viria à existência. O ponto principal é que, no registro do processo, não há uma correspondência entre a consolidação de suas “partes” e o que seria a parcela correspondente de instantes de sua duração. Não há nenhum tipo de emergência “parcial”: é como se a flecha simplesmente surgisse, inteira, de uma só vez. Nos termos de Stengers, se se pudesse dividir o que não é divisível, isto é, o processo, “[n]enhuma posição adotada terminaria de acontecer, se desdobrando em expectativas e sub-expectativas...” (STENGERS, 2011, p. 197)³⁴. Ou seja, para que algo exista, ele deve primeiro “terminar de acontecer”.³⁵

34 No original: “No adoption of a position would finish happening, unfolding in expectations and subexpectations...”

35 Adotamos aqui como tradução principal do termo “becoming” a “emergência”. Embora à primeira vista a aparição do termo possa sugerir-lo, essa decisão não foi tomada com o intuito de remeter aos debates filosóficos e científicos contemporâneos acerca do status ontológico de fe-

É nesse sentido que podemos entender a seguinte frase de Whitehead, à primeira vista obscura: “Há um emergir da continuidade, mas não uma continuidade do emergir” (PR, p. 35)³⁶. Antes de poder ser dividido, algo deve se concretizar efetivamente, ou seja, deve ser produzido. Como veremos adiante, essa produção será descrita como, em certo sentido, o oposto de uma divisão: emergir será o mesmo que realizar uma unificação do que é múltiplo, o mesmo que “reunir”. Desse modo, faz sentido então que a temporalidade mensurável – a que pertence-ria à dimensão da divisão, e não à da “reunião” – não possa vir “primeiro”: Antes de poder ser dividido, algo deve se concretizar. Nesse sentido, o processo ocorre “fora” do tempo – isto é, do tempo mensurável – e não tem extensão, embora o inverso seja verdade de seu produto. Isso porque, para o autor, o processo é a própria produção da extensividade e da temporalidade.

Ganhamos assim um entendimento maior sobre o protesto de Whitehead contra o conceito de substância. Mais do que simplesmente ressaltar a “mudança” enquanto aspecto fundamental da realidade, o que parece estar em jogo aí é a ideia de uma realidade já dada, sem qualquer atividade própria. Em PR, quando o autor fala em “fluxo” e “processo”, embora a noção de “mudança” encontre, em parte, também aí o seu lugar, ele se refere a uma espécie de “atividade” na realidade muito particular: o “emergir” das coisas, isto é, de suas ocasiões ou entidades atuais. O “processo” a que o autor se refere e que dá título à obra remeteria então a essa atividade, à qual a realidade como um todo deve sua existência, de modo que é responsável tanto pela introdução de novidade quanto pela manutenção de ordem nessa; produz tanto a “permanência” quanto a “mudança”, termos que serão reformulados em função desse novo pensamento e do vocabulário que o acompanha.

Desse modo, é o presente especioso – essa verdadeira “gota” de experiência – que, em PR, “se torna o protótipo ‘do que realiza a si mesmo’”³⁷ (STENGERS, 2011, p. 199). E o que em PR “realiza a si mesmo” são as ocasiões ou entidades atuais. O conceito abarcaria, então, tanto os aspectos do presente especioso – o da experiência própria, subjetiva, e o seu caráter atômico ou “absoluto”, en-

nômenos ditos “emergentes”, tais como a consciência, para certas filosofias da mente, ou a quebra de simetria, na física (BEDAU & HUMPHREYS, 2008, p. 1-18). Antes, essa tradução foi adotada simplesmente a fim de ressaltar esse aspecto em que algo “surge”, se concretiza – conforme também enfatizado pelo uso do termo “criação”, por Lewis Ford (FORD, 1984, p. 241) –, em oposição a um mero “fluxo” ou passagem transitória.

36 No original: “There is a becoming of continuity, but no continuity of becoming.”

37 No original: “becomes the prototype of ‘what is realizing itself.’”

quanto uma “gota” inteira de experiência –, como o do processo, enquanto um registro de construção ativa da realidade.

Por via das entidades atuais, as noções de experiência e processo se encontram então intimamente conectadas na metafísica de PR. Poderíamos dizer que quando Whitehead ali fala em experiência, ele se refere a algo que é da ordem do processo, e não do produto. E, assim, as “gotas” de experiência, que realizam a si mesmas, são “absolutas”: não podem ser reduzidas àquilo que emerge a partir delas. O que quer que venha a ser o produto desse processo, o que quer que as experiências posteriores façam da anterior; primeiro há sempre uma gota “atômica”, completa em si mesma.

Essa interpretação condiz com a ideia, recorrente em PR, de que a experiência de uma ocasião atual é essencialmente a experiência desse vir à existência, de seu processo de emergência enquanto uma entidade. Uma experiência que, como vimos, é sempre subjetiva: há algo de privado e singular no processo de uma ocasião atual que a faz particular àquela ocasião, e apenas àquela. E é a esse “funcionamento” interno, essa dinâmica por meio da qual uma entidade vem à existência enquanto ela mesma, que o autor chama “imediatez” (PR, p. 25).

Essa descrição se opõe, portanto, à noção de uma matéria quantificável com “atualidade vacua”, pois há sempre algo ocorrendo no “interior” de cada ocasião atual: a experiência de seu próprio processo de emergência. E se toda a realidade material, em PR, é composta de ocasiões atuais, então trata-se de uma realidade que não comporta nenhuma instância de “atualidade vacua”.

2.1.3. Conclusão 1: uma natureza processual

Sendo assim, uma das ideias a que chegamos é a de que na metafísica de Whitehead processo e experiência são “últimas”. E isso não no sentido de que se deve privilegiá-las em relação ao registro da permanência e do produto, mas no sentido de que são irredutíveis a essa dimensão complementar, que não podem ser explicadas por ela.

Desse modo, na ideia de uma “interioridade” particular a cada ocasião, já começamos a ver retornar o aspecto do “valor” próprio à natureza, cuja expulsão o autor diagnosticava em SMW. Ali, Whitehead afirmava: “[v]alue’ é a palavra que uso para designar a realidade intrínseca ao evento.”³⁸ (SMW, p. 95) Ou,

38 No original: “‘Value’ is the word I use for the intrinsic reality of an event.”

nos termos de PR, intrínseca à ocasião atual. Podemos ver um dos significados possíveis para o adjetivo “intrínseco” justamente na ideia de uma experiência própria, “especiosa”: há algo de subjetivo, de particular, no evento que é uma entidade de atual, e que nesse sentido é inacessível a partir de outro lugar. É o seu “funcionamento” interno, seu processo de consolidação de si mesma, sua “imediatez”. Sob esse aspecto, portanto, toda ocasião atual existe primeiro “para si”; e tudo o que existe é um sujeito: o sujeito de sua própria experiência.³⁹

No tratamento das ocasiões atuais em PR, vemos então os termos “subjetividade”, “experiência” e “processo” se entrelaçarem e ganharem sentido. O que resiste à divisão – ao cálculo, à mensuração – é justamente o aspecto dessa produção da emergência da realidade, sua face “processual”. Assim, ao afirmar que há algo de “indivisível” na realidade, o autor garantiria a inclusão nessa de um elemento que resiste à matematização, à mensuração. Há portanto um registro da realidade que é incompatível com ou, em certo sentido, imune, a tais operações. Mas a dimensão do processo é também a dimensão da experiência e da subjetividade. Dessa forma, ao associá-la a esse caráter “absoluto”, “atômico” da realidade – segundo a interpretação de Stengers –, Whitehead colocaria a experiência subjetiva em uma posição fundamental em sua metafísica. Antes de ser explicada por outra dimensão – como a do produto –, é ela que virá sempre antes, como aquilo que está pressuposto e a que, portanto, qualquer explicação deverá se adequar.

Poderíamos então dizer que ele coloca suas entidades ou ocasiões atuais no lugar da substância: em vez de substratos estáticos enquanto aquilo que é o mais fundamental na realidade, serão essas as consideradas “últimas”. De forma que temos agora um mundo feito de “sujeitos”, pois “[n]ão há como ir buscar algo ainda mais real por trás das entidades atuais.”⁴⁰ (PR, p. 18) Diferentemente de um mundo “meramente” material com “atualidade vacua”, então, aquele descrito por Whitehead será um onde tudo o que existe possui experiência. Há experiência pró-

39) Há ainda um outro aspecto que poderíamos associar à experiência subjetiva e que Whitehead afirma pertencer a todas as entidades atuais, sem exceção. Trata-se de sua noção particular de “mentalidade”, que por vezes aparece enquanto “polo mental” ou “operações mentais”. Embora tal afirmação – de que toda ocasião atual possui um polo mental, além de um polo físico – a princípio coubesse nesse momento da exposição e certamente complementasse a nova concepção que estamos começando a traçar da realidade material, o conceito de “mentalidade” tem um uso mais específico, em PR, do que o que costumamos conferir à noção de “mente”. Nos debruçaremos sobre ele na terceira parte do trabalho. Ele será importante também para o movimento de retorno do “valor” à natureza pois, como veremos, é o polo mental das ocasiões que introduz nessas a possibilidade de estabelecerem seus próprios fins. Por enquanto, basta concebermos as ocasiões ou entidades atuais enquanto sedes de experiência.

40) No original: “There is no going behind actual entities to find anything more real.”

pria, e há experiência alheia. De forma que o quê – ou quem – é “objeto” e quem é “sujeito”, dependerá da posição ou perspectiva que se escolhe adotar, isto é, de qual ocasião atual se tome por ponto de partida. O mundo descrito agora pelo autor será um em que “para além das experiências de sujeitos não há nada, nada, nada, puro nada.”⁴¹ (PR, p. 167)

41 No original: “apart from the experiences of subjects there is nothing, nothing, nothing, bare nothingness.”

2.2

Sujeitos (particulares) em relação

2.2.1. Sujeitos e predicados, particulares e universais

Whitehead teria então abandonado suas objeções feitas anteriormente à tendência subjetivista moderna? Não exatamente. Como vimos, seu problema com aquela tendência era que estabelecia o objeto errado para a tarefa do conhecimento: em vez de direcionar a atenção ao objeto *na* natureza, e suas relações, a levava a se debruçar apenas sobre aquela relação entre sujeito e objeto, e a explicar as demais em função desta. Mais especificamente, ela nos convidava a repartir o objeto na natureza em respeito ao que pertence a ele, e ao que pertence ao sujeito.

Mas há uma outra postura, que também poderíamos chamar “subjetivista”, que é defendida, na leitura do autor, por Descartes e Hume, e que até certo ponto é explicitamente aceita por Whitehead. Segundo ele, tanto Descartes quanto Hume defendem que os dados primários para a investigação metafísica devem ser encontrados na experiência subjetiva (PR, pp. 157-167). Ao final dessa apresentação, Whitehead propõe seu “Princípio Subjetivista Reformado”, a afirmação de que “o universo inteiro consiste em elementos revelados na análise das experiências de sujeitos.”⁴² (PR, p. 166) Como entender essa colocação por parte de um autor que tanto questionou o “viés subjetivista” da modernidade?

Faremos então um pequeno desvio do caminho que vimos percorrendo, em torno da nova concepção de natureza proposta por Whitehead, para respondê-lo. Contudo, como logo deve ficar claro, esse desvio – que nos leva de volta à outra questão central ao trabalho, acerca da busca por parte do autor por uma base objetivista – possibilitará complementar essa concepção de natureza que vimos construindo. Pois aos dois elementos cujo retorno à natureza já começa a se consolidar – da experiência própria e do processo –, ele permitirá acrescentar um terceiro, igualmente importante, o que chamaremos de elemento “relacional”.

Começaremos então diferenciando as duas tendências subjetivistas em jogo. O viés subjetivista que Whitehead deseja rejeitar é distinto daquele introduzido por Descartes: este último se aplica à elaboração metafísica, estabelecendo portanto o ponto de partida (a experiência subjetiva) para as generalizações neces-

42 No original: “[...] the whole universe consists of elements disclosed in the analysis of the experiences of subjects.”

sárias ao próprio conhecimento; já o primeiro se situa no contexto da própria descrição do ato de conhecer, onde, como o afirma Whitehead em CN, recorrer à metafísica consiste em uma intrusão indevida (CN, p. 20).

Contudo, parece razoável questionar: em que medida adotar a posição subjetivista no que concerne à metafísica não convida a adoção de uma mesma posição a respeito do conhecimento? Como pode Whitehead acolher essa tendência subjetivista enquanto premissa metafísica sem, contudo, permitir que ela inviabilize sua busca por sua base objetivista? Em outras palavras, o que precisamos entender agora é de que forma a adoção desse princípio permite – ou ao menos não impede – que, no momento em que o que está em jogo é a obtenção de conhecimento, e não a reflexão metafísica, a mente seja “deixada inteiramente de lado”. Para respondê-lo, precisaremos nos debruçar sobre esse viés subjetivista metafísico a fim de entender em que medida Whitehead o acolhe, e em que medida o rejeita.

Embora o autor concorde que a experiência subjetiva é o ponto de partida para qualquer generalização metafísica, há um elemento presente tanto no pensamento de Descartes quanto no de Hume que é preciso rejeitar; ao fazê-lo, a questão se transforma inteiramente. Trata-se de um aspecto importante da noção de “substância”, que está intimamente relacionado à já mencionada forma sujeito-predicado: a relação entre universais e particulares e suas funções respectivas nesse contexto.

Para Whitehead, na filosofia herdeira de Aristóteles a forma sujeito-predicado possibilitava descrições muito úteis tanto para a descrição metafísica quanto para uma teoria do conhecimento (PR, pp. 157-167): enquanto instrumento metafísico, ela fornece os meios de descrição da realidade em termos de sujeitos ou substâncias, e predicados ou atributos. Para ilustrá-lo, Whitehead recorre ao exemplo da pedra: a afirmação “a pedra é cinza” revela um sujeito (“a pedra”), sendo qualificado por um predicado (“é cinza”). E o sujeito gramatical é pensado também como uma substância (a pedra), que possui atributos ou qualidades (a cor cinza). Dessa forma, todas as coisas com que nos deparamos poderiam ser descritas como substâncias-sujeitos qualificados por atributos-predicados.

Mas, além disso, as substâncias são aqui pensadas – seguindo a noção de substância primária aristotélica – como particulares, enquanto seus predicados são universais. Isso significa que, enquanto particulares, as substâncias são tidas

como existindo isoladamente, apartadas umas das outras. São apenas os universais – seus atributos ou predicados – que são capazes de conexão e que, como veremos, realizam o trabalho de vincular esses particulares.

A partir dessa metafísica era possível derivar uma teoria da percepção e, com essa, uma teoria do conhecimento: perceber uma pedra cinza seria o mesmo que perceber o sujeito-substância particular “pedra” enquanto qualificado pelo predикado-atributo universal “cinza”. Dessa forma, pode-se afirmar que a “percepção é o flagrar de uma qualidade universal no ato de qualificar uma substância particular”⁴³ (PR, p. 158), onde é essa qualidade universal que nos dá notícia da substância particular, o objeto em questão: a pedra⁴⁴. O universal (o atributo-predикado) aqui, então, funciona como uma espécie de mediador, apontando a própria existência do particular (a substância-sujeito) que é sua função qualificar.

No entanto, o sujeito perceptor seria um “sujeito” de duas maneiras: enquanto uma entidade particular com seus próprios predicados universais e enquanto um ser perceptor que pode ter acesso às coisas por meio de seus atributos, isto é, seus predicados. Na descrição do ato perceptivo, então, haveria duas “substâncias” em jogo: de um lado, a substância particular que é a pedra, qualificada por seu atributo universal, a cor cinza; do outro lado, a substância particular que é o sujeito perceptor, também podendo ser caracterizado em termos de predicados universais e que, por sua vez, tem notícia da existência da outra substância particular – o objeto percebido –, a pedra, por meio do universal que a qualifica, a cor cinza. Os dois particulares em jogo são portanto conectados por meio do universal que é o atributo do objeto. Assim, afirma Whitehead, aqui “as qualidades universais que qualificam as substâncias percebidas são, no que diz respeito ao perceptor, suas sensações privadas *referentes* a substâncias particulares outras que ele mesmo.” (PR, p. 158-159, ênfase nossa)⁴⁵

Entretanto, uma vez que se adote o viés subjetivista cartesiano – o que, para Whitehead, é feito também por Hume, ainda que implicitamente –, surge uma complicação nesse modo de descrever as coisas. Em vez de simplesmente “a pedra é cinza”, o fato a servir como ponto de partida para a elaboração de qualquer

43 No original: “perception is the catching of a universal quality in the act of qualifying a particular substance.”

44 As substâncias, naturalmente, teriam mais de um predикado universal. Da pedra se poderia dizer que, além de cinza, é “sólida”, “áspera”, “fria”, etc. Para simplificar a descrição, porém, utiliza-se apenas um de seus atributos.

45 No original: “the universal qualities which qualify the perceived substances are, in respect to the perceiver, his private sensations referred to particular substances other than himself.”

premissa metafísica, para Descartes e Hume, passa a ser “a minha percepção do cinza” ou “a minha sensação da pedra como cinza” (PR, p. 159-160). O foco é portanto deslocado do objeto percebido (“a pedra”), para o sujeito que percebe (“minha percepção”), remetendo ao movimento subjetivista auto-reflexivo criticado por Whitehead. A base que assim se estabelece para a construção de qualquer teoria do conhecimento aponta, portanto, para uma direção subjetivista.

O que eles não teriam percebido, contudo, é a incompatibilidade desse viés com a doutrina das substâncias com atributos que adotam (implícita ou explicitamente). Um caminho que, para Whitehead, só poderia levar à inconsistência – no caso de Descartes – ou ao ceticismo – no de Hume (ibid). Pois, se as substâncias são separadas, isoladas entre si; e o ponto de partida a ser tomado é não mais o próprio objeto percebido, por meio de seu predicado universal, mas a percepção subjetiva (que se supõe ser) deste objeto, surge um problema: como garantir que esta percepção de fato se refere ao objeto? Se a percepção do sujeito é, assim como ele, isolada do resto, como garantir que o que ele percebe remete a qualquer coisa “externa”, e não é antes mero produto de sua própria mente?

Se antes se tinha, nas palavras de Whitehead, uma posição “objetivista extrema” (PR, p. 159), é porque se tomava como ponto de partida o predicado universal (a cor cinza) enquanto qualificando o próprio objeto. A substância que interessava era de fato o sujeito da sentença gramatical: “a pedra”. Agora, no entanto, o sujeito gramatical é “a minha percepção”, de forma que a substância em jogo não é mais aquela que interessa, isto é, não é mais aquela que se deseja conhecer ou a partir da qual se deseja elaborar qualquer teoria ou reflexão. Na nova sentença “a minha percepção do cinza”, o universal “cinza” não remete mais ao objeto, mas ao sujeito a quem pertence a percepção, de modo que o predicado da frase não funciona mais como um mediador entre substâncias particulares, mas apenas como autorreferência. Perde-se assim a conexão entre o predicado-atributo universal e a outra substância que ele qualificava e a que se referia.⁴⁶

46 Essa descrição clássica da percepção, em termos de sujeitos-substância particulares e predicados-atributos universais, teria sido dificultada também pela introdução das teorias da transmissão da luz e do som ao longo do séc. XVII. Essas teorias também põem em xeque a conexão entre as qualidades ou atributos e suas substâncias correspondentes: com a descrição de fenômenos como o som e a luz enquanto movimento – seja de ondas, seja de partículas minúsculas, na versão de Newton –, os elementos que antes eram considerados como atributos localizados em suas substâncias, como a cor, por exemplo, passam a estar desconectados delas (CN, pp. 18-19; SMW, pp. 54-56). É aqui que, nessa análise do autor, surgem as teorias da bifurcação da natureza, como uma forma de tentar enfrentar essa dificuldade, porém ainda utilizando a forma sujeito-predicado. Na distinção entre qualidades primárias e secundárias de Locke, por

Assim, contornar essa dificuldade parece fundamental para que o autor possa afirmar seu “Princípio Subjetivista Reformado” e com ele o lugar da experiência subjetiva enquanto o verdadeiro ponto de partida para a generalização metafísica, sem, contudo, cair na tendência subjetivista indesejada para o conhecimento, aquela característica das teorias da bifurcação da natureza. Em outras palavras, essa tarefa parece necessária se não se quiser tomar o que é apenas ponto de partida – a experiência subjetiva – como ponto final do conhecimento. E isso, por sua vez, implica em rejeitar esse outro aspecto central do conceito de substância da forma como, segundo Whitehead, a utilizam Descartes e Hume: aquele que postula que entidades particulares são necessariamente separadas ou isoladas entre si.

Sendo assim, embora não seja do intuito de Whitehead retomar a relação particulares-universais exatamente como antes, é preciso suprir a demanda deixada pela função que os universais exerciam ali: alguma outra forma de fazer os sujeitos particulares – no caso, suas entidades atuais – se reconectarem deverá ser introduzida. Mas isso deverá ser feito, contudo, sem recair na matéria com atuabilidade真空 e persistência indiferenciada. Se torna necessário então conceber uma “matéria” que não só tenha experiência própria e que possa ser pensada como “emergindo” perpetuamente, mas que também seja constituída a partir – e não apesar – de relações.

Como vimos, na filosofia introduzida por Descartes, tanto as qualidades acidentais como as relações de uma substância são pensadas como secundárias, acessórias, supérfluas. Quando se fala em substância, então, o que importa está nas qualidades essenciais, ou seja, naquilo que é tido como *inerente* a ela, que não pode ser modificado dependendo do contexto em que essa se insira ou das relações que trave. Isso nos induziria, portanto, a negligenciar também as relações dessas “substâncias” – as “partes” discretas de matéria – *entre si*. E essas relações ou conexões são justamente aquilo que Whitehead considera o objeto próprio à tarefa do conhecimento, aquele que, em seu diagnóstico, teria sido negligenciado pela modernidade.

Dito tudo isso, daqui já é possível tirar ao menos uma conclusão: a tarefa que Whitehead enxerga como sendo própria ao conhecimento se mostra funda-

exemplo, os dois âmbitos – as qualidades ou atributos (predicados) percebidos, entendidos como qualidades secundárias; e as substâncias (sujeitos), não percebidas, tratados como qualidades primárias – são desconectados, atribuídos a ordens diferentes da realidade.

mentalmente incompatível com o entendimento da realidade material como feita de substâncias isoladas. De modo que será preciso, primeiramente, permitir a essas “partes” de matéria terem relações entre si. Assim, ao contrário das doutrinas da substância, a metafísica proposta por Whitehead é uma na qual tanto as relações quanto o aspecto processual são parte intrínseca aos seres existentes – no caso, de suas ocasiões atuais. A base “objetivista” que o autor deseja estabelecer, portanto, deverá também se mostrar compatível com uma natureza pensada como feita de relações.

Assim, é na forma “sujeito-predicado” de descrever as coisas que os dois aspectos da noção de matéria questionados pelo autor – a localização simples e a noção de substância com atributos ou qualidades – parecem se conectar. Ao contrário de Descartes, cuja definição de substância consistiria em “uma coisa existente que não requer nada além de si mesma para existir”⁴⁷ (DESCARTES apud WHITEHEAD, PR, p. 50), para Whitehead “cada entidade atual está presente em todas as demais”⁴⁸. (ibid) Mas, para entendermos o que ele quer dizer com isso, primeiro será necessário compreender de que maneira o autor pensa a “localização”.

2.2.2. Localização e preensão

Nos deparamos então com o outro aspecto fundamental da concepção de matéria particular ao materialismo científico, a noção de localização simples. Trata-se de um tema ao qual Whitehead já se dedicara em CN, embora empregando termos diferentes, e que retoma em SMW. Nesta obra, a localização ou “posição” simples é descrita por ele da seguinte forma:

Dizer que um pedaço de matéria tem *posição simples* significa que, ao expressar suas relações espacotemporais, é adequado afirmar que ele está onde está, em uma determinada região do espaço, e ao longo de uma determinada duração do tempo, à parte de qualquer referência essencial às relações desse pedaço de matéria com outras regiões do espaço e durações de tempo.⁴⁹ (SMW, p. 58)

47 No original: “an existent thing which requires nothing but itself in order to exist”.

48 No original: “every actual entity is present in every other actual entity”.

49 No original: “To say that a bit of matter has *simple location* means that, in expressing its spatio-temporal relations, it is adequate to state that it is where it is, in a definite finite region of space, and throughout a definite finite duration of time, apart from any essential reference of the relations of that bit of matter to other regions of space and to other durations of time.”

Ou seja, segundo essa concepção de localização, parece que as coisas se encontram em relação primeiramente apenas com o “espaço-tempo”, e apenas *depois*, como que de modo derivado dessa situação, umas com as outras.

Para Whitehead, só podemos pensar na matéria dessa maneira se conseguirmos o tempo e o espaço enquanto separados dela, como uma espécie de pano de fundo para as suas atividades. É apenas se esses forem pensados como plano ou dimensão anterior que a matéria pode estar localizada *no* espaço-tempo. Diferentemente disso, já em CN ele afirma que o espaço e o tempo são noções abstratas que extraímos da própria “matéria”, ou melhor, do que ali é pensado como mais fundamental do que a noção abstrata de matéria: os eventos que constituem a passagem da natureza (CN, pp. 33-48). Assim, tanto a “matéria” quanto o cenário espaço-tempo em que ela supostamente estaria situada são ideias extraídas da realidade mais fundamental, a natureza enquanto evento ou passagem.

Em suas palavras, “[e]spaço-tempo é a especificação de certas propriedades gerais de eventos e de sua ordenação mútua”⁵⁰. (SMW, p. 67) Acreditamos que o termo-chave aqui seja “mútua”. A noção que será proposta de espaço-tempo deverá então levar esse aspecto em conta, e buscar explicitar a intuição fundamental do autor de que as coisas não estão simplesmente onde estão, mas que também se fazem presentes, de alguma forma, para além de si mesmas, participando umas das outras.

Já em SMW, ele a apresenta em termos de uma “localização modal” (SMW, pp. 57-75). Consideremos a seguinte passagem:

“Sua percepção ocorre onde você está, e é inteiramente dependente de como seu corpo está funcionando. Mas esse funcionamento do corpo em um determinado lugar oferece à sua cognição um aspecto do ambiente distante, que se dissolve no conhecimento vago de que há coisas para além. Se essa cognição nos dá notícia de um mundo transcendent, deve ser porque o evento que é a vida corporal *unifica* em si mesmo aspectos do universo.”⁵¹ (SMW, p. 93, ênfase nossa)

50 No original: “Space-time is the specification of certain general characters of events and of their mutual ordering.”

51 No original: “Your perception takes place where you are, and is entirely dependent on how your body is functioning. But this functioning of the body in one place, exhibits for your cognisance an aspect of the distant environment, fading away into the general knowledge that there are things beyond. If this cognisance conveys knowledge of a transcendent world, it must be because the event which is the bodily life unifies in itself aspects of the universe.”

A ideia de uma “unificação” aqui tem grande importância. É nesse momento que surge o termo “preensão”, que é utilizado para designar a percepção ou apreensão sem necessariamente implicar consciência e que mais tarde, em PR, assumirá papel central em seu esquema. Ambos os termos estão intimamente relacionados: “Unificar em si mesmo aspectos do universo”, da forma como o autor descreve nessa passagem, poderia ser uma outra definição do verbo “preender”: uma espécie de apropriação, onde se está, do que se encontra “além”; ser afetado “aqui”, pelo que “reverbera” a partir de outro local, que tem origem em outra parte.

O que se “preende” não será mais nem o atributo universal, nem mera qualidade secundária, tida como fruto da “mente” daquele que preende, mas o que Whitehead chama aqui (em SMW) de “objetos dos sentidos”. Esses objetos participam tanto da coisa na realidade “externa” quanto da unificação de quem preende, de forma que poderiam ser pensados como uma espécie de “elo” entre eles. Uma cor seria um exemplo de tal objeto.

Dessa forma, não seríamos mais obrigados a considerar que as coisas estão localizadas meramente onde estão. Em vez disso, Whitehead agora afirma que existem aspectos dessas – os objetos dos sentidos – que estão presentes tanto onde as primeiras estão “posicionadas” – ou seja, em uma certa região do “espaço-tempo” que corresponde a elas, no evento que essencialmente é tal região – como onde são “percebidos” (preendidos).

O uso da noção de “modo” serve aqui a esse propósito: sendo “A” uma entidade – isto é, uma determinada região do espaço-tempo, um evento – que preende algo de outra entidade “B”, Whitehead afirma que o objeto dos sentidos “está presente em A com o modo de localização em B”⁵². (SMW, p. 72) Assim, tal conceito permitiria pensar a participação ou presença das coisas para além de si mesmas, por meio de seus aspectos constitutivos.

Dessa forma, diferentemente das qualidades secundárias de Locke, por exemplo – ou quaisquer atributos meramente “aparentes” –, esses aspectos preendidos não se prestam simplesmente a afetar o percipiente, e não podem ser atribuídos a uma atividade mental desse, mas antes participam da constituição das próprias coisas percebidas.

Em um certo sentido, então, poderíamos dizer que o autor atualiza a forma sujeito-predicado de descrever a percepção, se em lugar das “substâncias

52 No original: “is present at A with the mode of location in B.”

particulares” pensarmos as entidades atuais e se substituirmos “atributos universais” pelos “objetos dos sentidos”. O que se preende, assim, é realmente o que caracteriza a coisa, o objeto, a entidade: o que “A” preende de “B” é de fato seu “atributo”, isto é, uma qualidade que de fato pertence a “B”, que o caracteriza. Assim como antes era possível afirmar que as percepções da substância-sujeito periciente “se referiam” às substâncias-sujeito percebidas, na medida em que correspondiam às qualidades universais destas, aqui também poderíamos afirmar que o que é preendido de “B” por “A” se refere realmente a “B”, constitui a presença de “B” em “A”.

Porém, a forma sujeito-predicado é problemática para Whitehead por uma razão crucial. A premissa que subjaz à assimetria que marca a relação entre sujeitos e predicados, substâncias e atributos é a de que apenas universais (predicados, atributos) participam das coisas, cabendo a esses sujeitos ou substâncias particulares apenas serem constituídos por universais. Diferentemente dos sujeitos-substância, a entidade “B” participa efetivamente de “A”. A presença de seu “atributo”, o objeto dos sentidos, não é meramente um elo entre as duas entidades, mas consiste na maneira pela qual “B” participa, *ela mesma*, de “A”.

Aquele aspecto da “presença” ou “interfusão” das coisas umas nas outras, cuja defesa Whitehead enxergava no protesto romântico, assim, já começa a ganhar lugar em sua metafísica. E isso se faz notar ainda mais em PR. Assim como as “regiões” do exemplo acima, uma das características principais das entidades atuais de PR é o fato de que participam efetivamente umas das outras. Como veremos, elas o fazem *por meio* de seus aspectos constitutivos, mas, ainda assim, estão presentes, *elas mesmas*, para além de onde se encontram. Assim, na medida em que são constituídas pela qualificação – ou, antes, pela participação – de outras entidades em si mesmas, as entidades funcionam como as substâncias-sujeito, particulares; mas na medida em que também têm a capacidade de participar de outras entidades, funcionam como universais (PR, p. 48-49).

Para transmitir essa ideia, em PR, Whitehead por vezes recorre ao que chama de “a doutrina da *realitas objectiva*” de Descartes (PR, p. 55). Segundo David Sherburne, o adjetivo “objetivo” aqui tem a conotação medieval de algo que existe “conceitualmente” ou, simplesmente, “na mente”. A ideia é que se há um efeito real – se há algo “na mente” – deve existir também uma causa igualmente real correspondente. Para Sherburne, é por meio dessa doutrina que White-

head pode afirmar, desta vez ecoando Locke, que os aspectos que se fazem presentes na percepção do sujeito percipiente não são simplesmente “universais”, mas especificamente “universais” que *remetem* a “particulares” (SHERBURNE, 1981, p. 131-132).

É na esteira desse entendimento que Whitehead elabora seu “princípio ontológico”, inspirado na noção cartesiana de que perceber algo (um atributo) é perceber a presença de algo (uma substância) da qual ele é atributo. Se, novamente, substituirmos a substância por “ocasião atual” e o atributo por “objeto dos sentidos”, é possível resguardar a ideia central aqui em jogo: a noção de algo cuja presença os “atributos” *indicam*. Formulado com seu próprio vocabulário, o princípio ontológico dirá que: “[A] busca por uma razão é sempre a busca por um fato atual que constitui o veículo dessa razão.”⁵³ (p. 40). “Buscar uma razão”, parece, é então o mesmo que buscar uma entidade atual. Poderíamos então dizer que, se há um efeito, é preciso que haja também uma causa na forma de uma entidade atual.

Em PR essas participações ou presenças – a que talvez agora possamos chamar “objetivas” – das entidades umas nas outras aparecem na forma do que Whitehead chama de “sentires”. Os “sentires” são um tipo de preensão – falaremos dessa distinção na próxima parte do trabalho –, um conceito inspirado principalmente no uso do mesmo termo por Descartes e na noção de “ideia” de Locke (PR, p. 40-42). Assim como esta última é pensada como o componente da mente humana, consistindo naquilo de que a mente é feita, os sentires de Whitehead serão os componentes de suas entidades atuais, de modo que ele pode afirmar, utilizando os termos como intercambiáveis: “[a] entidade atual é composta e passível de decomposição; e suas ‘ideias’ expressam como, e em que sentido, outras coisas são componentes em sua própria constituição.”⁵⁴ (PR, p. 51-52).⁵⁵ Assim, retomando o exemplo anterior, poderíamos agora dizer que “B” participa de “A” pois está presente em algum dos “sentires” componentes de “A”.

Mas como entender essa possibilidade de “decompor” uma entidade atual se ela é antes descrita justamente como um “átomo”, impossível de se divi-

53 No original: “the search for a reason is always the search for an actual fact which is the vehicle of the reason.”

54 No original: “The actual entity is composite and analysable; and its ‘ideias’ express how, and in what sense, other things are components in its own constitution.”

55 É importante mencionar, porém, que, enquanto Locke refere-se à percepção consciente humana, Whitehead fala em preensão para se referir a uma atividade anterior, mais fundamental que a da percepção cognitiva. Da mesma forma, se o termo “ideia” nos faz pensar em mentes humanas, “sentires”, por outro lado, teria a vantagem de nos remeter a algo pré-consciente e que não é exclusivamente humano, veiculando, assim, a conotação desejada por Whitehead.

dir? É aqui que vemos esse elemento da participação ou “interfusão” se entrelaçar àquele da construção ativa da natureza, o do “processo”. Se a entidade é “passível de decomposição”, é apenas em seu registro enquanto produto, pois enquanto processo ela continua a reter seu aspecto atômico, “absoluto”. E parece ser justamente em relação à atividade preensiva, que, como vimos, é associada a uma ideia de “unificação”, que também o aspecto atômico, processual, ganha seu lugar.

A oposição “produto” versus “processo”, que até aqui associamos àquele entre “divisível” e “não dividido”, ganha agora mais uma nuance: a atividade que se opõe à divisão, em PR, é a que Whitehead chama de “unificação” ou “reunião”. É a “unificação preensiva”, “aqui”, do que está “para além”. E essa reunião implica não só aquela noção particular de localização empregada pelo autor, como também a junção de vários “além” em apenas um “aqui”. Esse movimento, em que múltiplos itens “localizados” em outra parte são apropriados em uma nova unidade, é o que consolida uma preensão, um sentir. Ele compõe agora uma nova “totalidade” de experiência, uma nova “gota”. E é na acumulação e na integração de sentires que se desenrola o processo de emergência das entidades atuais, de forma que a imagem que se delineia é a de uma realidade material que se concretiza, como o coloca Stengers, “gota por gota” (STENGERS, 2011, p. 199).

Assim, o emergir de cada entidade atual implica uma unificação do que é “externo” – isto é, o que é outro – em si mesma. Essa presença do que é outro em si, então, faz parte de sua própria atividade constitutiva. De forma que, antes de sugerir uma espécie de recepção passiva de “atributos” das demais, a preensão é, portanto, a atividade básica “por meio da qual uma entidade atual efetua sua própria concreção a partir de outras coisas.”⁵⁶ (PR, p. 52)

Enquanto o conceito de “prensão” se refere a esses atos pontuais de reunião, consolidando, a cada vez, um novo “sentir”; ao processo de acúmulo e integração desses sentires Whitehead atribui o nome “concreção”. Neste consiste então o processo de “efetuar sua própria concreção a partir de outras coisas” como um todo. Assim, em primeiro lugar o termo indica a passagem à concretude, esse “emergir” enquanto algo material, tangível. Mas como “concretizar-se” aqui é um ato de unificação – tanto dos vários “além” em um “aqui”, como dos vários sentires assim obtidos em uma nova integração –, o conceito designa também essa passagem dos “muitos” ao novo “um” que emerge. Trata-se então de uma passa-

56 No original: “the activity whereby an actual entity effects its own concretion of other things”.

gem tanto à concretude quanto à unidade, uma espécie de “co-concreção”: a multiplicidade concreta, já existente, é (re)apropriada e, sob essa transformação, reunida em uma nova forma.

Nesse novo contexto, Whitehead cunha o termo “superjeito”: “[u]ma entidade atual”, ele afirma, “é ao mesmo tempo o sujeito que experiencia e o superjeito de suas experiências.”⁵⁷ (PR, p. 29) Ou seja, ela é tanto o “eu” a quem a experiência “pertence” como aquilo que emerge enquanto produto dessa experiência, isto é, desses atos preensivos que formam os sentires, seus componentes. O prefixo “sub-”, de “subjacente”, presente tanto em “substância” como “sujeito”, será aqui sempre contrabalanceado por seu “oposto”, o “super”. O conceito aponta, assim, não para algo que “subjaz” a suas qualidades e interações, mas para algo que é produto dessas; não para a anterioridade e independência do que “subsiste” isoladamente, mas para certa medida de posterioridade e dependência, para a relação. Será responsável, assim, por enfatizar o aspecto das coisas enquanto “fruto” ou “produto” de suas interações, de modo que, para o autor, falar em “sujeito” é sempre necessariamente falar em um “sujeito-superjeito”.

2.2.3. Conclusão 2: a natureza relacional

Podemos enfim retornar à dificuldade colocada pela adoção simultânea da tendência subjetivista cartesiana e do vocabulário da substância com atributos e localização simples. A solução de Whitehead, então, seria rejeitar esta última parte, isto é, rejeitar a noção de uma realidade feita de substâncias separadas, situadas simplesmente “onde estão”. Em seu lugar, o autor postula sujeitos – ou antes, “superjeitos” – que são eles mesmos frutos de relação, isto é, de unificações do que é múltiplo: ocasiões atuais cujas próprias constituições são produto da apropriação de outras ocasiões atuais.

Vimos até aqui os elementos do processo e da experiência própria retornarem à “natureza”. Com a introdução da noção de “prensão”, complementamos o quadro que compõe a nova concepção desse âmbito: “natureza” dirá respeito agora também a uma dimensão inherentemente relacional. Mas, com a introdução desse terceiro elemento fundamental parece que ocorre uma transformação não só

57 No original: “An actual entity is at once the subject experiencing and the superject of its experiences”.

na concepção presente de natureza, como também no cenário da própria questão acerca da objetividade.

Em um movimento que parece exemplificar o seu “Princípio Subjetivista Reformado”, Whitehead parte do que para ele é um fato incontestável da própria experiência: a presença do que percebemos (ou melhor, preendemos) como localizado à distância, “aqui”, onde são sentidas. Esse fato que chama de “unificação preensiva” e que para ele é a própria revelação de que há coisas “para além”, é, a uma só vez, derivado da aplicação prática de seu princípio – tomar a experiência subjetiva como ponto de partida para qualquer reflexão metafísica – e o repúdio à tendência subjetivista “errada”, isto é, aquela que apresentam as teorias da bifurcação da natureza. Por meio desse entendimento, podemos sustentar que o que se preende não é a mera projeção de características, ausentes no objeto, por parte do próprio sujeito, mas justamente a presença do objeto preendido no sujeito que o preende. As noções de “experiência subjetiva” e “presença objetiva” parecem então confluir no mesmo conceito: o de preensão. Assim, a experiência subjetiva seria, ela mesma, testemunha da presença objetiva de outras coisas em si.

Desse modo, no conceito de preensão confluiriam também a nova concepção de natureza que vimos buscando e aquela de objetividade que se deseja elaborar. É a interpretação central deste trabalho que essa nova “natureza” possibilitaria uma postura ou base objetivista na medida em que, em vez de excluir a relação como seu elemento inerente – em nome, em geral, da própria “objetividade” –, a inclui. Em outras palavras, entendemos que é precisamente ao postular uma natureza “relacional” que Whitehead viabiliza sua base objetivista.

Há ainda outra consideração importante a ser feita. Apesar de em SMW inaugurar sua aparição no pensamento de Whitehead no contexto de uma discussão acerca da percepção consciente e humana, essa dinâmica preensiva se encontra agora pulverizada por toda a natureza e entendida como a atividade ontológica fundamental, pois consiste no ato mais básico a partir da qual se desenrola o próprio processo de vir à existência das entidades atuais que constituem o mundo material.

Tanto sujeitos humanos quanto as coisas encontradas na “natureza” deverão agora ser passíveis de descrição em termos de entidades ou ocasiões atuais. Assim como o obelisco do exemplo de CN, as “substâncias” como o sujeito perci- piente e o objeto percebido – no exemplo utilizado, a pedra –, pensadas anterior-

mente como possuindo persistência diferenciada, serão agora concebidos como verdadeiros eventos. Mas são eventos cuja persistência enquanto eles mesmos – isto é, enquanto “produtos” passíveis de reconhecimento, retendo suas características próprias –, se deve a uma atividade – o “processo” – subjacente de entidades atuais, emergindo perpetuamente a partir umas das outras e que, portanto, são essencialmente fruto dessas relações.

Assim, o “Princípio Subjetivista Reformado” evidentemente aponta ainda em uma outra direção. Como vimos, a natureza proposta por Whitehead é uma onde não há “atualidade vacua”, pois é composta por entidades ou ocasiões atuais que, por definição, são todas dotadas de experiência própria. Trata-se de uma natureza que, nesse sentido, e como já dissemos, é feita de “sujeitos-superjeitos” em toda sua extensão. Isso significa que, quando o autor afirma que “para além das experiências de sujeitos não há nada”, ele não se refere apenas à experiência de sujeitos humanos, mas a todas as entidades atuais.

Sendo assim, a realidade material “externa” agora se assemelha muito menos àquela matéria “vacua”, postulada pelo materialismo científico, e muito mais a uma espécie de coletividade de outros sujeitos, eles mesmos preendendo seus próprios “objetos”. Isso significa, naturalmente, que qualquer entidade-objeto que se preenda também preende outras entidades-objetos, pois é fruto de uma integração de tais preensões. Dessa forma, parece possível afirmar que, ao nos conectar com qualquer “parte” da natureza assim concebida, travamos também alguma conexão, ainda que de forma diferente, talvez indireta, com aquilo a que ela está conectada e a partir de onde emerge sua própria existência, ou seja, com aquilo que está para *além* dela. A essa compreensão, que pressupõe o aspecto da “interfusão” da natureza, em PR parece receber o nome de “solidariedade”.

E uma realidade concebida de tal forma – relacional, “solidária” – condiz tanto com a concepção buscada de natureza como com as demandas necessárias ao conhecimento “objetivo”. Em primeiro lugar, uma tal realidade relacional permitiria a reconexão necessária entre sujeito e objeto, na medida em que, ao devolver os “aspectos” constitutivos a estes, afirmaria simultaneamente a “transcendência” – o “estar localizado” à distância – e a presença desses objetos, enquanto eles mesmos, nos sujeitos. Entendemos que essa conexão já começa a viabilizar o “mundo objetivo transcendent” que Whitehead enxergava como pré-requisito ao estabelecimento de uma base objetivista para o conhecimento.

Além disso, o aspecto da solidariedade viabilizaria também a relação entre os próprios objetos, cuja investigação, para o autor, é a tarefa própria ao conhecimento. Desse modo, “natureza” – pensada até aqui como mundo ou realidade externa, a fim de diferenciá-la do sujeito que a percebe – e “sujeito” passam enfim a pertencer a uma mesma dimensão. Assim, afirmar a solidariedade do mundo, por meio da dinâmica preensiva, parece ser o primeiro passo necessário tanto à consolidação de sua base objetivista como à viabilidade da tarefa própria ao conhecimento, ambos agora tornados compatíveis com a nova concepção de natureza.⁵⁸

É portanto para esse aspecto da metafísica elaborada pelo autor em PR que agora nos voltamos, buscando-o em sua “teoria das preensões” ou “dos sentires”. A questão que assim nos guia a partir de agora é a seguinte: de que forma se consolida essa “solidariedade” das coisas? Em que sentido é possível afirmar que, por meio da dinâmica das preensões, as entidades atuais participam umas das outras?

58 Vale notar que, embora o escopo deste trabalho não permita abarcá-la, a elaboração completa de uma tal teoria do conhecimento deverá incluir a teoria da percepção de Whitehead. E essa, por sua vez, é formulada também nos termos dessa atividade preensiva básica. Assim, do mesmo modo que ocorre com a noção de “experiência”, a “percepção” no pensamento do autor é desatrelada de sua acepção corriqueira enquanto algo necessariamente consciente e exclusivamente humano. O que chamamos de consciência, na filosofia de Whitehead, só emerge em determinados casos, de modo que assemelha-se mais a uma exceção em relação à experiência “perceptiva” (preensiva) como um todo, do que à regra (PR, pp. 51-60). Na medida em que pode ser pensada agora como um sinônimo de “preensão”, então, a percepção assim pensada possibilita estabelecer essa simetria entre pessoas humanas e outros existentes: a percepção consciente humana seria, em última instância, fruto da atividade “perceptiva” (preensiva) das ocasiões ou entidades atuais que compõem o evento equivalente àquela pessoa humana, mas que, por meio do elemento da solidariedade, estão em continuidade preensiva também com as demais entidades do mundo.

3

A solidariedade objetiva

Nos situamos agora em um cenário bastante diferente. A realidade ou mundo “material”, pensada agora como incluindo tanto o sujeito tradicional do conhecimento – que percebe, pensa, investiga, conhece, etc. – como seus objetos – a “natureza” que, relativamente a esse sujeito, é “externa” –, passa a configurar um complexo de entidades que são, simultaneamente, sujeitos e objetos. Na medida em que concrescem a partir de outras entidades, são “objetivamente” feitas de alteridade, compostas de sentires que Whitehead caracteriza como “vetores”: pois “sentem o que está *lá* e o transformam no que está *aqui*.⁵⁹ Em certo sentido, portanto, são o “fora” existindo “aqui”. Ao mesmo tempo, o termo escolhido pelo autor já parece sugerir o caráter “subjetivo” que buscamos elaborar na seção anterior, daquela experiência que é “especiosa”, privada, singular, *própria*.

Sendo assim, ainda que o intuito seja afirmar que as coisas estão objetivamente “presentes” umas nas outras, por meio do conceito de preensão, e que nossa experiência (subjetiva) cotidiana pareça corroborá-la, ficamos com a sensação de que essa “objetividade” deve ainda ser elaborada: se a experiência de uma entidade atual, que é essencialmente a experiência de sua concrescência, é “subjetiva”; se a emergência das entidades vem do ato de “sentir” *subjetivamente* as outras, como não interpretar essa formulação como uma verdadeira guinada para o lado subjetivista? Em outras palavras, de que forma a presença “objetiva” das outras entidades na que concresce não é anulada pela subjetividade dessa apropriação, deixando, no lugar de um “mundo transcidente” e “comum”, novamente uma coleção de entidades apartadas, cada uma com seus respectivos sentires subjetivos privados?

O objetivo desta parte do trabalho é responder a essa questão por meio da “teoria dos sentires” ou “teoria das preensões” de Whitehead, que se encontra no cerne de sua filosofia processual, e que trata de forma mais detalhada do processo de concrescência por meio do qual cada entidade atual se efetua – e é efetuada – enquanto um fato concreto.

⁵⁹ No original: “Feelings are ‘vectors’; for they feel what is *there* and transform it into what is *here*.⁵⁹

3.1

Conformação: o potencial e o atual

3.1.1. O mundo atual

Existem duas maneiras de analisar ou decompor uma entidade atual: genética ou morfologicamente (PR, pp. 219). A primeira forma de decomposição reparte a entidade em seus sentires constitutivos, enquanto a segunda a decompõe enquanto uma porção extensa de espaço-tempo (KRAUS, 1998, pp. 107-108). Dito de outra forma, a primeira revelaria o processo de concrescência, de emergência, da entidade em questão, por meio de suas fases ou estágios constitutivos; já a segunda simplesmente reparte o produto final desse processo, enquanto algo separado dessa emergência. Nos concentraremos aqui apenas no primeiro tipo de análise.⁶⁰

Conforme o explica Elizabeth Kraus, quando Whitehead fala na divisão de suas entidades atuais (enquanto produto), ele não se refere apenas ao aspecto teórico, à possibilidade de análise para fins de elucidação de seu esquema. A divisão das entidades é um aspecto do próprio processo de concrescência por meio dos quais emergem as novas entidades. O início de uma nova concrescência pressupõe a divisão das múltiplas entidades já existentes que, como veremos, constituem seu chamado “mundo atual”, em seus elementos constitutivos, ou seja, seus sentires. É a partir de um sentir em particular que uma entidade atual pode ser preendida por outra (KRAUS, 1998, pp. 108-114).

Aqui novamente se aplica a fórmula de Whitehead, “divisível porém não dividido”: uma entidade atual para si mesma, enquanto sujeito de sua experiência, não é divisível. Mas é possível de divisão de fora, isto é, do ponto de vista de outra entidade – com a ressalva de que algo aí é, naturalmente, perdido na pas-

60 Essa formulação naturalmente coloca o problema, apontado por comentadores como David Sherburne (SHERBURNE, 1981, pp. 36-39) e Elizabeth Kraus (KRAUS, 1998, pp. 107-108), acerca da própria possibilidade de divisão sequencial da concrescência. Se o “emergir” da entidade em jogo deve ser entendido como tendo um caráter atômico, não-temporal, conforme a formulação de Whitehead, como dividi-lo em estágios menores, que sucedem uns aos outros? Segundo David Sherburne, Whitehead estava ciente dessa dificuldade e sua resposta a ela, a princípio, seria de que a divisão da concrescência em fases é meramente “intelectual” e, por isso, em alguma medida, arbitrária (SHERBURNE, op. cit.). Já para Elizabeth Kraus, a solução parece estar na própria oposição processo-produto: assim como o produto pode ser dividido sem, na prática, ser composto de partes de fato separadas, também as fases de uma concrescência poderiam ser separadas (intelectualmente), para fins de análise (KRAUS, op. cit.). Nos termos da autora, “preensões e fases são, portanto, separáveis, mas não separadas [de fato]” (ibid, p. 108, acréscimos nossos). No original: “Prehensions and phases are thus separable but not separated.”

sagem para a entidade seguinte: a experiência particular da primeira. E é justamente desse modo (de fora) que uma entidade pode preender a outra. O início da concrescência, portanto, parte daí: da divisão de uma entidade alheia, já constituída. Ela é dividida em seus componentes – seus sentires – pela entidade concrescente, para fins de apropriação. Assim, nos termos de Kraus, “prehensão é sentir o *sentir* de um outro, e não sentir o outro.” (ibid, p. 31)⁶¹

Mas o que se “sente” exatamente, ao apropriar-se do sentir alheio, se não a experiência anterior – que é, por definição, inacessível pois privada, singular? Se as entidades atuais são compostas por seus sentires, então em que consistem, de que são feitos, esses sentires? Como vimos, era necessário devolver os “aspectos” de uma entidade a ela, à sua própria constituição. E vimos esse movimento ser feito, em SMW, por meio dos “objetos dos sentidos”. Segundo Lewis Ford, em PR os “objetos eternos” recebem a mesma função (FORD, 1984, p. 67-70): eles serão os “ingredientes” que, assim como aqueles no evento que é o obelisco em CN, lhe conferem seus contornos e permitem que o reconheçamos e diferenciemos de outros eventos.

Se um evento “dura”, isto é, se ele persiste enquanto ele mesmo ao longo do tempo, isso se dá pela reprodução de certos objetos eternos que suas ocasiões atuais constitutivas escolheram como as caracterizando enquanto elas mesmas. Mas esses elementos não “persistem”, eles mesmos, ao longo do tempo, pois são “eternos”(ibid). Assim, os objetos eternos são definidos por Whitehead como “potenciais puros” (PR, p. 23): eles estão essencialmente fora do tempo, apenas “ingressam” – termo técnico que se refere ao modo particular pelo qual participam das coisas – nas ocasiões atuais, que são, elas sim, temporais. As cores continuam sendo bons exemplos desses objetos, embora Whitehead inclua nessa categoria também formas geométricas, por exemplo.

Enquanto elementos presentes na própria constituição das ocasiões atuais, seu papel ainda é o de caracterizá-las ao conferir-lhes o que Whitehead chama de “determinação” (PR, p. 239-240). Ao “ingressar” na constituição de uma entidade atual, certo tom de azul, por exemplo, contribui para determiná-la enquanto, sob esse aspecto, azul, e não vermelha. A noção de determinação, portanto, está sempre intimamente conectada à ideia de exclusão. Ao falar de “decisão” – a decisão de incluir ou excluir, na raiz dessa noção – Whitehead utiliza a expressão

61 No original: “prehension is feeling the *feeling* of another, not feeling the other.”

“cortar”, a fim de indicar essa seleção na qual algo entra, e algo fica de fora (PR, p. 43). E isso se dá, por sua vez, pois os elementos a serem selecionados (os objetos eternos) têm esse caráter de serem exclusivos, isto é, de serem essencialmente distintos uns dos outros. São eles, portanto, que permitem às entidades atuais serem plenamente “determinadas”.

Essas decisões, conforme tomadas, gradualmente consolidam uma espécie de “estrutura” ou “padrão”: o “padrão emocional” que os elementos apropriados assumem quando integrados (PR, p. 235). Um sentir, enquanto uma unidade, possui uma forma própria, a chamada “forma subjetiva”, que constitui o “como” dessa integração. Ela diz respeito a como aqueles elementos particulares – os objetos eternos –, obtidos nos atos preensivos *dessa* entidade que emerge, e não de outra, são efetivamente integrados na unidade emergente.

Essa estrutura é mais facilmente concebida como uma figura, de modo que comentadoras como Judith Jones e Elizabeth Kraus frequentemente utilizam a imagem de uma pintura para ilustrá-la (JONES, 1998, p. 3-43; KRAUS, 1998, p. 32-ss). Um quadro, por exemplo, revelaria uma configuração particular de tons de cores distintos: a configuração precisa que constitui *aquele* quadro enquanto ele mesmo, diferente de todos os outros. Se cada tom de cor ali presente é um objeto eterno em si mesmo, a configuração como um todo também poderá ser chamada “objeto eterno”, apenas configura um mais complexo do que os tons individuais que a compõem. Quando o sentir de determinada ocasião é apropriada por outra, então, é a forma desse “padrão” de objetos eternos – ele mesmo um objeto eterno – que é apropriado. Mas, como essa configuração diz respeito à forma como aqueles elementos determinados foram apropriados por aquela ocasião em particular, trata-se de uma “forma subjetiva”.

Se é por via dos objetos eternos que os sentires possuem uma forma subjetiva própria, que consolida sua determinação, uma vez que são compostas de sentires determinados, as entidades atuais também devem sua determinação aos objetos eternos. Nos termos do autor,

Não há nenhum caráter que pertença ao atual à parte de sua determinação exclusiva via objetos eternos selecionados. A qualidade de ser definido do atual emerge da exclusividade dos objetos eternos em sua função como determinantes. [...] O fato de

que há alternativas incompatíveis é o fato último em virtude do qual há definição.⁶² (PR, p. 240)

Encontramos nesse aspecto da “determinação”, portanto, a expressão completa das noções de “entidade atual” ou “ocasião atual”. Uma entidade ou ocasião é atual, entre outras coisas, por que se faz plenamente determinada, isto é, porque exclui possibilidades: ela envolve decisões que, uma vez tomadas, estão dadas, se fecham. Dentre todos os “padrões” de determinação possíveis, aquele foi selecionado, em detrimento de outros. É por meio do ingresso dos elementos “potenciais”, então, que o atual se torna verdadeiramente “atual”.

O processo de concrescência de uma ocasião é, portanto, o seu processo de tornar-se algo determinado, um “dado”. Em outras palavras, um produto. De maneira aparentemente paradoxal, Whitehead define esse “nascimento” das entidades atuais como algo que constitui uma espécie de “morte”: tornar-se atual é alcançar “imortalidade objetiva”, é emergir enquanto um dado plenamente determinado a condicionar as concrescências seguintes (PR, p. 60). Se retomarmos o vocabulário utilizado anteriormente, o “nascer” de uma entidade atual corresponderia ao seu “terminar de acontecer” e, por isso, ao seu emergir enquanto um fato. Nos termos de Whitehead, “[o] ‘perecer’ da absolutez é a obtenção de ‘imortalidade objetiva’.” (PR, p. 60)⁶³. Ou seja, perde-se imediatez, a profundidade da experiência, características do registro do processo, mas adquire-se transcendência, a “imortalidade objetiva” enquanto conteúdo para o sentir das próximas entidades concrescentes. Em outras palavras, a morte do processo é o nascer do produto.

Assim, a conclusão de seu processo “subjetivo” de vir à existência seria a obtenção de realidade “objetiva”. Um dos contextos em que os termos “objetivo”, “objetividade” e “objetivamente” aparecem em PR é justamente para se referir ao que já está “dado”, pois é apenas quando torna-se produto que a entidade pode participar na constituição alheia, isto é, existir “objetivamente” nas outras entidades. Por isso, para uma entidade, ser preendida é o mesmo que ser “objetificada”, é fazer-se presente para além de si mesma, de modo que os verbos “prender” e “objetificar” podem ser utilizados de modo intercambiável.

62 No original: “There is no character belonging to the actual apart from its exclusive determination by selected eternal objects. The definiteness of the actual arises from the exclusiveness of eternal objects in their function as determinants. [...] The fact of incompatible alternatives is the ultimate fact in virtue of which there is definite character.”

63 No original: “But the ‘perishing’ of absoluteness is the attainment of ‘objective immortality.’”

Encontramos aqui, então, o sentido completo também da noção de “superjeito”:

Esta é a doutrina da unidade emergente do superjeito. Uma entidade atual deve ser concebida enquanto tanto o sujeito presidindo a imediatez de sua própria emergência, como o superjeito que é a criatura atômica exercendo sua função de imortalidade objetiva. Ela se tornou um ‘ser’; e é da natureza de todo ‘ser’ que ele seja um potencial para cada ‘tornar-se’.⁶⁴ (PR, p. 45)

O mundo “atual”, portanto, consiste no aspecto determinado da realidade, composto por escolhas encerradas. As entidades atuais, por já terem excluído as outras possibilidades de si, se tornam “fatos teimosos” que não podem ser desfeitos (PR, p. 43). Na medida em que obtêm essa determinação e se inscrevem no mundo, portanto, elas ganham “imortalidade objetiva” pois adquirem certa irreversibilidade. Em um certo sentido, tornam-se *passado*.

Desse modo, assim como os objetos dos sentidos que vimos anteriormente, os objetos eternos não se prestam apenas a “definir” as entidades atuais. É também por meio deles que elas podem ser preendidas por outras. No caso, é por meio dos objetos eternos constitutivos de seus sentires que esses podem ser objetificados, de modo que aqueles cumprem a “função” clássica dos universais de mediar a preensão do “objeto” pelo “sujeito” – no caso, entre entidade objetificada e entidade que objetifica. É por meio deles, então, que o “passado” se conecta ao “futuro”.

3.1.2. O estágio conformal

Para entendê-lo melhor, é preciso examinar as diferentes fases que constituem o processo de emergência das entidades atuais. O processo de crescência pode ser dividido em dois estágios principais.⁶⁵ O primeiro momento é o estágio chamado “conformal” ou “responsivo”, cujos sentires correspondentes são “sentires físicos simples”, ou simplesmente “sentires causais” (PR, pp. 212-214; 236-238). É o momento inicial mais básico da emergência de qualquer entidade

64 No original: “This is the doctrine of the emergent unity of the superject. An actual entity is to be conceived both as a subject presiding over its own immediacy of becoming, and a superject which is the atomic creature exercising its function of objective immortality. It has become a ‘being’; and it belongs to the nature of every ‘being’ that it is a potential for every ‘becoming.’”

65 Embora essa divisão possa variar dependendo da atenção que se dê às subdivisões internas a cada estágio – o próprio Whitehead às vezes inclui a satisfação final (que marcaria o fim do processo) enquanto uma fase dele.

atual, no qual ela meramente reproduz ou “reencena” sentires alheios. Aqui, o que está sendo “reencenado” são os dados do sentir alheio – os objetos eternos “individuais”, por assim dizer – na configuração exata em que vêm, isto é, na forma subjetiva anterior. Esse tipo de sentir recebe o título de “conformal” pois a entidade concrescente simplesmente se conforma ao que já está dado, sem ainda acrescentar qualquer novidade ou diferenciação enquanto contribuição própria aos dados apropriados.

Mas embora sempre comece na conformação, o processo de concrescência envolve também escolhas, que começam com o que Whitehead chama de “avaliação”. Essas aparecerão no momento ou estágio seguinte, chamado “suplementar”, que pode ainda ser subdividido em “estético” ou “intelectual” (PR, pp. 164-165; 212-214). Nos concentraremos apenas nas fases mais simples desse estágio, as chamadas “estéticas”. Estas comportam as categorias de “avaliação”, “reversão” e “transmutação”, e vemos aqui serem introduzidos os chamados “sentires conceituais” – de que falaremos em detalhe adiante. É apenas nas fases posteriores, “intelectuais”, que não exploraremos, que vemos emergir as operações características da percepção consciente, com sentires de tipo mais complexo, como “proposicionais” e “comparativos”.

Nesses momentos de escolha, o que ocorre é que a unidade emergente “avalia” os elementos apropriados – os objetos eternos – em relação a seus papéis como “partes” de um “todo”: o sentir que compõem. Mas esses sentires, por sua vez, serão também partes de um todo maior: a entidade que concresce. Assim, a avaliação diz respeito não só ao papel que determinado objeto cumpre naquele sentir em que se encontra, mas também à futura posição que ocupará no todo “maior”, aquele que está em vias de emergir. Essa avaliação pode ser positiva ou negativa, determinando aquilo que ganhará maior ou menor relevância nessa unidade que emerge, bem como a função que exercerá nesse todo. Em última instância, a relevância atribuída a determinado elemento pode ser mínima, e levar mesmo à exclusão desse elemento da unidade que se forma. Por isso, há preensões positivas – as apropriações que são mantidas, que ganham o status oficial de sentires – e as negativas – as preensões excluídas da unidade emergente. Esse estágio é o tópico da próxima seção do trabalho, onde falaremos dele em maior detalhe.

O que marca a conclusão de uma concrescência, por sua vez, é a chamada “satisfação”. Conforme essas fases se sucedem, decisões se acumulam a res-

peito dessa integração, isto é, de como seus componentes constitutivos, os sentires, formarão uma unidade propriamente dita, razoavelmente harmônica. Uma vez que já não haja mais decisões a serem tomadas, que todos os sentires apropriados tenham sido integrados no grande sentir final que é a própria entidade nascente, a “satisfação” foi obtida. O processo de concrescência da entidade emergente se completou: ela tomou todas as escolhas possíveis acerca de sua composição interna pois todos os elementos que requerem uma resposta subjetiva – uma decisão – foram atendidos e, assim, a “forma subjetiva” própria foi plenamente desenvolvida.

Mas tudo se inicia na fase conformal. A função “relacional” dos objetos eternos aparece justamente na descrição do momento da fase conformal: “reprodução”, aqui, diz respeito à reprodução do papel, função ou posição de um determinado objeto eterno no dado preendido, obtido da entidade anterior. Como a chamada “forma subjetiva” dessa entidade primeira (o “como” do sentir) é simplesmente “repetida” enquanto forma subjetiva da seguinte, o objeto eterno em jogo está, nos termos de Whitehead, “desempenhando um papel consistente”⁶⁶ (PR, p. 238). Ou seja, a função desempenhada por esse objeto nos dados preendidos é a mesma que aquela desempenhada por ele na forma subjetiva da entidade seguinte.

Desse modo, ele atuaria como um elo entre o “dado” e a forma particular como ele é sentido: “Neste papel de duas vias, o objeto eterno está desempenhando um papel relacional entre, de um lado, o dado inicial e, de outro, o sujeito concrescente.” (PR, p. 238) ⁶⁷ Aqui, a passagem de um momento a outro é direta, não há ajuste ou transformação na configuração desse dado. Por isso, a essa dinâmica o autor dá o nome também de “transferência” (PR, pp. 237-238).

Trata-se, então, de uma apropriação passiva: aqui, “os sentires são sentidos enquanto pertencentes aos centros externos”⁶⁸ (PR, p. 212). Ou seja, enquanto pertencentes às interioridades ou subjetividades alheias, razão pela qual têm esse caráter que o autor chama de “segunda mão” (PR, p. 155;237). Por isso, é também nessa fase que podemos encontrar as noções de causa e efeito empregadas em seu sentido mais estrito: a entidade original, que está aí sendo preendida, estaria “causando” o sentir da entidade que a preende, de forma que tanto esse sentir se-

66 No original: “it is playing one self-consistent role”.

67 No original: “In this two-way role, the eternal object is functioning relationally between the initial data on the one hand and the concrescent subject on the other.”

68 No original: “The feelings are felt as belonging to the external centres”.

cundário (de “segunda mão”) quanto a própria entidade que emerge dele – que concresce – podem ser considerados “efeitos” da primeira (PR, p. 236).

É essa dinâmica “conformal”, portanto, que garantiria o caráter de irreversibilidade do passado: toda nova concrescência deve partir de algum lugar, e esse lugar é o mundo atual enquanto “passado”, que impõe conformação; é um “dado” incontornável, um “fato teimoso”. Embora, como veremos mais adiante, o processo sempre comporte certa liberdade de escolha, o aspecto do “vetor” presente nos sentires físicos primários não pode ser negligenciado. Como afirma o autor, “a causa está *objetivamente* no efeito⁶⁹” (PR, p. 237, grifos nossos), pois é o seu sentir que é reproduzido, “repetido”, enquanto efeito, na entidade seguinte. Nisso consiste o aspecto de “acúmulo” da atualidade, que confere à noção de tempo seu significado e que permite, portanto, que falemos na existência de uma dimensão de “anterioridade”⁷⁰. Há um sentido, então, no qual o passado pode ser dito como “causando” – em alguma medida – o futuro, que é seu herdeiro. O tempo, para o autor, é “a conformação do presente imediato ao passado.”⁷¹ (PR, p. 238)

Dessa forma, ainda que tudo seja processo – e o futuro esteja sempre em aberto –, existem coisas que já estão dadas, isto é, que já perderam a “absolutez” de sua imediatez subjetiva pois obtiveram a satisfação, já se tornaram produtos, e, desse modo, servem como ponto de partida para as concrescências futuras, alheias. Por isso, Whitehead afirma que sua filosofia do organismo é uma “inversão de Kant”: em vez da passagem do sujeito para o mundo, o vetor é do mundo para o sujeito (PR, p. 88).

Por meio da fase conformal, a entidade concrescente é então inerentemente conectada ao seu passado, que é plenamente determinado. Chegamos à conclusão, assim, de que tudo se passa como se o “mundo atual” de uma ocasião atual viesse *antes* dela. Mas, ao mesmo tempo, a conformidade aos dados está longe de esgotar o que uma ocasião que concresce se tornará. Ainda que a concrescência se inicie na mera conformação, por reencenação e reprodução, essa reprodução “nunca é total” (PR, p. 238), esse é apenas o primeiro momento. Em seguida, temos o estágio suplementar. A questão da solidariedade diria respeito então a como, e em

69 No original: “the cause is objectively in the effect”.

70 Nos termos de Whitehead: “Esta passagem da causa ao efeito é o caráter cumulativo do tempo. A irreversibilidade do tempo depende desse caráter.” (PR, p. 237) No original: “This passage of the cause into the effect is the cumulative character of time. The irreversibility of time depends on this character.”

71 No original: “time is the conformation of the immediate present to the past.”

que medida, essa imposição do passado sobre o futuro se dá: o que significa dizer que o mundo atual vem antes da entidade que emerge a partir dele, qual o poder que esse “passado” possui sobre o futuro exatamente?⁷²

72 Ou, para nos situarmos novamente em relação à questão original acerca da objetividade, primeiro formulada no contexto do relato da percepção, poderíamos reproduzir a formulação de Elizabeth Kraus: como os sentires primários em uma concrescência se relacionam com os sentires subsequentes de forma que fenômenos como os vários modos de percepção e as formas superiores da consciência não enclausurem o sujeito consciente e que julga em um mundo fenomênico, divorciado de maneira irremediável do *noumenon* inalcançável? (KRAUS, 1998, p. 109) No original: “How are the primary feelings in a concrescence related to subsequent feelings so that phenomena such as the various modes of perception and the higher forms of consciousness do not lock the conscious and judging subject into a phenomenal world hopelessly divorced from the unattainable noumenon?”

3.2

Interioridade e autonomia: o estágio suplementar

3.2.1. As primeiras decisões

Compreender essa influência do passado sobre o futuro requer que entendamos aquilo a que poderíamos chamar de dimensão “subjetiva” da concrescência, referente, entre outras coisas, ao poder de autonomia da entidade que assim emerge sobre seu próprio processo de vir à existência.

Tecnicamente, o primeiro momento em que poderíamos falar em uma “decisão” propriamente subjetiva seria na primeira passagem dos chamados “dado inicial” ao “dado objetivo”. Como o explica Elizabeth Kraus, essa passagem consiste em um ato de recorte ou seleção – por isso frequentemente referido como um momento de abstração –, no qual os sentires das entidades a serem objetificadas são selecionados, “abstraídos” de suas entidades de origem (KRAUS, 1998, pp. 108-114).

A rigor, trata-se de uma passagem que inaugura cada nova fase da concrescência, determinando qual será a “multiplicidade” de sentires particulares a serem unificados naquele momento. É onde se aplicam as eliminações, onde se determina o que será preendido positivamente, constituindo assim um sentir a compor a entidade emergente, e o que será preendido negativamente, deixado de fora da unidade que se forma. Assim, o “dado inicial” frequentemente consiste em uma coleção de elementos diferentes que, ao serem transformados em “dado objetivo” adquirem uma espécie de unidade provisória. Na formulação que vimos usando até aqui, essa passagem seria o primeiro movimento de unificação, a unificação preensiva propriamente dita, enquanto a integração subsequente dos sentires assim obtidos seria o segundo.

O momento inicial de uma concrescência corresponde também a uma tal passagem. Porém, nesse caso, o “dado inicial” é não um sentir pertencente à mesma concrescência, mas antes as entidades anteriores, já “dadas”. Essas entidades compõem o mundo atual da nova entidade emergente, e todas entidades do mundo atual daquela que nasce devem, necessariamente, ser preendidas (PR, p. 239). Contudo, como trata-se de uma verdadeira multiplicidade, naturalmente surgem aqui incompatibilidades que inviabilizariam a integração harmônica, em um novo sentir, dessa multiplicidade *como um todo*. Por isso é necessário eliminar

certos elementos – certos sentires – incompatíveis entre si. Essa é a razão das entidades objetificadas serem apropriadas não em sua totalidade, mas por meio de apenas um de seus sentires.

É aqui que é consolidada a “perspectiva” própria à nova entidade concrescente: trata-se do “recorte” particular de sentires daquelas entidades particulares sendo absorvidos para unificação. Assim, a perspectiva – o primeiro “dado objetivo” de uma concrescência –, consiste no produto de uma transição da multiplicidade de dados iniciais – as entidades atuais constitutivas do mundo atual, com todas as suas possíveis incompatibilidades – para uma “reunião”, isto é, uma espécie de unidade provisória, cujos elementos constitutivos são passíveis de integração harmônica. É com ela que o processo de concrescência efetivamente começa.⁷³

No entanto, dado que se trata do momento de transição em que os dados múltiplos atuais são reunidos para a nova concrescência, há uma ambiguidade inevitável na atribuição de causação (KRAUS, op. cit.). A princípio, parece que essa decisão não cabe ainda à entidade a emergir, pois é o ponto de partida para a própria possibilidade da unidade a ser integrada, a posição particular que a determina enquanto uma nova entidade por vir, diferente de todas as anteriores. A perspectiva de uma entidade atual, então, em certo sentido, seria determinada antes dela, “escolhida” para ela por seu mundo atual.

Sendo assim, se “subjetividade” designa apenas o caráter singular de uma entidade atual, referente à posição particular que ela ocupa no mundo e que lhe confere sua perspectiva própria, ela aparece pela primeira vez nesse momento. Mas se por “subjetividade” entendermos o aspecto de relativa liberdade de uma entidade, então seria mais adequado dizer que o primeiro momento de irrupção dessa subjetividade corresponde ao surgimento do chamado “alvo subjetivo”. Trata-se do primeiro elemento, nos termos do autor, de *autonomia* no processo de concrescência: é o primeiro aspecto a aparecer que tem o poder de “resistir” de al-

73 Nos termos do próprio autor, “[u]m sentir é a apropriação de alguns elementos no universo a serem componentes na constituição interna real de seu sujeito. Os elementos são os dados iniciais; consistem naquilo que o sentir sente. Mas eles são sentidos sob uma abstração. O processo do sentir envolve preensões negativas que efetuam eliminações. Portanto, os dados iniciais são sentidos sob uma ‘perspectiva’ que é o dado objetivo do sentir.” (PR, p. 231) No original: “A feeling is the appropriation of some elements in the universe to be components in the real internal constitution of its subject. The elements are the initial data; they are what the feeling feels. But they are felt under an abstraction. The process of the feeling involves negative prehensions which effect elimination. Thus the initial data are felt under a ‘perspective’ which is the objective datum of the feeling.”

guma maneira ao que já está dado, isto é, de acrescentar algo de novo ao atual (PR, p. 244-245).

O alvo subjetivo, como todos os outros elementos de uma concrescência, é também um sentir. Porém trata-se de um sentir com um propósito específico. Ele aparece como apontando ora para a integração ou unificação emergente – ou seja, para a própria entidade determinada, enquanto uma unidade futura –, ora para a obtenção de “intensidade” de experiência, um aspecto de que já falaremos. Aqui vemos o autor retomar a noção de “immediatez” a fim de caracterizar este “alvo”: “A immediatez do sujeito concrescente é constituída por seu alvo vivo em sua própria auto-constituição”(PR, p. 24).⁷⁴ Ou seja, aqui aparece novamente a ideia de que a experiência (imediata) subjetiva de uma entidade é sempre a experiência de sua própria emergência enquanto uma nova unidade que se acrescenta ao mundo, de seu processo particular de tornar-se ela mesma.

Mas esse “tornar-se” precisa de alguma espécie de horizonte específico, de uma direção na qual empregar seus esforços. É aqui que entra em jogo o chamado “ideal subjetivo”. Trata-se de um ideal de unificação, que diferirá conforme cada entidade atual. O “ideal subjetivo” de uma entidade é simplesmente o ideal de si mesma que ela desenvolve ao longo de seu processo, de forma que parece qualificar o alvo na unificação, estabelecendo uma espécie de modelo provisório de como essa unificação deve se concretizar.

Poderíamos então dizer que “satisfação” funciona como um termo genérico para designar as múltiplas satisfações particulares possíveis, isto é, os diferentes ideais de si a serem estabelecidos e buscados em cada processo de concrescência. Alcançar a satisfação seria, assim, o mesmo que alcançar – mais ou menos – o ideal subjetivo que a entidade em questão estabeleceu para si mesma.

Essa integração se dá, entre outras coisas, por meio do de avaliação dos elementos preendidos. Aqui encontramos um segundo momento de decisão que, diferentemente da decisão originária, pode ser dita uma decisão autônoma da entidade que concresce. Por meio dele se estabelecem o que poderíamos chamar de “preferências” subjetivas: como vimos, a entidade concrescente avalia os componentes ali presentes de forma a atribuir-lhes “papéis” específicos na unidade maior que se forma.

⁷⁴ No original: “The immediacy of the concrescent subject is constituted by its living aim at its own self-constitution.”

Como vimos também na seção anterior, se há escolha (autônoma, própria) envolvida, então é por que já abandonamos a fase conformal e adentramos o estágio “suplementar”. Enquanto os sentires correspondentes à primeira eram os sentires físicos simples, ou causais, aqui os sentires mais básicos serão os chamados “sentires conceituais”. Diferentemente daqueles, cujos dados são outras entidades atuais objetificadas, estes são caracterizados pelo fato de que seus “dados” são objetos eternos.

Como nada pode surgir a partir do nada e a experiência é sempre a referência última para o autor, esses sentires cujos dados são objetos eternos surgem eles mesmos a partir de sentires causais, físicos. David Sherburne descreve a preensão de um objeto eterno na produção de um sentir conceitual como um ato de apanhar um ingrediente dessa preensão, uma espécie de exercício de isolamento – mental – dessa “parte” do sentir em questão (SHERBURNE, 1981, p. 47). Sentires conceituais consistem então no tipo primário – mais simples, mais básico – de operação mental, permitindo a Whitehead afirmar que “o polo mental começa com o registro conceitual do polo físico” (PR, p. 248).⁷⁵

Um sentir conceitual, então, consiste em captar implicitamente o significado da noção de “atualidade”: compreender que a determinação ou definição das coisas equivale à inclusão e exclusão nelas de certos elementos da realidade que se implicam mutuamente, os objetos eternos. Assim, o autor define esse tipo de sentir como “um sentir de um objeto eterno em respeito à sua capacidade geral enquanto um determinante de caráter, incluindo, portanto, sua capacidade de exclusividade.”⁷⁶ (PR, p. 240)

Esses objetos obtidos, que agora constituem dados próprios de novos sentires, convidam ao exercício de avaliação: cabe à entidade que os sente atribuir maior ou menor relevância a esses elementos. Conforme a avaliação recebida, o objeto em questão ou se sobressairá nas preensões subsequentes – e, com isso, na unidade emergente – enquanto um aspecto a partir de então imprescindível, ou, ao contrário, se “dissolverá” como mera parte do pano de fundo, podendo chegar a ser considerado desprezível. O que esse exercício permite, então, é um “ajuste” do conteúdo preendido: ao ajustar a configuração do “todo” que se forma, alguns ele-

75 No original: “The mental pole starts with the conceptual registration of the physical pole.” Vale lembrar, contudo, que a “mentalidade” aí em jogo se refere simplesmente a essas “operações mentais” associadas aos sentires conceituais, sem jamais pressupor atividade consciente.

76 No original: “the feeling of an eternal object in respect to its general capacity as a determinant of character, including thereby its capacity of exclusiveness.”

mentos ganham importância e se sobressaem – são “ressaltados” –, enquanto outros são tornados quase irrelevantes – são “inibidos” (PR, pp. 212-214). Ou seja, a avaliação dos sentires conceituais seria o primeiro momento no desenvolvimento das preferências particulares à entidade concrescente. Agora, diferentemente do que ocorre no estágio conformal anterior, “os sentires, sentidos de maneira derivada enquanto estranhos, são transformados em uma unidade de apreciação estética sentida de forma imediata enquanto privada.”⁷⁷(PR, p. 212)

Mas essa avaliação tem em vista duas “obrigações” ou “exigências” determinadas, aquelas almejadas pelo alvo e o ideal subjetivos: a obtenção de unidade e profundidade ou intensidade de experiência. Os dados apropriados serão então avaliados como mais ou menos desejáveis à medida que contribuírem para ou atrapalharem a obtenção desses objetivos.

Expressa na exigência de “unidade sintética” (PR, p. 45), a busca por unidade é um dos aspectos centrais de uma concrescência, e se refere ao movimento de integração. Há uma necessidade de coesão ou harmonia interna, de forma que o que foi acumulado não pode simplesmente coabitar de maneira desconectada. Essa “coexistência”, por sua vez, se relaciona intimamente à outra exigência em jogo: a de intensidade.

Esse aspecto do esquema do autor talvez possa ser mais facilmente compreendido por meio de seu oposto: para Whitehead, o oposto da experiência intensa é uma “trivial” e “vaga”. Tem-se trivialidade quando os dados em vias de unificação são julgados incompatíveis, ou seja, quando a única forma de senti-los em conjunto é por meio de uma quantidade considerável de inibições. Uma vez que são incompatíveis com aqueles avaliados como importantes, esses elementos tornam-se mero “pano de fundo”, tornados indistinguíveis, sem (ou com pouca) expressão. Já o conteúdo “vago” é aquele que, ao contrário, apresenta semelhanças demais, de modo que a variedade inicial – por não ser, na verdade, muito variada – é tomada como uma unidade só.

Ao contrário, uma unificação em que mais elementos possam se “expressar” de maneira forte, definida e como partes relevantes do todo, é uma unificação com maior intensidade de experiência da entidade concrescente que é esse “todo”. Uma tal unificação requer, por sua vez, “limitação” [narrowness] e “am-

77 No original: “the many feelings, derivatively felt as alien, are transformed into a unity of aesthetic appreciation immediately felt as private.”

plidão” [*width*]: a limitação permite uma “definição” maior, e portanto maior expressão do caráter do dado; enquanto a “amplidão” permitiria abarcar uma maior variedade de elementos “limitados”, isto é, definidos. A maneira de se obter tal variedade sem transformá-la, novamente, em “trivialidade” seria pela transformação dessa variedade em contrastes expressivos (PR, pp. 110-112).

O caminho para a intensidade, assim, está na transformação de meros contrários – incompatíveis, que apenas inibem uns aos outros – em contrastes: elementos distintos e plenamente definidos que não só se expressam enquanto diversos, mas também ressaltam uns aos outros por *via* dessa expressão; cujas funções no todo não são simplesmente importantes de maneira individual, mas que “chamam” uns aos outros, por assim dizer, enquanto respectivamente importantes, que alimentam suas respectivas relevâncias na unidade que vêm a formar.

No fim das contas, porém, o que interessa é a combinação apropriada desses quatro elementos (trivialidade, vagueza, limitação e amplidão) de forma a fazer com que aqueles dados ali presentes sejam produtores de intensidade. A imagem da pintura ajuda novamente a ilustrar essa ideia. Da forma como o explica Judith Jones,

Na pintura, alguma condição geral de unificação (limitação) sustenta o princípio de unidade estética, ou elegância, na obra enquanto um todo (amplo) complexo. Talvez se trate de uma cena onde os detalhes representados são reunidos de forma a transmitir o conceito do tema sendo representado – um vaso de flores, um trabalhador no campo, um homem em um cavalo, etc. Se a imagem for ampla ou com detalhes complexos demais, corre-se o risco de perder a temática; se for limitada demais, pode acabar se assemelhando ao desenho de uma criança do primário. (JONES, 1998, p. 36)⁷⁸

O momento desse “ajuste”, característico da fase de avaliação, é então o momento em que os elementos apropriados na fase conformal são sentidos em relação às suas possibilidades de contrastar uns com os outros, de maneira a produzir intensidade. A avaliação, desse modo, “é a fase na qual a cor azul se torna mais intensa por causa de seus contrastes, e uma forma adquire dominância em virtude

78 No original: “In the painting, some overall condition of unification (narrow ness) stands as the principle of aesthetic unity, or elegance, in the work as a complex (wide) whole. Perhaps it is a representational scene, in which case details represented are put together so as to convey the concept of the theme being represented—a vase of flowers, a worker in the field, a man on a horse, and so on. Too much width or complex detail and the thematic unity may be lost; too much narrowness and the painting may approximate the line-drawings of a first-grader.”

de seu encanto”⁷⁹ (PR, p. 213). É o momento da entidade concrescente “reagir” aos dados obtidos, tendo em vista seu alvo e ideal subjetivos, e em que, portanto, começam a nascer as formas subjetivas próprias à entidade concrescente, que virão a formar sua satisfação própria. Assim, a satisfação a ser alcançada por cada entidade atual é também uma satisfação da ânsia por intensidade, enquanto a avaliação conceitual, nos termos de Judith Jones, “é o processo de cada entidade atual efetivamente perguntar a si mesma se aquilo que é inevitavelmente sentido como seu mundo [atual] contribuirá para a profundidade de satisfação do sujeito que avalia.”⁸⁰ (JONES, 1998, p. 59)

Por meio dessa noção de “reação”, ou “resposta” característica do momento de avaliação, podemos então vislumbrar o elemento de autonomia da entidade nascente se exercendo: embora o conteúdo não possa ser escolhido, pois é simplesmente “herdado” enquanto passado, é a entidade concrescente que decidirá *como* herdá-lo. De modo que, mesmo que o passado “cause” o futuro até certo ponto, pois impõe o conteúdo a ser recebido, essa imposição não esgota o que uma entidade será, não responde a todas as “questões” colocadas pelo processo de concrescência; cabe à entidade emergente “respondê-las” ao reagir, à sua própria maneira, a essa influência.

3.2.2. A avaliação primordial e a introdução de novidade

E, no entanto, se se quiser sustentar o fato da presença objetiva das coisas umas nas outras, parece necessário que as coisas já dadas do mundo atual ainda se façam presentes nas entidades subsequentes mesmo quando a autonomia de avaliação começa a se exercer. Em outras palavras, é preciso que essa “reação” ainda remeta aos dados obtidos na fase conformal. É aqui que vemos começar a se inscrever a influência dos objetos eternos, obtidos naquela fase, na concrescência em jogo.

Além de sua natureza “exclusiva”, responsável por conferir determinação às ocasiões atuais, há também uma espécie de “ordenação” inicial da relação entre os objetos. Retomando um exemplo colocado por Hume, em torno da natureza das relações entre as cores, Whitehead se vale da ideia de que essas relações

79 No original: “It is the phase in which blue becomes more intense by reason of its contrasts, and shape acquires dominance by reason of its loveliness.”

80 No original: “Conceptual Valuation is the process of each actual entity, in effect, asking itself whether or not what is unavoidably felt as in its world is going to contribute to the depth of satisfaction of the subject doing the valuing.”

são anteriores à “participação” das cores naquilo que é atual. No exemplo de Hume, diante de um gradiente de vários tons de azul em que um esteja faltando, seria possível a alguém que nunca o experienciou diretamente imaginar o tom faltante (PR, pp. 86-87).⁸¹ De modo análogo, para Whitehead, do ponto de vista de uma entidade que concresce, um tom de azul teria uma relação “inerente” perfeitamente definida com todos os outros tons de cores existentes. Da maneira como o descreve Kraus,

Cada objeto eterno é unicamente individual e, ainda assim, inextricavelmente entrelaçado aos demais objetos eternos. [...] Entender um objeto eterno é, portanto, captar sua individualidade particular (ou essência individual) bem como a maneira como essa individualidade é entrelaçada no sistema de possíveis e comporta uma relevância genérica para a atualidade (sua essência relacional). (KRAUS, 1998, p. 32)⁸²

Assim como as entidades emergentes devem “avaliar” os dados preenidos enquanto mais ou menos desejáveis, assim consolidando sua configuração própria daqueles dados – sua forma subjetiva própria – é como se houvesse já uma espécie de configuração prévia dos objetos eternos entre si, uma “forma subjetiva” primeira, por assim dizer, a que o autor chama de “avaliação primordial” (PR, p. 40) – de cuja origem falaremos logo adiante.

Essa parece ser a principal via pela qual o mundo atual, enquanto um fato “passado” determinado, contribui para limitar as concrescências futuras: de certa forma, essas relações entre os objetos eternos seriam carregadas por eles para a entidade concrescente ao ingressarem nela. Isso significa, em primeiro lugar, que, ao incluir determinado objeto eterno do tipo cor em sua constituição, a ocasião é obrigada a excluir outro sob o mesmo aspecto, pelo fato da diversidade inerente aos objetos.

81 A princípio, Whitehead recorre a esse exemplo para discordar do princípio de Hume, segundo o qual nada pode ser encontrado na mente que não tenha sido primeiro fruto de sentires físicos (ou impressões simples, no vocabulário de Hume), uma posição à qual o exemplo dado serviria, para Hume, como mera exceção. Contudo, segundo Lewis Ford, ao longo da elaboração de PR Whitehead teria mudado de posição e passado a concordar com Hume no que diz respeito à necessária precedência dos sentires físicos em relação à cognição – ou, no caso, em relação ao polo “mental”, com os sentires conceituais (FORD, 1984, p. 221). Entenderemos como isso é possível logo adiante.

82 No original: “Each eternal object is uniquely individual yet is inextricably intertwined with all other eternal objects. [...] To understand an eternal object is therefore to grasp its particular individuality (or individual essence) as well as the way that individuality is enmeshed in the system of possibles and bears a general relevance to actuality (its relational essence).”

Mas significa também que, ao incluir mais de um tom de cor, por exemplo, a relação estética entre eles é de alguma maneira incorporada também, ainda que apenas de maneira potencial. Porque possuem relações anteriores entre si, a presença de um objeto eterno implica também a presença de suas compatibilidades e incompatibilidades próprias. Assim, os objetos eternos não apenas se excluem mutuamente, por meio de suas identidades e diferenças, como o grau dessas diferenças também importa. Essa avaliação primordial, portanto, se assemelharia a uma espécie de gradiente, refletindo não só a coletividade – infinita – de objetos eternos (em suas individualidades, suas “essências individuais”), mas também o complexo de relações entre eles (suas “essências relacionais”), esse “gradiente”.

De certa forma, então, “herdar” sentires constituídos – determinados – por certos objetos eternos, e não outros, “situá” a entidade em questão em determinadas “regiões” potenciais. Ela está, a partir de então, mais “próxima” de certos outros objetos eternos do que de outros. Mas tanto a distância quanto a proximidade podem ser desejáveis: um objeto mais próximo pode levar a uma configuração mais “vaga” – pois os elementos são semelhantes demais, não ressaltam uns aos outros – ou a uma mais harmônica – pois não há grandes inibições; já um objeto mais distante pode ter função inibidora – demandando a eliminação de elementos que de outro modo poderiam ser interessantes – ou, ao contrário, oferecer um contraste positivo, que auxilia na produção de maior intensidade.

Assim, do mesmo modo que “satisfação” é um termo genérico, “intensidade” também deve sempre ganhar um sentido particular, relativo a cada entidade concrescente: dependendo da posição que ocupe no mundo atual, as formas ou “padrões” de intensidade possíveis para aquela entidade diferirão daquelas de outra entidade, situada em outra “região” atual – e, portanto, em relação com outras “regiões” potenciais também.⁸³ O alvo na intensidade e na integração atuaria então como uma maneira pela qual a entidade concrescente mantém “em mente” o ideal de si mesma: um modelo provisório da unidade concrescente futura, isto é,

83 Como o coloca Kraus, “o modo como determinado conteúdo é ‘avaliado’ varia de evento para evento em função da perspectiva da ocasião – o que significa que certas relações delimitadas entre os objetos eternos são mais relevantes para aquela perspectiva, mais importantes para a sua síntese estética auto-criativa, do que outras.” (KRAUS, 1998, p. 34) No original: “the way in which that content is “valued” varies from event to event as a function of the occasion’s perspective—which is to say that certain of the limited relations within the eternal object are more relevant to the perspective, more important to its self-creative, aesthetic synthesis, than others.”

do “padrão” possível de intensidade vislumbrado para aquela entidade particular, partindo daquele ponto específico do mundo.

Parece haver aqui então uma certa limitação, por parte da fase conformal, à liberdade de auto-coordenação características das fases suplementares posteriores. Ao absorver os sentires provenientes de outras entidades objetificadas, a entidade que concresce está também constringindo sua futura concrescência produzida a partir desses elementos. Pois, uma vez que precisa obter uma unidade harmônica e produtora de intensidade a partir dos elementos apropriados, as “afinidades” inerentes entre esses objetos devem ser levadas em conta. Assim, as escolhas da fase suplementar comportarão sempre algum grau de limitação: porque existe o mundo atual, algumas opções parecem já estar fechadas de antemão para a entidade que nasce. Por isso, “nenhuma entidade atual pode transcender o que o mundo atual enquanto um dado a partir de sua posição – o *seu* mundo atual – a permite ser”⁸⁴ (PR, p. 83)

Porém essa ordenação primordial dos objetos eternos – conjugada ao “dado” que é o mundo atual –, por outro lado, não implica uma determinação anterior automática de como a fase suplementar ocorrerá, mas parece apenas situar certas possibilidades como mais interessantes do que outras. A avaliação primordial então seria antes aquilo que, a uma só vez, possibilita e condiciona a obtenção de intensidade para determinada concrescência.

E ela possibilita essa obtenção por ainda uma outra via. Até aqui falamos apenas de uma decisão originária e dos ajustes característicos da fase de avaliação. Embora esses já constituam momentos de decisão própria, essa parece consistir apenas em “ajustar” elementos já dados no mundo atual, uma espécie de “reação” individual. Mas há também momentos em que verdadeiros acréscimos são possíveis.

De que forma é possível introduzir elementos novos no mundo se cada entidade emerge antes como herança de um passado já estabelecido, feito de “fatos teimosos”? Nesse momento, faz-se necessário introduzir a concepção particular de “Deus” presente na metafísica de PR. O Deus de Whitehead é uma entidade atual como as demais, de modo que é parte integrante do mundo atual (PR, p. 65), mas com duas diferenças importantes: é a única entidade atual que não é temporal,

⁸⁴ No original: “No actual entity can rise beyond what the actual world as a datum from its stand-point – *its* actual world – allows it to be.”

isto é, não está “no tempo”, e que a princípio não tem um polo físico.⁸⁵ Sendo também uma entidade atual, Deus é não apenas passível de objetificação como também realiza o exercício de “avaliação”, assim como as demais. Diferentemente das demais entidades atuais, contudo, Deus é capaz de avaliar o âmbito potencial em sua totalidade, isto é, ele preende todos os objetos eternos possíveis. A essa avaliação corresponde a “avaliação primordial” previamente mencionada, de modo que preender Deus é o mesmo que preender parte dessa ordenação inicial.

Como vimos, o que caracteriza os sentires físicos (em oposição aos conceituais) é que correspondem à preensão de outras entidades atuais, enquanto os conceituais consistem em preender um objeto eterno. Mas as entidades atuais podem ser preendidas por meio de um sentir, ele mesmo, físico ou conceitual. No primeiro caso, tem-se um sentir puro – já que ambos os sentires, o original e o subsequente; a causa e o efeito, são físicos. No segundo caso, tem-se um sentir híbrido (PR, pp. 245-247).

Como preender o próprio mundo atual significa preender todas as entidades nele existentes por meio de algum de seus sentires, e o mundo atual inclui Deus enquanto uma dessas entidades, parece que, ao fazê-lo, a entidade concrecente preende também um dos sentires de Deus. Mas como se trata de uma entidade que possui apenas sentires conceituais, é apenas por meio desses que pode ser preendida. É apenas por meio de sentires híbridos, então, que é possível preender a entidade atual que é Deus. Nos termos de Whitehead,

a fase primária [conformal] é um sentir físico híbrido de Deus, a respeito do sentir conceitual de Deus que é imediatamente relevante para o universo ‘dado’ para aquela concrecência. Há então um sentir conceitual derivado que reproduz para o sujeito os dados e a avaliação do sentir conceitual de Deus.⁸⁶ (PR, p. 225)

É então dessa preensão dos sentires conceituais de Deus que vem o “alvo subjetivo” inicial, também chamado de “alvo conceitual” (PR, p. 224).⁸⁷

85 A rigor, tal caracterização corresponderia apenas à chamada “natureza primordial” de Deus, e não à sua “natureza consequente”. Enquanto “consequente”, Deus ganha a possibilidade de preender fisicamente o mundo atual. Para nossos propósitos aqui, no entanto, basta considerarmos a natureza primordial.

86 No original: “Thus the primary phase is a hybrid physical feeling of God, in respect to God's conceptual feeling which is immediately relevant to the universe 'given' for that concrecence. There is then [...] a derived conceptual feeling which reproduces for the subject the data and valuation of God's conceptual feeling.”

87 O termo “universo” aparece em PR frequentemente como um sinônimo de “mundo atual”. No entanto, ele parece abarcar também o elemento potencial relativo a determinado mundo atual

Assim, uma das funções cumpridas pelo conceito de Deus seria prover uma base para esse “gradiente” primeiro a que corresponde a avaliação primordial e, ao mesmo tempo, resguardar o princípio ontológico: a avaliação primordial deve remeter a alguma entidade atual, por isso Deus aparece como essa entidade “primeira” – ainda que, naturalmente, “primeira” se refira aqui a uma qualificação ontológica, e não temporal.

Surge então a possibilidade de que objetos eternos que não se encontravam presentes nos dados preendidos – isto é, no mundo atual *temporal*, pensado portanto enquanto excluindo a entidade atual que é Deus – sejam sentidos e passem a integrar a unidade emergente.⁸⁸ Embora todos os objetos eternos tenham uma avaliação, uma “relevância” perfeitamente determinada por Deus, no que diz respeito ao mundo atual, aqueles que não foram ainda realizados consistem em novidades aguardando o possível ingresso no mundo, a depender das decisões a serem tomadas pelas entidades emergentes. Caso sejam “escolhidos” por elas, passarão a integrar o mundo atual subsequente. É o momento, portanto, que fornece a explicação da introdução de elementos verdadeiramente novos no mundo.

E a novidade será introduzida na medida em que for interessante à entidade emergente, ou seja, que for capaz de auxiliar na obtenção de unidade e intensidade. É então na busca da satisfação individual, subjetiva, que o aspecto da novidade aparece no esquema de Whitehead. Aqui vemos a noção de “immediatez” subjetiva, apresentada anteriormente, adquirir ainda um outro aspecto. Para o autor, “immediatez” é o contrário de “repetição” (PR, p. 155). Com isso, ele parece apontar para a definição dessa noção como tendo um aspecto de *diferenciação*.

Essa diferenciação – marca do suplementar, em oposição à mera conformação ao que já está dado – estaria atrelada ao âmbito do potencial e, portanto,

em sua particularidade determinada.

88 Originalmente, essa possibilidade de novidade por via de sentires conceituais cujos dados não estão no mundo atual temporal teria sido explicada pela categoria de “reversão conceitual”. No entanto, no mesmo momento em que é introduzida, Whitehead a declara (a categoria) abolida (PR, p. 250). A razão, segundo Lewis Ford, seria que a introdução da noção de sentires físicos híbridos, que permite preender Deus e sua “avaliação primordial”, a tornaria redundante: os objetos eternos cuja preensão deveria ser explicada pela reversão agora parecem estar disponíveis para preensão direta, já que agora Deus pode ser preendido pelas entidades concrescentes. É isso também que possibilitaria a Whitehead concordar com o princípio de Hume, sustentando que não há nada na “mente” – pensada aqui como o polo mental presente em todas as entidades atuais – que não tenha surgido primeiro pela via física, isto é, por sentires físicos (FORD, 1984, pp. 235-237). Mesmo o alvo subjetivo, um sentir conceitual proveniente, em última instância, de outro sentir conceitual (de Deus), vem por meio da preensão física do mundo atual. Dessa forma, as relações “intrínsecas” aos objetos eternos mantêm seu status enquanto anteriores à nova entidade concrescente e, ao mesmo tempo, são ainda preendidas fisicamente.

ao polo mental da realidade. É nesse momento que há novidade pois é aqui que há a possibilidade de um acréscimo subjetivo; que a ocasião que concrece acrescenta sua forma de sentir, seu alvo, e seu ideal, na integração (PR, p. 119). Mas esse acréscimo só é possível por que a entidade que concrece é capaz de vislumbrar – por meio de seu polo mental – as potencialidades em meio ao dado.

Como vimos, o que caracteriza o sentir conceitual é o vislumbrar do caráter da exclusividade do atual. Nos termos do autor, é captar a natureza dos objetos eternos, sua “vocação”, por assim dizer, enquanto elementos tanto imanentes quanto transcendentes: imanentes pois, enquanto elementos que conferem a determinação das entidades atuais, são inerentes a elas – o aspecto atual; transcendentes pois chamam uns aos outros, “conectam” o que já está dado às potencialidades alternativas – o potencial (PR, p. 239-240).

O momento desses sentires, portanto, seria não só o primeiro momento de mentalidade em uma concrescência, mas também o primeiro momento de possível originalidade ativa, de diferenciação. O elemento de “autonomia” do mundo, que faz sua primeira aparição na irrupção do “alvo subjetivo” (PR, p. 244-245) parece então se expressar plenamente nesses momentos, quando surge algo realmente novo.⁸⁹ A ativação do polo mental, assim, corresponde simultaneamente à irrupção do alvo subjetivo – que é um sentir do tipo conceitual – e da ativação do elemento potencial, do que Whitehead chama de “apetição”: uma espécie de ânsia por novidades possíveis a serem incorporadas ao mundo atual.

Em seus termos,

89 Mas pode também, é claro, simplesmente não ocorrer. Assim como o momento anterior da avaliação pode ser marcado por uma certa passividade na qual praticamente nenhuma intensificação ou inibição ocorre, e na qual, portanto, a configuração inerente dos elementos presentes é simplesmente reiterada e passada adiante. Casos como esse seriam, aliás, a razão pela qual há manutenção de “ordem” na realidade – a razão pela qual o “evento” obelisco de Londres pode reter suas características próprias ao longo do tempo, permitindo que o reconheçamos. A “ordem” particular que garante a continuidade desse evento enquanto ele mesmo está aí sendo ativamente reiterada, reproduzida, pelas entidades que o compõem. Da forma como o coloca Jones, há “uma repetição autônoma do padrão no sujeito e potencialmente nos sujeitos transcendentais, que manifesta uma ordenação estável do caráter-lâmpada que persiste mesmo quando pisco, café que continua sendo café enquanto repousa esquecido ao meu lado, dedos que continuam anatomicamente organizados a fim de continuar digitando uma vez que uma palavra foi iniciada.” (JONES, 1998, p. 60) No original: “an autonomous repetition of pattern in the subject and potentially in transcendent subjects, manifesting a stable ordering of character-lamps that persist while I blink, coffee that remains coffee as it sits neglected at my side, fingers that remain anatomically organized so as to continue typing once a word has been begun.” Mesmo nesses casos, contudo, não seria possível afirmar a inexistência de uma fase suplementar, na medida em que essa começa com a ativação do polo mental; e toda entidade atual, sem exceções, possui ambos os polos, tanto o físico, como o mental.

Apetição é a avaliação conceitual de um sentir físico imediato combinado com a ânsia por realização do dado conceitualmente preendido. Por exemplo, ‘sede’ é um sentir físico imediato integrado com a preensão conceitual de sua saciedade.⁹⁰ (PR, p. 32)

Ou seja, uma “ânsia” que é produto de algo que se assemelha a um diálogo entre o mundo atual de uma entidade nascente e a dimensão potencial.

Assim, embora seja apresentado como o primeiro elemento verdadeiramente autônomo de uma entidade concrescente, o alvo subjetivo ou “conceitual” parece então ser fornecido em parte por Deus – mais especificamente por meio da preensão de Deus –, em parte pelo mundo atual – que fornece os dados iniciais, dependendo da perspectiva particular da entidade concrescente. Nos termos de Kraus,

A potencialidade real do universo a partir de determinada perspectiva é um conjunto de objetos eternos ordenados em graus de relevância para aquele universo, o conjunto consistindo em um subconjunto da ordenação primordial de objetos eternos.⁹¹ (KRAUS, 1998, p. 113)

Assim, o alvo subjetivo, em certo sentido, é “inspirado” nas possibilidades apresentadas inicialmente para a entidade concrescente. Seu ideal de si mesmo – os possíveis padrões de intensidade para a satisfação – é oferecido, a princípio, por meio de uma espécie de interação, ou diálogo, entre as determinações já dadas – os padrões já definidos de seu mundo atual, as satisfações escolhidas pelas entidades anteriores – e as relações entre os elementos potenciais (os objetos eternos) estabelecidas pela ordenação primordial. Ou seja, um diálogo entre as avaliações das outras entidades preendidas e da avaliação (primordial) de Deus; entre as preferências dos superjeitos “objetivamente imortais”, que constituem o passado, e as preferências da entidade atual que é Deus.

90 No original: “Appetition is at once the conceptual valuation of an immediate physical feeling combined with the urge towards realization of the datum conceptually prehended. For example, ‘thirst’ is an immediate physical feeling integrated with the conceptual prehension of its quenching.”

91 No original: “the real potentiality of the universe from a perspective is a set of eternal objects graded in degrees of relevance to that universe, the set being a subset of the primordial ordering of eternal objects.”

3.2.3. Conclusão 3: o movimento rítmico da criatividade

Poderíamos então perguntar: o quão “livre” ou “autônoma” de fato é uma entidade atual? Se a própria originalidade possível a determinada entidade é condicionada pela avaliação primordial – que determina a maior ou menor proximidade de certos objetos eternos, e portanto as compatibilidades e incompatibilidades entre eles – em sua relação com o mundo atual – que determina quais são esses objetos eternos sentidos pela via física em primeiro lugar –, e se é dessa interação que surge o próprio alvo subjetivo, supostamente a sede da autonomia subjetiva, de que espécie de liberdade ou autonomia estamos falando aqui exatamente?

Como vimos anteriormente, quando tratamos da noção de “localização simples”, Whitehead rejeita por completo a ideia de uma realidade feita de partes isoladas. Aqui, tudo o que existe deve antes ser pensado como fruto de outros existentes, anteriores, “externos”. Enquanto um processo de unificação que consolida a emergência de uma nova entidade “individual” – isto é, com contornos próprios definidos e determinados –, a concrescência consistiria em um verdadeiro ato de “individualização”. Mas, como Whitehead já afirmava em SMW, “individualização não significa independência substancial.”⁹² (SMW, p. 71)

Em PR, parece antes que a própria distinção entre “interno” e “externo”, que vimos até aqui utilizando de maneira razoavelmente despreocupada, se dá também em relação, isto é, no processo de concrescência. O que está sendo decidido nesse processo é essencialmente o que fará parte da entidade emergente, ou seja, o que constituirá seu “interior”, sua composição “interna”, em oposição ao que é deixado “de fora”. Nesse sentido, o próprio “exterior” só seria estabelecido retrospectivamente, em referência ao “interior” de alguma entidade atual.⁹³

Na medida em que essa “interioridade” parece ser a sede da autonomia individual das ocasiões emergentes, o mesmo se aplicaria a ela. Essa dimensão interna e privada resguardaria então a liberdade própria a cada entidade – a dimensão subjetiva que tem poder de escolha, de seleção e organização própria – sem, contudo, implicar isolamento ou “independência substancial”. Se toda entidade é,

92 No original: “But individualisation does not mean substantial independence.”

93 É a essa espécie de dimensão “interna” peculiar de Whitehead que Steven Shaviro alude quando, comparando o “realismo especulativo” de Whitehead ao de Graham Harman, os diferencia justamente por meio da oposição entre uma interioridade pensada como “em si”, de substâncias fechadas, com cernes inacessíveis e fora de relação, e as entidades atuais de Whitehead. (SHAVIRO, 2014, pp. 27-44)

antes, uma unificação a partir de múltiplos, então qualquer autonomia individual será composta também de uma multiplicidade de *outros*, de forma que não poderá significar algo condicionado a um isolamento, a estar apartado de seu meio. Mesmo o ideal subjetivo, que, junto com o alvo, em tese viria “primeiro”, é transformado e atualizado ao longo do processo, sendo “progressivamente definido por sua relação progressiva às determinações e indeterminações do dado.”⁹⁴ (PR, p. 150) Assim, essa autonomia deveria antes ser pensada como estando em continuidade com esses outros, enquanto uma modalidade possível de herança dessas relações.

Levando isso em conta, nosso entendimento é de que a possibilidade de originalidade e diferenciação autônomas se situam não na origem do dado – como uma espécie de irrupção aleatória ou “espontânea”, vinda de lugar nenhum –, mas na possibilidade de progressiva transformação desse dado ao longo do processo. Uma transformação daquilo que é sempre primeiro “tomado” dos outros, isto é, do mundo atual. Desse modo, nos termos de Jones, “[a] agência de uma concrescência, de tal forma que efetua contrastes e reveste os sentires com novas formas subjetivas, é, *ao mesmo tempo*, emprestada e nova.” (JONES, 1998, p. 129)⁹⁵

E essa possibilidade de “transformação progressiva” se sustenta, por sua vez, pela participação de Deus, via seus sentires conceituais, na concrescência. Por isso, ele é frequentemente referido por Whitehead como o “órgão da novidade”, pois é por meio do alvo subjetivo que cada entidade não apenas avaliar os elementos herdados, como também determinar os novos a serem incorporados ao mundo atual (PR, p. 67). É na maneira de obter (mais ou menos) esse alvo, fornecido por Deus, que a autonomia da entidade é exercida, é aí que se “situá”. Assim, o que evita que o mundo atual relativo a determinada entidade, enquanto dimensão “externa”, se assemelhe a um contexto inteiramente determinista seria, não a existência de uma dimensão de fato isolada, mas antes a abertura inerente ao próprio processo de concrescência – a participação nessa de Deus, enquanto “órgão da novidade” –, que constrói esse mesmo mundo.

Podemos então pensar nesse alvo a guiar o processo de concrescência como o “fim” próprio a cada entidade. Deus, enquanto o “órgão da novidade” se-

94 No original: “progressively defined by its progressive relation to the determinations and indeterminations of the datum.”

95 No original: “The agency of a concrescence, such that it effects contrast and clothes feeling with novel subjective forms, is both borrowed and new *at the same time*.”

ria responsável por fornecer não as finalidades próprias a cada ocasião nascente em si, mas antes a oportunidade de estabelecerem, cada uma, seus próprios fins. Embora, para Whitehead, todas busquem em última instância a “mesma” coisa – satisfação, intensidade, integração –, essa “mesma” coisa sempre pede uma qualificação de seu significado particular para aquela entidade, e não outra.

Assim, parece ser na fase suplementar que se situa, no contexto da concrescência, o aspecto de “valor” que o autor desejava devolver à natureza. Como vimos, esse tinha a conotação de um “para si”, que aparece em PR na capacidade, por parte de cada ocasião atual, de ter experiência própria – “especiosa” ou subjetiva –, a experiência de seu próprio processo de emergência. Essa ideia seria transmitida também pelo conceito de “immediatez”, referente ao aspecto “intrínseco” dessa experiência: é a ideia de que cada entidade possui uma “interioridade”, um âmbito interno ou privado que é denso, e não “vácuo”.

Mas a “immediatez” aponta também, como acabamos de ver, para uma outra direção: a ideia de diferenciação. Seria essa dimensão “interna”, da apropriação subjetiva, que possibilita a cada ocasião concrescente ultrapassar o estágio da mera conformação, isto é, da mera “repetição”, e acrescentar algo de novo ao mundo. Essa outra direção nos remete àquela outra conotação que apontamos, ainda em SMW, na ideia de “valor”, e cujo retorno à “natureza” ainda não havíamos testemunhado: a capacidade de estabelecer seus próprios fins. Essa, por sua vez, complementa a noção do “para si”: a ocasião existe para si mesma, estabelece seus próprios fins e, ao se colocar na direção deles, experiencia sua própria autocriação.

A essa capacidade Whitehead por vezes se refere como sendo o elemento de “causação final” inerente ao mundo. Assim, quando uma ocasião atual obtém sua satisfação por ter se determinado plenamente, ele pode afirmar que perece a immediatez subjetiva, essa “causação final que constitui seu princípio interno de movimento, e [a ocasião] adquire causação eficiente por meio da qual se torna uma fonte de obrigação caracterizando a criatividade”⁹⁶. (PR, p. 29) Isto é, a atividade criativa por vir, que é passada adiante para a próxima concrescência e que assim constrói o mundo. Desse modo, esse processo criativo da realidade como um todo, nas palavras de Whitehead,

96 No original: “Actuality in perishing acquires objectivity, while it loses subjective immediacy. It loses the final causation which is its internal principle of unrest, and it acquires efficient causation whereby it is a ground of obligation characterizing the creativity.”

é rítmico: ele oscila da publicidade da multiplicidade à privacidade individual; e oscila de volta do indivíduo privado à publicidade do indivíduo objetificado. A primeira oscilação é dominada pela causa final, que é o ideal; e a última oscilação é dominada pela causa eficiente, que é atual⁹⁷. (PR, p. 151)

Elaborando a questão dessa forma, o autor pode afirmar que “a liberdade inerente ao universo é constituída por esse elemento de auto-causação”⁹⁸. (PR, p. 88) Assim, aqui as causas eficientes são atribuídas ao âmbito do carácter “objetivo”, na dimensão “pública” ou externa, equivalente aos dados objetificados do mundo atual já estabelecido. Já as causas finais se encontrariam no carácter subjetivo, na dimensão “privada” ou interna, no ideal ou alvo subjetivo que orienta o processo de concrescência e permite à ocasião nascente estabelecer seus próprios fins. Vemos assim se consolidar um outro “diálogo”: aquele entre o mundo atual “objetivo”, feito de produtos plenamente determinados, e as entidades concrescentes por vir, enquanto sedes de “subjetividade”, pertencentes ao registro dos processos. Começa a se fazer notar como as noções de “subjetividade” e “objetividade” aqui já não se opõem e anulam, mas antes se pressupõem mutuamente.

97 No original: “The creative process is rhythmic: it swings from the publicity of many things to the individual privacy; and it swings back from the private individual to the publicity of the objectified individual. The former swing is dominated by the final cause, which is the ideal; and the latter swing is dominated by the efficient cause, which is actual.”

98 No original: “The freedom inherent in the universe is constituted by this element of self-causation”.

3.3

As “cicatrizes” do passado

No processo de concrescência de uma nova entidade atual há, portanto, tanto um elemento “eficiente”, conformal, como um elemento “final”, no qual se situa a liberdade ou autonomia da entidade. “‘Processo’”, afirma Whitehead,

é o fluir de sentires por meio dos quais o aspecto de segunda mão obtém imediatez subjetiva; dessa maneira, a forma subjetiva toma conta da repetição, e a transforma em satisfação imediatamente sentida; a objetividade é absorvida em subjetividade. (PR, p. 155) ⁹⁹

Poderíamos dizer então que o que vimos tentando entender é de que maneira exatamente o “subjetivo” pode “tomar conta” da repetição, ou conformação, transformando o mundo já dado em algo novo sem, contudo, perder o “contato” com esse mundo já estabelecido. Contato esse que, conforme elaborado, é garantido pelo funcionamento dos objetos eternos enquanto termos relacionais entre as entidades. A questão então seria: de que maneira pode-se dizer que o passado está “contido” no futuro; como interpretar esse “tomar conta” sem entendê-lo como um “superar” *inteiramente*?

Agora que entendemos melhor as noções de intensidade e unificação, que informam os alvos subjetivos, bem como a introdução de novidade no mundo para além do ajuste da avaliação, parece possível dizer que essa conexão – entre passado e futuro, entre mundo atual e entidade concrescente – se dá não apesar desses alvos particulares, aspectos que seriam da ordem do “subjetivo”, mas *por meio* deles. Como vimos, estar situado em determinada “região” – a posição no mundo atual – significa também estar situado em determinadas “regiões” potenciais, e, assim, mais próximo de certos objetos eternos do que de outros. Uma entidade que cresce, portanto, possuiria maior “afinidade” com certos objetos eternos – aqueles passíveis de identificação e contrastes com os que ela obteve de seu mundo atual.

Isso influenciará em ambos os objetivos, pois buscar intensidade em sua formação interna é o mesmo que buscar contrastes capazes de produzir essa

⁹⁹ No original: “[But] ‘process’ is the rush of feelings whereby second-handedness attains subjective immediacy; in this way, subjective form overwhelms repetition, and transforms it into immediately felt satisfaction; objectivity is absorbed into subjectivity.”

intensidade, assim como aquelas relações que permitam a coexistência harmônica – e, de preferência, simultaneamente expressiva, produtora de intensidade – entre os elementos internos. A região potencial, assim, influenciaria a dimensão atual não por fornecer possibilidades simplesmente, mas por fornecer, especificamente, possibilidades de unificação e intensidade.

É como se a dimensão potencial “regulasse” as maneiras possíveis de se herdar o mundo atual, de responder a ele. De forma que mesmo a produção da novidade mais “original”, como a introdução de novos objetos eternos, estaria ainda informada pelos dados iniciais. Ela “se refere” a eles pois é convidada na função de produzir contrastes, e contrastar é sempre contrastar com algo, é o mesmo que colocar duas coisas em relação. A “primeira coisa”, por assim dizer, já está dada, é fornecida pelo mundo atual. Nos termos de Whitehead, é a sua “base” [*ground*] (PR, p. 224). Nesse sentido, a produção de novidade seria em si mesma uma maneira de responder à “pergunta” que é o mundo atual.

Mas e se considerarmos a possibilidade de inibição e de exclusão, na concrescência, de elementos já “dados”? Dito de outra forma, se é possível preencher o mundo atual negativamente – e fazê-lo ao longo do caminho, e não apenas na decisão primária, que determina a perspectiva inicial –, não seria possível para uma ocasião, à medida que preende elementos novos, “substituir” sua “base”? Se é possível inibir elementos ao ponto de exclusão, não seria possível, em última instância, excluir os dados iniciais, o próprio passado?

Para respondê-lo, precisaremos explorar mais a fundo a noção de forma subjetiva. Whitehead as descreve como tendo a função de “revestir” os dados objetivos “crus” com emoção subjetiva (PR, p. 52;85). Como vimos, ela consiste essencialmente no “como” dos sentires: é a resposta própria, subjetiva, aos dados obtidos a partir do mundo atual. Enquanto um elemento constitutivo da concrescência, ela é orientada pelo alvo e o ideal subjetivos; mas se molda também de acordo com o tipo de dado que “reveste”, de forma que tipos diferentes de sentires terão espécies diferentes de formas subjetivas correspondentes. Sendo uma espécie de reação que pode ser consideravelmente autônoma, própria, ao que se preende, a forma subjetiva é característica do estágio suplementar – como vimos, na fase conformal a forma subjetiva da entidade preendida é simplesmente repetida pela seguinte, de modo que nenhum “revestimento” novo é ainda acrescentado aos dados obtidos. Assim, a aparição de formas subjetivas novas – originais, pró-

prias – condiz com o momento de autonomia e subjetividade característicos da fase suplementar.

O único exemplo de forma subjetiva que exploramos foi aquele que aparece com os sentires conceituais: a avaliação. Como vimos, ela consiste em uma espécie de “reação” aos dados do sentir conceitual (o objeto eterno). Nesse caso, seria a avaliação do objeto em questão enquanto relevante (e, por isso, a ser ressaltado nas fases seguintes da integração) ou enquanto irrelevante ou indesejável, a ser inibido. Nos termos técnicos do autor, há “adversão” ou “aversão”, respectivamente (PR, p. 253-254). Mas existem outros tipos de formas subjetivas. A consciência, por exemplo, quando emerge, configura um tipo de forma subjetiva. As diferentes formas subjetivas correspondem a experiências diferentes, a maneiras distintas de sentir os dados dos sentires. Entre essas, o autor enumera: há “emoções, avaliações, propósitos, adversões, aversões, consciência, etc.”¹⁰⁰ (PR, p. 24)

Até agora, só falamos de sentires simples, sejam esses físicos ou conceituais. Mas uma concrescência tem mais do que apenas esses tipos de sentires. Conforme as fases sucedem umas às outras – ou melhor, suplantam [*supersede*]¹⁰¹ –, novos sentires emergem a partir desses mais simples. É aqui que o termo “integração” adquire seu significado literal: os sentires mais simples são integrados, formando sentires mais complexos, que poderão ser reintegrados em fases posteriores formando sentires ainda mais complexos, e assim por diante. É por meio dessa dinâmica que novos contrastes – preferencialmente, contrastes com maior complexidade intensiva – podem ser formados.

Embora a avaliação ocorra no momento de obtenção dos sentires conceituais, poderíamos dizer que, de certa forma, ela só é “aplicada” de fato nos momentos posteriores. A avaliação do objeto eterno em questão entrará em jogo no momento de (re)integração desse sentir conceitual com o sentir físico do qual ele se originou. É aqui que ocorrerá seja o “ressalte”, seja a inibição, desse elemento: no novo sentir integrado. A forma (subjetiva) como aquele objeto foi avaliado, a maneira como ele foi sentido, entra aqui em jogo informando o modo como ele funcionará nesse novo sentir.

100 No original: “emotions, valuations, purposes, adversions, aversions, consciousness, etc.”

101 A dificuldade de traduzir o termo “supersede” é exatamente a dificuldade da questão aqui em jogo: as fases em uma concrescência “superam” umas às outras sem, contudo, as “substituir” por completo. Os sentires posteriores “suplantam” seus antecessores os incluindo, apropriando-se deles, assim como o presente simultaneamente ultrapassa e inclui o passado.

O “funcionamento” particular a cada elemento em um sentir – sua relevância, sua posição, etc. – contribui para formar um “padrão” ou “estrutura” específico, a que já aludimos por meio dos exemplos das pinturas, e que constitui aquele sentir enquanto um sentir particular, enquanto *aquele* sentir. Esse padrão, portanto, é o que faz com que um sentir não seja meramente a soma de seus elementos, e sim uma ordenação particular deles, visando a intensidade de experiência: “Essa intensidade estruturada regula a importância relativa particular de cada elemento no dado, conforme sentido ali.”¹⁰² (PR, p. 240-241) A forma final que esse trabalho de ajuste adquire, o “padrão emocional”, é a forma subjetiva do sentir em questão, ou seja, consiste em “como” aqueles dados estão sendo sentidos ali.

Isso significa que todos os elementos presentes fazem parte desse “cálculo”. Está em jogo o que o autor chama de “sensitividade mútua” entre os sentires de determinada fase em uma concrescência, o fato da “síntese” ali, naquele contexto (PR, p. 42). Esse aspecto “sintético” talvez possa ser melhor ilustrado recorrendo novamente à imagem da pintura. Referindo-se às relações entre os tons de cor constitutivos de um quadro, Whitehead afirma: “[o] padrão de cores está ‘dado’ para nós. Mas uma porção extra de vermelho não configura uma mera adição; ela altera toda a economia.”¹⁰³ (PR, p. 44-45)

Assim, a cada mudança de cenário em uma concrescência, em cada novo sentir concrescente, a partir dos anteriores, o conteúdo avaliado será confrontado com outros conteúdos, vindos de outros sentires. Nesse novo cenário, que muda a cada instância de integração, novas eliminações podem ocorrer, assim como novas avaliações. Assim, é na interação progressiva com cada elemento novo que um sentir pode ser avaliado enquanto contribuindo ou não para a satisfação final, isto é, para a produção de unificação e intensidade. Como se a cada novo “confronto” uma faceta nova do mesmo elemento pudesse ser sentida, avaliada, e uma nova interpretação de suas possibilidades de contribuição para o “todo” viesse à tona. O resultado final de determinada fase (o sentir ali integrado) será produto da interação de todos esses elementos, mesmo aqueles que foram rejeitados.¹⁰⁴

102 No original: “This patterned intensiveness regulates the distinctive relative importance of each element of the datum as felt in that feeling.”

103 No original: “The pattern of colours is ‘given’ for us. But an extra patch of red does not constitute a mere addition; it alters the whole balance.”

104 É assim, aliás, que Whitehead caracteriza o sentir que é o alvo subjetivo, como almejando a “uma determinada unidade com seus sentires companheiros.” (PR, p. 224) No original: “a certain definite unity with its companion feelings.”

Como todo sentir possui uma forma subjetiva própria, não importando o quanto simples ou quanto complexo seja, o sentir “maior” a cada fase de integração – aquele que está sendo produzido a partir dos anteriores – também terá uma forma subjetiva. E essa, por sua vez, na medida em que consiste no “como” dessa integração particular, diz respeito a todos os sentires ali em jogo, mesmo aquele que eventualmente venha a ser inibido a ponto de tornar-se irrelevante, e a ser essencialmente excluído do sentir que está sendo formado.

Desse modo, nas palavras de Whitehead,

O processo pelo qual um sentir passa ao se constituir também é registrado na forma subjetiva do sentir integral. As preensões negativas possuem suas próprias formas subjetivas que contribuem para o processo. Um sentir carrega em si mesmo as cicatrizes de seu nascimento; ele se recorda, enquanto emoção subjetiva, do esforço de vir à existência; ele retém a marca do que poderia ter sido, mas não é. É por essa razão que aquilo que uma entidade atual evitou enquanto dado a ser sentido pode, ainda assim, constituir parte importante de sua estrutura.¹⁰⁵ (PR, p. 226)

A forma subjetiva diz respeito, portanto, a como a unidade concrescente se apropriou dos múltiplos disponíveis. E essa apropriação, por sua vez, consiste em um complexo de decisões que diz respeito tanto ao que é incluído, como ao que não é. De modo que ela se refere mesmo àquilo que em última instância foi preendido negativamente; essa “reação” faz parte do que a caracteriza, do que a determina. E o que ela é, por sua vez, influenciará todas as fases subsequentes da concrescência.

Em última instância, então, a forma subjetiva se consolidaria em um “padrão” de contrastes finalizado, o padrão final do sentir em questão. Poderíamos pensá-lo, talvez, como uma espécie de cristalização das decisões tomadas nesse processo. Nesse sentido, as formas subjetivas podem ser pensadas como “registrando” a história da produção de seus sentires correspondentes, do caminho particular tomado nessa produção.

105 No original: “The process through which a feeling passes in constituting itself also records itself in the subjective form of the integral feeling. The negative prehensions have their own subjective forms which they contribute to the process. A feeling bears on itself the scars of its birth; it recollects as a subjective emotion its struggle for existence; it retains the impress of what it might have been, but is not. It is for this reason that what an actual entity has avoided as a datum for feeling may yet be an important part of its equipment.”

E a entidade concrescente final, por sua vez, possui também uma “forma subjetiva” própria, que corresponde à sua satisfação final. Enquanto a última integração dos sentires componentes, ela é produto também dessas formas subjetivas subordinadas, de modo que tudo o que essas podem ser ditas como “registrando” estaria presente também na satisfação final. Assim, a forma subjetiva de uma entidade atual – concebida enquanto um padrão determinado de contrastes – poderia ser vista como uma espécie de “memória” de seu processo de concrescência, a história de seu nascimento.

Poderíamos talvez prolongar a analogia das formas subjetivas enquanto revelando uma espécie de conjunto de “preferências” desenvolvido ao longo do processo de concrescência. Em um certo sentido, então, o mundo atual que permitiu o desenvolvimento desse “gosto” próprio, estaria presente até o fim, até em sua satisfação final, sendo expresso por ela em alguma medida. Mesmo que a entidade escolha rejeitar grande parte do que vem desse mundo, esse gosto que pede a rejeição de tais elementos seria ele mesmo produto desse mundo, se desenvolve em resposta a ele, de forma que estará presente tanto no que é “admitido”, “aprovado” para se sentir, quanto no que não o é.

É por meio dessa formulação que Whitehead é capaz de sustentar que cada entidade atual está conectada, positiva ou negativamente, a todas as outras. Em suas palavras, “uma entidade atual possui um elo perfeitamente definido com cada item no universo. Esse vínculo determinado é sua preensão daquele item.” (PR, p. 41).¹⁰⁶ É assim que o autor afirma, então, a própria solidariedade do mundo. Poderíamos assim dizer que mesmo a resposta mais original deixaria margem para vislumbrar algo da pergunta, de modo que a satisfação final de uma entidade atual poderia ser pensada como o padrão definitivo, ou o registro, de sua forma subjetiva de sentir a presença objetiva das demais.¹⁰⁷

106 No original: “An actual entity has a perfectly definite bond with each item in the universe. This determinate bond is its prehension of that item.” É essa abordagem que possibilitaria a interpretação do autor enquanto um “monadólogo”, na esteira de Leibniz. Sobre isso, ver BEN-SUSAN, H.; FREITAS, J. A. (2018).

107 Judith Jones se vale dessa noção de uma “revelação” das entidades já plenamente determinadas nas entidades subsequentes para enfatizar justamente essa indissociabilidade entre as dimensões das entidades enquanto processos subjetivos privados e enquanto produtos objetivos públicos (JONES, 1998). Na medida em que se aceite que um sentir de determinada entidade objetificada tenha de fato o poder de “revelá-la”, ele tornaria sua experiência interna, intrínseca, efetivamente acessível. Mesmo a dimensão interna não seria, então, verdadeiramente privada. Isso condiz também com a formulação de Ford acerca do papel dos objetos eternos como caracterizando as entidades atuais no que diz respeito a suas “essências” tanto intrínsecas como extrínsecas (FORD, 1984, p. 69). Podemos interpretar, contudo, que isso não significa que uma entidade possa de fato sentir a experiência da outra exatamente da mesma maneira.

3.4

Conclusão 4: herdar o passado

A questão da solidariedade, com que abrimos esta parte [3] do trabalho, corresponde então à questão da herança. A pergunta “como se consolida a solidariedade do mundo?” é, na verdade, a questão-tarefa que se apresenta para cada entidade emergente: como herdar o passado? De modo que seria respondida a cada nova concrescência, a cada vez que um processo chega ao fim alcançando uma satisfação determinada. Podemos dizer então que a solidariedade do mundo se constrói conforme as entidades respondem, com suas próprias existências, à questão de como incorporar seu mundo atual, o seu passado.

Tanto o passado quanto a autonomia da ocasião atual, que se exerce na tarefa de determinar como esse passado será herdado, ficariam “gravados” em sua satisfação final, “cristalizados” na forma subjetiva; tanto os dados originais – mesmo quando excluídos – como as decisões acerca de como utilizá-los na composição interna, se fariam ali presentes. Esse “padrão” final consolida então a resposta à tarefa que se coloca a cada ocasião atual – o processo – de realizar sua própria emergência – o produto.

Assim, mesmo que seja descrita como um “revestimento” dos conteúdos “crus”, as formas subjetivas não poderiam ser pensadas como uma espécie de qualidades secundárias, agora distribuídas a todos os “sujeitos-superjeitos” constitutivos da realidade. As formas subjetivas não são uma “projeção” gratuita no dado objetivo daquilo de que ele é desprovido, mas consistem antes em uma forma de apropriação desse conteúdo. Uma apropriação que pode ou não transformá-lo, em maior ou menor grau. Esse “revestimento” e os dados “revestidos” são, na

Afinal, uma entidade atual se diferencia das demais, antes de mais nada, por constituir uma perspectiva diferente do universo, e essas perspectivas são sempre absolutamente únicas, singulares. Assim, o próprio fato dessa “revelação” da “essência” alheia se dar em um novo contexto – uma nova entidade; uma nova perspectiva – já seria mudança suficiente para resguardar a singularidade daquela primeira experiência. Assim como era o caso do presente especial, o mero fato do primeiro conteúdo estar sendo retomado ou “repetido” já constitui uma nova experiência, singular e distinta da anterior. Dessa forma, poderíamos então dizer que quando a noção de “privacidade” aparece no contexto de PR, ela, mais uma vez, não implica em qualquer tipo de “em si” que remeta a metafísicas da substância, mas antes refere-se a esse tipo de singularidade da perspectiva e daquilo que é transitório e implica em constante renovação; que é impossível de estabilizar. Nas palavras do próprio Whitehead, “a razão pela qual as origens não se perdem em meio à emoção privada é que não há nenhum elemento no universo que seja capaz de privacidade total.” (PR, p. 212) No original: “the reason why the origins are not lost in the private emotion is that there is no element in the universe capable of pure privacy.”

prática, indissociáveis, de modo que qualquer tentativa de os separar seria mero exercício abstrato: a forma subjetiva do sentir só existe em função do que está ali colocado para ser sentido, é a “resposta” à “pergunta” que o dado coloca; o “gosto” adquirido é inseparável daquilo a que se refere, do conteúdo “provado”.

Além disso, também o que é preendido nunca é mero dado externo, “objetivo” no sentido de ser desprovido de qualquer valor subjetivo. Todo dado revelaria antes as “preferências” desenvolvidas por uma entidade anterior na busca de seu alvo particular. Nesse sentido, ele revela não só um fim particular – o padrão ideal de unificação e intensidade – mas também valores próprios: a avaliação que fez de cada elemento do dado, a relevância que atribuiu a eles. Assim, a forma como determinado dado foi sentido é intimamente relacionada aos fins próprios àquela unidade emergente, àquela ocasião, de modo que não há aqui nada que se assemelhe a uma “qualidade primária”. O dado objetificado é, antes de mais nada, um *sentir* anterior, é em si mesmo já uma reação, ou resposta, a outra coisa; ele já vem sempre “revestido” de uma forma particular de sentir o dado antecedente: a forma subjetiva anterior. O “revestimento” conferido por uma entidade atual ao seu dado constitui então o “dado” da entidade seguinte.

Sendo assim, embora o processo criativo por meio do qual a realidade material se consolida possa ser descrito como um ritmo, uma “oscilação” – entre os âmbitos “objetivo” e “subjetivo”, produto e processo, causação eficiente e final, mundo atual e ocasião concrescente, público e privado etc. –, talvez essa oscilação deva ser interpretada menos como um intercalar entre registros radicalmente separados, e mais como duas faces de uma mesma dinâmica. Assim como, na consolidação da forma subjetiva da satisfação final, parece quase impossível distinguir entre o que pertence ao passado “objetivo” e o que remete à contribuição da própria entidade em sua capacidade para suplementação subjetiva, parece que mesmo quando consideramos apenas o aspecto atual da realidade, de produtos “objetivamente imortais”, o aspecto do processo está sempre presente, e vice-versa.

Afinal, uma vez que são essencialmente decisões que se fecharam, os produtos abarcam uma medida incontestável de “subjetividade”; e os processos, por sua vez, têm um elemento inegavelmente “objetivo”: a presença em si de anterioridades inteiramente determinadas, que pedem por alguma resposta – mais ou menos original – a essa determinação. Assim, embora possamos associar o passa-

do à dimensão eficiente e o futuro à dimensão final, esse passado “eficiente” revela-se ele mesmo como um produto das finalidades anteriores escolhidas; enquanto as entidades futuras, em seu processo de estabelecer seus próprios fins, devem fazê-lo sempre escolhendo aqueles fios de causa eficiente que são eficientes para si, isto é, decidir quais são as tramas “eficientes” que se mostram mais favoráveis ao tecer de suas próprias finalidades. O “acúmulo” que caracteriza a própria passagem do tempo, assim, não é simplesmente o acúmulo progressivo de “dados” incontornáveis, mas de decisões cristalizadas por parte de entidades anteriores acerca de como incorporar seus próprios “dados” recebidos, de como herdar seu passado. Em um certo sentido, portanto, o passado é inteiramente permeado de “subjetividade”, enquanto o futuro incorpora “objetivamente” esse passado.

Como vimos, o atual enquanto passado é determinado, fechado, feito de “fatos teimosos”. Consiste em um dado irreversível na medida em que o futuro não tem poder sobre as decisões tomadas no passado. Isso complementa a noção de “objetividade” que vimos construindo, pois a “presença objetiva” é uma presença determinada. É a essa característica do “atual” que se deve seu poder de influência sobre o futuro: o poder de exigir uma reação à sua realidade determinada. Se o passado pode ser dito “independente” do futuro, é nesse sentido de ser irreversível: não há como mudar o que já foi decidido.

Mas, em um outro sentido, mesmo enquanto plenamente determinado esse passado depende do futuro. Para Stengers, essa influência está sujeita à apropriação pelo futuro para que possa se exercer: só faz sentido falar de um “passado” se há um futuro posterior capaz de senti-lo, de ser afetado por ele. Sem o futuro que o retome enquanto fator limitante, não faz sentido falar em um passado com capacidade de influência, de impor conformação, de constituir uma “causa eficiente” (STENGERS, 2011, p. 294-311).¹⁰⁸

Já para Jones, a existência das entidades atuais enquanto produtos, com imortalidade objetiva, é uma parte tão essencial de sua existência quanto sua dimensão de processo. É apenas quando são apropriadas, por meio de seus sentires,

108 A leitura de Stengers pode ser, na verdade, ainda mais radical: para ela, o mundo atual de uma entidade não consistiria exatamente em algo que já exista previamente, mas sim em algo que, de certa forma, emerge em conjunto com ela, embora retenha seu vetor externo, i.e., “anterior”: seu mundo atual já está dado, mas só emerge enquanto tal – já dado – a partir da nova entidade. É como se emergisse junto com ela *enquanto anterior* a ela: é apenas tomando-a como referência que pode ser pensado como anterior; É a partir daquilo cuja liberdade limitará, que emerge enquanto limitador. Na leitura de Stengers, ambos – entidade concrescente e mundo atual – se definem mutuamente, nessa mesma relação.

pelas entidades subsequentes, que podem ser “reveladas” e que existem enquanto algo verdadeiramente determinado. Ou seja, para a autora, a existência de uma entidade nas outras é tão parte de seu “ser” quanto sua existência para si mesma. É como se a narrativa de sua existência jamais ficasse completa apenas com sua experiência imediata, sua dimensão enquanto processo, pois é preciso também falar de sua dimensão enquanto produto (JONES, 1998). Nesse sentido, as entidades atuais dependem da existência daquelas por vir, que as objetificarão, assim como o passado depende do futuro que irá herdá-lo.¹⁰⁹

A solidariedade então seria o veículo da dimensão “subjetiva” – da decisão –, é ela que a torna “objetiva”. Em outras palavras, é o fato da relação que permite à subjetividade de uma entidade atual transcender a imediatez de sua própria experiência, que a transforma em uma possível causa eficiente, com seus próprios efeitos. Essa presença “objetiva” das ocasiões umas nas outras, então, é simultaneamente o que condiciona a autonomia individual – pois lhe confere seu ponto de partida, que influenciará o processo – e o que lhe confere peso, já que é também o que as permite transcender a si mesmas nas entidades posteriores.

Assim, se cada entidade concrescente pode ser pensada como “selecionando” a si mesma, ela o faz, contudo, a partir de seleções anteriores. Suas avaliações partem de avaliações prévias, pois sua existência parte de existências prévias. Não há um ponto “zero”, um início neutro para uma entidade atual, uma vez que ela emerge sempre a partir de outras. A dimensão atual, nesse sentido, é em si mesma uma herança. Mas ela tampouco se resume ao que já está dado, pois é também no futuro, em outras entidades, que sua existência – agora enquanto produto “imortal”, uma presença “objetiva” – é consolidada.

Sendo assim, agora todos os elementos necessários à descrição da natureza e do conhecimento, incluindo a percepção – tanto sujeito percipiente, quanto a natureza, enquanto seu objeto de investigação – deverão ser expressos em termos não mais de substâncias com atributos e localização simples, mas de ocasiões que preendem e constituem-se a partir umas das outras.

109 Elizabeth Kraus parece tentar ressaltar um aspecto semelhante da cosmologia de Whitehead quando opta por deliberadamente utilizar o termo “superjeito” como um verbo, a descrever o que as entidades concrescentes posteriores a determinado superjeito fazem com ele: elas o “superjeitam”, pois o superjeito só pode ser considerado como tal se for objetificado posteriormente (KRAUS, 1998, p. 112). Todas essas interpretações, portanto, parecem considerar mundo atual e entidade atual; passado e futuro, duas faces indissociáveis de um mesmo processo.

Se a solidariedade puder então ser pensada como fornecendo o elemento de “objetividade” necessário à base objetivista, essa seria uma objetividade que não exclui os aspectos subjetivos da realidade, mas que, no contexto de PR, os pressupõe. Além dos aspectos a que chamamos “relacional” – que se encontra evidentemente no cerne dessa noção – e processual – que também se faz presente na dimensão inegavelmente “ativa”, de produção incessante dessa mesma solidariedade –, há também os elementos da “experiência” e do “valor”.

A experiência de uma entidade atual, por exemplo, é resguardada na medida em que em PR consiste essencialmente em seu processo de “resposta” ao passado, ou ao atual; sua decisão acerca de como herdar esse passado e ao mesmo tempo canalizá-lo na direção que ofereça as oportunidades mais interessantes de realização de seu alvo, isto é, de unificação e intensidade de experiência. Essa tarefa e a maneira como a ocasião decide realizá-la constituem sua experiência própria.

Também o elemento de valor se faz aqui presente. Enquanto sinônimo de imediatez, isto é, da experiência interna, “para si”, esse elemento continua existindo na dimensão das entidades enquanto processo. Mas se por “valor” entendermos seu caráter de ter um fim próprio, uma finalidade que a própria ocasião estabelece para si, esse se faria presente mesmo em sua dimensão “objetiva”. Como vimos, a presença de uma entidade enquanto produto “objetivamente imortal” nas demais entidades, é a presença de seus sentires, com suas respectivas formas subjetivas. E, por meio dessas, se fazem sentir as escolhas – literalmente, os “valores” atribuídos aos seus próprios elementos herdados – tomadas a fim de alcançar o alvo ou ideal, o seu fim próprio. E, nesse sentido, a presença objetiva seria expressão da própria realidade intrínseca, pois revela as escolhas feitas no interior subjetivo acerca de como melhor obter intensidade e unidade de experiência.

O “mundo objetivo” que encontramos se parece então não com algo prévio e estático, já dado, mas antes com um âmbito relacional e em constante construção. Uma construção que se dá nas interioridades subjetivas das entidades experientes, em processo de emergência, mas que, ainda assim, a cada vez, o produzem de fato. E essa interioridade, por sua vez, é agora muito diferente daquela que pressupunha a noção de um sujeito enquanto substância: um “interior” que é ele mesmo a unificação de “exterioridades”; que constrói em seu processo de vir à existência – à medida que decide o que ressaltar e o que inibir, o que incluir e o

que excluir –, a própria distinção entre o que contará, a partir daí, como “interior” e “exterior”. É, portanto, um “mundo objetivo” permeado de características “subjetivas” e que estabelece seus próprios contornos, que cria a si mesmo.

Considerações finais

Na primeira parte do trabalho, apresentamos a questão que nos move: de que forma Whitehead buscou responder, por meio de sua filosofia processual, a duas preocupações aparentemente conflitantes sem abrir mão de nenhuma delas? A primeira é a tendência subjetivista das chamadas teorias da bifurcação da natureza e as consequentes dificuldades colocadas por elas para o conhecimento. A segunda é a concepção de natureza pensada enquanto a matéria, tal como defendida pelo materialismo científico. Enquanto a primeira requeria o estabelecimento de uma “base objetivista” para o conhecimento, pensada como um “mundo transcenden-
te” e “comum”, a segunda requeria a inclusão na noção de “natureza” de aspectos então considerados “subjetivos”.

Na segunda parte, buscamos elaborar de que maneira Whitehead procura incluir tais aspectos em uma nova noção de natureza. Aqui, vimos retornar à natureza tanto a capacidade de ter experiências próprias, mesmo “subjetivas”, quanto o que apresentamos como sendo o aspecto “processual” do pensamento do autor, que permite, entre outras coisas, pensar essa natureza como estando em construção perpétua.

Fizemos, então, um pequeno desvio, retomando a questão da base “objetivista” que o autor julgava necessário estabelecer, momento em que vimos fluírem as demandas colocadas por essa necessidade com um terceiro aspecto a ser “devolvido” à natureza: o elemento a que chamamos “relacional”. Chegamos ao entendimento, assim, de que tanto uma como a outra preocupação de Whitehead clamam por uma metafísica capaz de oferecer esse mesmo elemento, dando-lhe um lugar central.

Desse modo, na terceira e última parte do trabalho nos voltamos aonde esse aspecto “relacional” se faz presente: a dinâmica das preensões. Ali, exploramos primeiro as dimensões chamadas “potencial” e “atual”, a fim de entender de que maneira o “passado” pode se fazer “objetivamente” presente nas concrescências futuras, para então tratar do que seriam os aspectos “subjetivos” da autono-

mia ou liberdade, a fim de oferecer certo contraponto àquele aspecto “objetivo” anterior. Embora essa tenha sido a abordagem pretendida, logo vimos esses aspectos à primeira vista “opostos” começarem a se entrelaçar e pressupor uns aos outros. Por último, chegamos enfim à noção das formas subjetivas próprias às ocasiões atuais como exibindo “cicatrizes”, o que cria, por meio delas, uma espécie de “registro” de seu nascimento. O que, por sua vez, entendemos garantir a conexão, mesmo nos casos de maior originalidade e autonomia, entre “passado” e “futuro” ou “mundo atual” e “entidade atual”.

À questão central da pesquisa, – “o que colocar no lugar da ‘matéria’ que cumpre a função de ‘mundo objetivo’?” –, podemos enfim oferecer uma resposta: a solidariedade. Se há um mundo “objetivo”, isto é, “comum e transcidente”, essas características só podem estar nesse elemento: ele é “comum”, pois é construído à medida que as entidades se apropriam umas das outras; e é transcidente na medida em que todas as entidades o são, em que existem *objetivamente* para além de si mesmas. O mundo “objetivo”, necessário à base objetivista buscada pelo autor estaria, então, não em um “mundo” propriamente dito, pensado enquanto dimensão comum a todos os existentes, como anterior e inteiramente independente deles, mas antes no próprio fato dessa solidariedade: o fato de que cada coisa existente é em si mesma fruto da presença “objetiva” de outras coisas.

Entendemos então ser esse o elemento que, tomado como premissa metafísica, viabilizaria os dois “tipos” de conexão de que Whitehead necessitava: a conexão “sujeito-objeto”, fornecida por uma base objetivista – a independência e anterioridade do “mundo transcidente comum” que, no entanto, deve incluir o sujeito e permanecer conectado a ele –, e a conexão “objeto-objeto” – as relações entre as “coisas” na natureza, cuja investigação seria a tarefa adequada ao conhecimento. Ambas poderiam agora ser pensadas não como espécies distintas de relação, mas como frutos de um mesmo tipo básico de dinâmica, capaz de produzir os mais diversos resultados: a dinâmica das preensões. Ela viabilizaria, assim, tanto a natureza “subjetivista” – entre outras coisas, relacional – mais coerente com o que para o autor é nossa experiência concreta dela, como a base objetivista necessária para uma teoria do conhecimento adequada.

Por meio da noção de “prensão”, portanto, nos tornamos capazes de vislumbrar um mundo radicalmente diferente daquele concebido como uma coleção de partes de matéria estática, indiferente, fechada em sua própria dimensão de

qualidades “primárias”. Vemos surgir em seu lugar um mundo pensado como feito fundamentalmente de conexões entre entidades que, por via dessas conexões, se mostram, a uma só vez, capazes de se fazer obstinada e incontornavelmente presentes umas nas outras, impondo suas próprias decisões para além de si mesmas, e profundamente passíveis de afetar pelas demais.

Tomando como referência uma realidade descrita de tal forma, talvez pudéssemos começar a conceber uma outra ideia possível de “natureza”. Uma natureza cuja continuidade nunca está garantida, mas que antes depende de uma atividade subjacente constante; onde se inscrevem muitos e variados “fins”; cuja materialidade sempre pressupõe uma “mentalidade” complementar e cuja “exterioridade” é, na verdade, feita de muitos interiores. Uma natureza que é inherentemente “solidária”, onde cada coisa é antes a continuidade, ou prolongamento, da anterior.

Uma natureza concebida de tal forma, por sua vez, talvez nos auxiliasse na tarefa de assimilar um cenário em que o que costumávamos pensar como um âmbito “objetivo” agora se mostra cada vez mais imprevisível e incontrolável, e que isso se dá justamente por se tratar de uma dimensão profundamente reativa ao nosso contato. Mas é justamente pelo contato, e não apesar dele, pelo fato de sermos capazes de travar relações com essa natureza, por estarmos situados em meio a ela, que podemos também conhecê-la. Assim, talvez pensar a relação não como incompatível com, mas antes como o ingrediente constitutivo da objetividade, nos auxiliasse também a compreender e a sustentar práticas científicas que, situadas sempre em contextos particulares, permeados de aspectos culturais, históricos, políticos, tanto se esforçam para simular o imprevisível e especular o incontrolável.

Referências Bibliográficas

- BEDAU, M. A.; HUMPHREYS, P. (Orgs.) **Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science**. Londres; Cambridge: MIT Press, 2008.
- BENSUSAN, H.; FREITAS, J. A. **A Diáspora da Agência: Ensaio sobre o Horizonte das Monadologias**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- DEBAISE, D. **Nature as Event: The Lure of the possible**. Durham & London: Duke University Press, 2017.
- _____. “O Universo Perspectivista: Natureza e Subjetividade na Metafísica Contemporânea” Tradução de Fernando Silva e Silva. **DasQuestões**, Vol. 7, n° 7, dezembro, 2019, p. 84-95.
- FORD, L. **The Emergence of Whitehead’s Metaphysics**. Nova York: State University of New York Press, 1984.
- JONES, J. **Intensity: An Essay in Whiteheadian Ontology**. Nashville & Londres: Vanderbilt University Press, 1998.
- KRAUS, E. **The Metaphysics of Experience: A Companion to Whitehead’s Process and Reality**. Nova York: Fordham University Press, 1998.
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- _____. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.
- _____. **Investigação sobre os Modos de Existência: Uma Antropologia dos Modernos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.
- _____. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo: Ubu, 2020.
- _____. “Qual é o estilo das questões de interesse?” **DasQuestões**, v.15. n.1, dez. 2023, pp. 263-304.

MACIEL, O. “Razão e Experiência: uma introdução metafilosófica ao pensamento especulativo de Alfred N. Whitehead”, **DasQuestões**, v.7. n.2, jan. 2021, pp. 34-65.

SHAVIRO, S. **The Universe of Things: On Speculative Realism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

SHERBURNE, D. **A Key to Whitehead’s Process & Reality**. Chicago & Londres: University of Chicago Press, 1981.

STENGERS, I. **Thinking with Whitehead: A Free and Wild Creation of Concepts**. Tradução de Michael Chase. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011.

_____. **No Tempo das Catástrofes**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. 2.ed. São Paulo: Cosac Naify, 2017.

WHITEHEAD, A. N. **Science and the Modern World (1925)**. Nova York: The New American Library of World Literature, 1948.

_____. **The Concept of Nature: the Tarner lectures delivered in Trinity College, November 1919 (1920)**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1964.

_____. **Process and Reality: An Essay in Cosmology (1929)**. Nova York: The Free Press, 1978.

_____. **O Conceito de Natureza (1920)**. Tradução de Julio B. Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A Ciência e o mundo moderno (1925)**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Processo & Realidade: Ensaio de Cosmologia (1929)**. Lisboa, Portugal: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.